

**RONE ROSA MARTINS
(ORGANIZADOR)**

DEBATES SOBRE
DIFERENÇAS
E IGUALDADES
NAS RELAÇÕES DE GÊNERO

2



Atena
Editora
Ano 2023

**RONE ROSA MARTINS
(ORGANIZADOR)**

**DEBATES SOBRE
DIFERENÇAS
E IGUALDADES
NAS RELAÇÕES DE GÊNERO
2**



Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Debates sobre diferenças e igualdades nas relações de gênero 2

Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Rone Rosa Martins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
D286	Debates sobre diferenças e igualdades nas relações de gênero 2 / Organizadora Rone Rosa Martins. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1607-4 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.074230808 1. Identidade de gênero. I. Martins, Rone Rosa (Organizadora). II. Título. <div style="text-align: right;">CDD 306.766</div>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A coleção “Debates sobre diferenças e igualdades nas relações de gênero 2” apresenta textos que nos permitem refletir sobre as complexidades sociais. Propõe-se a ser uma análise científica criteriosa e interdisciplinar, permeada por temáticas que delineiam a diferença e a igualdade nas relações de gênero. Com o compromisso primordial de expandir o diálogo e aprofundar a compreensão acerca das questões de gênero, esta coleção lança luz sobre as múltiplas facetas das relações de gênero na sociedade contemporânea.

Nesta obra, o propósito principal é convidar o/a leitor/a a uma análise pormenorizada e abrangente das multifacetadas relações de gênero vivenciadas nos mais distintos ambientes sociais. Almeja-se ressaltar os debates críticos a respeito das congruências e disparidades, confrontando estereótipos arraigados e interpelando as normas culturais vigentes. Fundamentado em uma seleção rigorosa de estudos de caso, pensamento teórico e introspecções autônomas, o compêndio se empenha em oferecer uma perspectiva abrangente acerca das questões de gênero. Dessa forma, busca-se fomentar uma compreensão mais matizada das vivências de gênero no vasto espectro da experiência humana.






A diversidade e relevância de temáticas aqui dialogadas tem o intuito de fortalecer o arcabouço teórico de discentes, docentes, pesquisadores/as, e todos/as os/as interessados/as nas intrincadas dinâmicas de gênero e suas manifestações na sociedade. É indispensável dispor de um material que elucida fenômenos como a inserção de mulheres nos cargos de policiais penais, estudos voltados à educação de jovens e adultos, com um enfoque particular sobre a mulher, análise dos principais fatores sociais, culturais e históricos que influenciam a perpetuação da discriminação e da violência contra a comunidade LGBTQIA+ no Brasil, e o debate em torno da instituição familiar e dos papéis de gênero, em especial na ausência paterna como um produto da organização societal patriarcal.

Além disso, enfatiza-se a importância de abordar temáticas atuais e de interesse social, com a finalidade de promover o engajamento consciente e catalisar as mudanças necessárias nestas áreas. Este livro, portanto, surge como um recurso aguardado para aqueles/as que buscam compreender e atuar de maneira a refletir formas de transformar a sociedade.

Desse modo, a obra “Debates sobre diferenças e igualdades nas relações de gênero 2” se apresenta como a culminância de leituras e experiências práticas alcançadas por um coletivo de pesquisadores e pesquisadoras, docentes e discentes, que dedicaram-se ao desenvolvimento de suas reflexões, estas que serão aqui interpretadas de maneira sintética e pedagogicamente orientada, facilitando a compreensão dos/as leitores/as.

Reconhecemos o indiscutível símbolo da construção do conhecimento científico e, nesse sentido, ressaltamos a estrutura robusta da Atena Editora, apta a disponibilizar uma plataforma sólida e de confiança para que o/a pesquisador/a possa expor e divulgar suas valiosas descobertas. Esta obra se configura como auxílio na mediação, visando a reflexão e o aprofundamento nos debates atuais sobre as diferenças e igualdades nas relações de gênero.

Rone Rosa Martins

CAPÍTULO 1	1
AS “DONAS DA CADEIA”: REFLEXÕES SOBRE O INGRESSO DAS MULHERES COMO POLICIAIS PENAIS EM MINAS GERAIS	
Cleide da Conceição Solano	
Juliana de Ávila Ferreira	
Raquel Quirino	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0742308081	
CAPÍTULO 2	16
DESAFIOS DAS MULHERES QUE DECIDEM VOLTAR A ESTUDAR NA EJA	
Letícia Moreira Ferreira	
Luana Ferreira dos Santos	
Marluce Silva Barbosa	
Paloma de Cássia Daniel dos Santos	
Rubiani Canelhas Fernandes Menezes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0742308082	
CAPÍTULO 3	36
FATORES HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS QUE INFLUEM NA DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS LGBTQIA+ NA SOCIEDADE BRASILEIRA	
Maria Clara Ramos Nery	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0742308083	
CAPÍTULO 4	48
INSTITUIÇÃO FAMILIAR E PAPÉIS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA AUSÊNCIA PATERNA NO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DE MULHERES	
Sâmi Zaira Corrêa Rocha da Silva	
Sílvia Regina Moreira Vale	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0742308084	
CAPÍTULO 5	73
SUFRÁGIO FEMININO: UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS	
Carmen Lúcia de Cássia Pongelupe Assis	
Raquel Quirino	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0742308085	
SOBRE O ORGANIZADOR	84
ÍNDICE REMISSIVO	85

AS “DONAS DA CADEIA”: REFLEXÕES SOBRE O INGRESSO DAS MULHERES COMO POLICIAIS PENAIS EM MINAS GERAIS

Data de aceite: 01/08/2023

Cleide da Conceição Solano

Mestra em Educação Tecnológica do
CEFET - MG

Juliana de Ávila Ferreira

Mestranda do curso de Educação
Tecnológica do CEFET - MG

Raquel Quirino

Pós-doutorado e Doutorado em Educação
pela UFMG. Mestrado em Educação
Tecnológica. Professora do Programa
Especial de Formação Pedagógica
de Docentes e do Programa em Pós-
Graduação em Educação Tecnológica.
Coordenadora do Grupo de Pesquisa em
Formação e Qualificação Profissional -
FORQUAP no CEFET-MG

atendem exclusivamente presos do sexo masculino, os mistos onde há internos dos dois gêneros e outras apenas para internas femininas. O termo “dona” que ora empregamos no título deste trabalho diz respeito à forma como as mulheres privadas de liberdade se dirigem às agentes penitenciárias na lida cotidiana. As pesquisadoras coletaram dados sobre o histórico do ingresso das mulheres que cuidam da custódia das internas desde a década de 1950 até os dias atuais. A mulher, ao longo do tempo, foi excluída de profissões voltadas para os homens e ainda encontra uma série de limitações para se inserir em determinadas carreiras tidas como masculinas, que é o caso das policiais penais. As mulheres que se propõem a ingressar nessa função logo percebem uma série de fatores que dificultam o desenvolvimento das suas atividades de ordem institucional, pessoal e social. A invisibilidade dessa profissão se caracteriza pela persistente submissão às chefias opressoras, a falta de reconhecimento do seu papel perante a sociedade e à ausência de condições de trabalho adequado, seja por questões estruturais, materiais e à valorização nas carreiras.

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo resgatar o histórico do ingresso das mulheres como policiais penais ou guardas de presídio do sistema prisional de Minas Gerais. Profissão pouco investigada devido ao estigma que carrega tem passado por mudanças devido a sua relevância social. Essas mulheres que atualmente estão lotadas nos 189 estabelecimentos penais espalhados pelo estado, executam suas funções em unidades prisionais que

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, prisão, história, policial penal.

INTRODUÇÃO

Há apenas algumas décadas, as mulheres eram vistas como os “anjos” que cuidavam de seus maridos, da casa e dos filhos e na dedicação familiar, era excluída das atividades fora do lar. Eram enxergadas como a base do familiar, mas exercendo papel secundário, pois aos trabalhos de maior relevância eram destinados ao homem da família sendo eles, pais, filhos, maridos e etc..

QUIRINO (2015) assevera que as relações de gênero onde propagam o favorecimento e a sustentação da suposta limitação intelectual da mulher, negando-as a sua efetiva participação social, sendo esse um fator construído socialmente. A autora ressalta que os “estudos sobre a mulher” foram substituídos pelos “estudos de gênero” de forma que afastam as características sexuais, mas se aproximam das ideias e características contribuintes para o que vai ser estruturado do que é oportunamente destinado à mulher ou ao homem em dado momento histórico.

Ainda de acordo com a autora, todas as relações sociais possuem uma base material configurada pelo trabalho e que por sua vez, define o que é atribuição do homem e da mulher, criando assim, hierarquizações dentro do trabalho e definindo o papel do que estes podem ou não, fazer.

QUIRINO (2015) ainda chama a atenção que não é somente a desigualdade que está no bojo das relações de gênero, mas outras consequências para as mulheres como a “opressão” e a “dominação”. Ainda de acordo com a pesquisadora, é necessário fazer essa distinção entre “opressão” onde um leva vantagem em relação ao outro em decorrência de sua situação, gerando desigualdade social, discriminação social, cultural e econômica enquanto que a “exploração” é a apropriação de um fator econômico mediante a submissão de um ser humano sobre o outro. As mulheres pobres sofrem tanto com a opressão pelo fato de ser mulher e ainda a exploração, dada a sua condição social.

Ainda refletindo sobre o papel da mulher na sociedade, tem como correspondente o papel que é o da sustentabilidade ao lar, mesmo trabalhando com a mesma carga horária definida para os homens, elas não tem nenhuma privilégio de menos trabalho ou carga horária, gerando uma sobrecarga de atribuições que se tornam um fardo e um obstáculo às ascensões profissionais.

A atuação principal da mulher na esfera privada e invisibilidade social, não foram desconstituídos com seu ingresso no trabalho ao passo que o homem, ainda que compartilhe as obrigações financeiras com a mulher, é o provedor e mantenedor da família frente à sociedade e parte da premissa que o mesmo está desobrigado nas contribuições em tarefas domésticas, permitindo sua visibilidade social.

QUIRINO (2015) infere que as distribuições das responsabilidades são definidas à revelia dos atores e os critérios de seleção são baseados nos aspectos sexistas, racistas e de classe. O lugar atribuído a cada um, depende da forma como o mesmo terá acesso à própria sobrevivência como sexo, raça e classe.

Também o Capitalismo tem necessidade de uma mão de obra flexível, que empenhe cada vez mais sua subjetividade. Assim, o trabalho doméstico assumido pelas mulheres libera os homens e cria as condições ideais para sua total disponibilidade e entrega ao trabalho assalariado e para as mulheres inseridas no mercado de trabalho, com níveis salariais mais altos, há a possibilidade de externalização do trabalho doméstico para outras mulheres. Nesse campo, igualmente, homens e mulheres estão, simultaneamente, em relações de oposição e de aliança: juntos, mas sempre sobre a base desigual do sistema patriarcal, capitalista e da divisão sexual do trabalho. QUIRINO (2015. P. 242)

A autora ressalta que mais da metade da população mundial, 52% é composta por mulheres e indistintamente, a opressão atinge tanto as mulheres em melhores condições sociais quanto às trabalhadoras de renda baixa, sendo que essa última tem seu quadro agravado devido à conjunção com a exploração, tornando-as duplamente vulneráveis.

A inserção das mulheres em carreiras típicas de segurança pública, tais como as policiais civis, militares, peritas criminais, bombeiras, guardas municipais, agentes de segurança penitenciárias ou policiais penais, teriam como objetivo desnaturalizar essa dicotomia nas relações de poder e hierarquização de gênero. Seria uma transgressão ou um movimento a serviço dos interesses econômicos e políticos?

Vários questionamentos sobre a divisão do trabalho e o acesso das mulheres às carreiras na segurança pública têm suscitado o interesse da comunidade acadêmica. Notadamente ao atribuir ao momento social vivido relaciona-se com o aumento significativo de mulheres presas Segundo o CNJ – Conselho Nacional de Justiça - atualmente há aproximadamente 45.388 mulheres privadas de liberdade no Brasil, sendo 2.618 custodiadas no estado de Minas Gerais.

O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo com um total de 835.643 pessoas presas ficando atrás apenas dos EUA com 1.767.200 e China com 1.690.000 respectivamente. No cenário brasileiro, São Paulo lidera o ranking de internos contando com 195.356 seguido por Minas Gerais com 65.738 pessoas privadas de liberdade. Diante desse cenário, constata-se que a presença das policiais penais femininas é absolutamente necessária dentro das unidades prisionais e portanto, pode colaborar na compreensão dessa mudança na história da mulher e seu acesso ao trabalho tipificado como masculinizado.

O INGRESSO DAS MULHERES NAS ÁREAS DE SEGURANÇA PÚBLICA – BREVE HISTÓRICO

CALAZANS (2003) Soares e Musucemi (2005) inferem que a entrada das mulheres na Segurança Pública no tendo sido consagrada com a promulgação da Constituição Federal de 1988. As autoras ressaltam que os trabalhos nessa linha de pesquisa ainda são pouco conhecidos e necessitam de maiores estudos, principalmente no sistema penitenciário onde o acervo é exíguo e o que há, é inacessível. Para colaborar nessa escassez de estudos, os fatos não eram devidamente registrados desde o surgimento das cadeias e por seu turno, conta o desinteresse do Estado em preservar a memória desses estabelecimentos penais.

Insta salientar que as policiais civis femininas tiveram sua inserção na Segurança Pública inicialmente no estado da Bahia a partir de 1971 com o provimento de cargos de delegadas e escrivãs de polícia. Em 1980, foram instituídas na carreira, a profissão de investigadoras de polícia. As atribuições iniciais dessas policiais tinham caráter mais assistencialista do que de segurança, pois as atividades continham diretrizes essencialmente femininas. As policiais femininas exerciam funções voltadas para eventos tais como recepcionistas, atendimentos e cuidados com crianças, pessoas em sofrimento mental, assistência aos idosos e participação em casamentos. As tarefas mais complexas das delegacias, postos de chefia e atuação na polícia judiciária eram destinadas aos policiais do sexo masculino.

Com o fim da Ditadura Militar, a nova Federal criou o escopo de uma polícia mais democrática e humanitária e o incentivo do ingresso nas carreiras para as mulheres minimizaria a rudeza do policiamento opressor exercido pelos homens. A mulher na segurança pública deveria desconstruir a truculência herdada dos militares e extirpar a imagem repressora que se configurou por um longo período na História e assim zelar pelos cuidados com os “socialmente mais vulneráveis”. Segundo Calazans (2003) os anos de 1980 foi o marco da entrada da mulher nas forças de segurança pública.

Outra linha apontada pela autora sobre a entrada das mulheres nas polícias era fazer com que as mesmas ficassem com os trabalhos mais burocráticos, liberando os homens para atividades mais relevantes onde a coragem e os atos de bravura pudessem ser reconhecidos pela sociedade de forma mais notável e assim alçá-los aos cargos mais altos das corporações. Pode-se inferir que a palavra “humanização” “feminilidade” “doçura” tem forte apelo para o acesso das mulheres às polícias brasileiras. Aqui é importante ressaltar Quirino (2015) dissertando que o princípio da separação do (trabalho de homens e trabalho de mulheres) é o princípio da hierarquia onde o trabalho do homem, “vale” mais do que o da mulher.

No que se refere ao sistema penitenciário, objeto desse Artigo, é necessário traçar uma linha de tempo para entender a singularidade das policiais penais como são

concebidas hoje.

SETTE CÂMARA (1951) um artigo em 1949 relatando as condições das cadeias de Minas Gerais que contavam com 2.406 pessoas presas sendo que 2.344 eram homens e 62 mulheres. Em seu texto, ele apontou que havia apenas duas prisões destinadas às mulheres sendo uma em Sabará e outra em Tiradentes. O autor destacou que estes estabelecimentos estavam em péssimas condições e destacou sobre os comportamentos desajustados dos carcereiros e de presos que as assediavam as presas para atender suas necessidades sexuais. Essa realidade tornava o cumprimento da pena como algo suplicante, fazendo delas um sofrimento duplicado. Neste trecho, o penitenciário expôs a forma humilhante com que as cadeias lidavam com suas presas:

A promiscuidade completa entre as mulheres, que chegaram à mais baixa degradação na escala do vício, e esposas ciumentas, levadas ao crime por insopitável explosão emotiva, abre ensejo à perdição de todas, favorecida e procurada por guardas sem escrúpulo, que se aproveitam dos cargos para satisfazer os mais baixos instintos, empregando para isso, não raro, a violência, quando falham a sedução e o suborno.

Estigmatizadas pela sociedade que lhes cassou o direito de viver em seu meio, vistas com horror pelas companheiras de sexo, tais reclusas são duplamente desgraçadas pela miserável condição da existência que arrastam e pelo completo abandono moral e religioso e que vivem, se vida se pode chamar à desgraçada situação em que vegetam, servindo de pasto á estúpida brutalidade de homens sem alma. (SETTE CÂMARA, 1951)

Ainda de acordo com o autor, as mulheres demonstraram mais chances de recuperação do que os homens, mas o Estado e a sociedade as tratavam como o “mais ínfimo ser da escala zoológica”. (Sette Camara, 1951. p. 6)

Coadunando com as ideias de Sette Camara, o Jornal Manchete de 1953 publicou uma nota sobre a Cadeia de Sabará, sob o título “Gangsters de farda, violentam mulheres”, o que trouxe à tona as péssimas condições estruturais daquela prisão e denunciou, dentre outras coisas, como os policiais que guardavam o cárcere, sorteavam as mulheres presas para estuprá-las à noite. Na ocasião, a Cadeia de Sabará, apelidada de “Penitenciária dos Horrores”, noticiou que uma presa “facilitava” tal violência contra outras presas, cedendo o espaço e organizando tais “encontros” em troca de benesses oferecidas pelos guardas. É insuportável a constatação que houve e ainda há, a exploração de mulheres por outras mulheres!

Sette Câmara foi um defensor ardoroso das causas penitenciárias e era constantemente demandado pelo Governador para conhecer e visitar os diversos modelos de sistemas penitenciários do mundo. O resultado dessas visitas eram transformados em relatórios, os quais demonstravam sincera preocupação com as condições de vida dos presos brasileiros, em especial, as condições das mulheres presas. O autor relatou um fato cuja relevância colaborou nas significativas mudanças no sistema prisional de Minas Gerais e deu ensejo na criação da primeira penitenciária feminina mineira. De acordo com

o relato, uma moça de 16 anos, contrariada com o matrimônio indesejável, tirou a vida do marido por envenenamento com cianeto de potássio. Pelo crime, foi condenada a 16 anos de prisão e recolhida à cadeia de Sabará onde gerou um grande transtorno para os diretores da prisão, à época. A moça era alvo de brigas por ciúmes entre presas e guardas em razão de sua beleza e o esplendor de sua juventude. Devido aos constantes conflitos envolvendo a interna e para garantir a ordem na prisão, a moça foi transferida para a cadeia de Tiradentes, o que não adiantou muito, pois por lá, as tensões e os problemas continuaram. O caso foi tão emblemático e complexo que foi necessária a intervenção do Secretário do Interior à época, Dr. José Maria Alkmin, para a resolução do conflito. Sem ter para onde enviar a moça, José Maria Alkimin acabou pedindo auxílio no Asilo Bom Pastor que era dirigido por uma Madre a qual concordou em abrigar a presa assassina.

A moça, durante sua prisão no asilo, passou a ter outro comportamento, pois não mais sofria a importunação de presas e policiais e se regenerou a ponto de ter a sua pena perdoada pelo Conselho Penitenciário e ganhou a liberdade, dando prosseguimento à sua vida, constituindo nova família. Essa experiência fez com que a demanda ao Asilo aumentasse a ponto de não mais abrigar internas devido à falta de espaço. Assim, o próprio Sette Câmara foi o interlocutor do projeto para construir um edifício no anexo do Asilo Bom Pastor para atender mais presas.

Por meio do Asilo se deu a gênese do que viria a ser primeira penitenciária de mulheres em Minas Gerais, cuja construção iniciou-se em 1948 e inaugurada aproximadamente em 1955. Sette Câmara (1951) ressaltou que essa Penitenciária de Mulheres hoje renomeada como Professor Estevão Pinto, deveria seguir às concepções penitenciárias nos modelos americanos, mas devido à escassez de recursos, procurou manter uma arquitetura que não lembrasse uma cadeia. A Penitenciária de Mulheres se expandiu com o propósito de dar dignidade às internas e a possibilidade da vigilância ser realizada por outras mulheres. Essa nova penitenciária culminou na extinção das cadeias de Tiradentes e Sabará, únicas destinadas às mulheres à época.

Dessa feita, foi necessário fazer um resgate histórico sobre as condições das cadeias e o surgimento de um estabelecimento próprio para ilustrar o surgimento da profissão de policiais penais de Minas Gerais.

Durante o trabalho de coleta de dados para as pesquisas dentro da Penitenciária de Mulheres, foram localizados documentos diversos a partir do ano de 1952. Foram identificados relatórios, ocorrências, comunicados internos, fichas funcionais, publicações da Imprensa Oficial de Minas Gerais, comprovantes de trocas de plantões, relatórios, contra-cheques de funcionário, registros de admissão de presas, relatórios de acompanhamento das mesmas, boletins médicos, comunicações entre o Diretor Geral, chefias de Polícia e juízes municipais, etc.

As fichas funcionais das funcionárias da segurança apontavam funções com nomes distintos, mas o caráter de vigilância e segurança, era o mesmo. Nas primeiras pastas

funcionais, as pesquisadoras localizaram dez registros de trabalhadoras que exerciam funções exclusivas de vigilância entre os anos de 1953 a 1966 conforme dados com os perfis localizados e catalogados.

DATA ADMISSAO	NOME*	DATA NASC	FUNCAO	FUNCAO QUE EXERCE	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL	IDADE MÉDIA
15/2/1950	ANTÚRIO	06/10/1922	RONDANTE	GUARDA	BELO HORIZONTE	SOLTEIRA	28
23/7/1953	AZALEIA	07/12/1927	VIGILANTE PENITENCIARIO	VIGILANCIA	BELO HORIZONTE	CASADA	26
23/7/1953	BEGÔNIA	20/9/1911	ROUPEIRO	GUARDA	PARA DE MINAS	CASADA	42
23/7/1953	BROMÉLIA	02/02/1921	VIGILANTE PENITENCIARIO	CHEFE DE PLANTAO	ITABIRA DO MATO DENTRO	CASADA	33
22/2/1954	CALIANDRA	07/07/1920	GUARDA DE PRESIDIO	RECEPCIONISTA	OURO PRETO	CASADA	34
04/03/1954	CAMÉLIA	27/12/1919	RONDANTE	GUARDA	ITABIRA DO MATO DENTRO	SOLTEIRA	35
18/3/1954	CRISÂNTEMO	02/04/1926	GUARDA DE PRESIDIO	CHEFE DE PLANTAO	ITABIRA DO MATO DENTRO	CASADA	28
22/3/1954	DÁLIA	22/6/1907	GUARDA DE PRESIDIO	CHEFE DE PLANTAO	SÃO DOMINGOS DO PRATA	VIUVA	47
02/01/1955	GIRASSOL	12/12/1912	RONDANTE	GUARDA	BOM DESPACHO	CASADA	43
27/9/1955	HIBISCO	20/10/1911	RONDANTE	GUARDA	ITAVERAVA	VIUVA	44
15/5/1956	HORTÊNSIA	18/8/1929	RONDANTE	GUARDA	SÃO DOMINGOS DO PRATA	CASADA	27
23/5/1956	JASMIM	26/10/1918	RONDANTE	GUARDA	NOVA LIMA	CASADA	38
03/01/1957	LÍRIO	06/10/1904	RONDANTE	GUARDA	RIO SÃO FRANCISCO	VIUVA	53
16/12/1958	MARGARIDA	24/10/1932	RONDANTE	GUARDA	PITANGUI	CASADA	27
05/01/1960	NARCISO	21/4/1931	RONDANTE	GUARDA	ERVALIA	CASADA	29
15/2/1960	ORQUÍDEA	10/10/1929	AUXILIAR DE SERVICIO	GUARDA DE PRESIDIO	CAXAMBU	CASADA	31
15/9/1969	ROSA	04/01/1949	GUARDA DE PRESIDIO	GUARDA DE PRESIDIO	CARANGOLA	CASADA	21
24/9/1969	TULIPA	05/04/1950	GUARDA DE PRESIDIO	GUARDA DE PRESIDIO	BELO HORIZONTE	SOLTEIRA	20
30/9/1969	VITÓRIA-RÉGIA	09/07/1946	GUARDA DE PRESIDIO	GUARDA DE PRESIDIO	BELO HORIZONTE	SOLTEIRA	24

* Foram atribuídos nomes de flores para designar cada uma das funcionárias catalogadas.

Tabela XX – Funcionárias da penitenciária de mulheres.

Fonte: Levantamento documental/ agosto de 2019.

Inicialmente foram constatados que os contratos eram feitos por meio de Portarias do governo e as funções tiveram alterações seguidas a cada contratação. As pesquisadoras observaram que os contratos iniciais tinham a função denominada

“Rondante” e de natureza “assalariada” com vigência de doze meses. Nos contratos seguintes, as servidoras tiveram a nomenclatura de “Auxiliar de Serviços” e “Guarda de Presídio” definição da profissão que se estabeleceu com a Lei Estadual 3.214 de 16 de outubro de 1964.

Não havia padrão quanto às contratações que por vezes eram realizados por várias formas de seleção e ingresso sendo o mais comuns; contratos temporários, indicações das Chefias de Polícia e nomeação pelo Governador do Estado. Foi observado que não havia nas fichas funcionais, informações quanto à escolaridade das guardas de presídio e que muitas iniciaram na Penitenciária com cargos diversos desses, ou seja, uma pessoa que trabalhava na cozinha, poderia exercer funções de vigilância. A Hipótese mais plausível era a falta de regulamentação da profissão e a improvisação para atender às necessidades da Penitenciária. Durante a pesquisa foram localizados ofícios do Diretor Geral Dr. José Edson Cavaliere que produziu diversos registros reclamando do aumento do número de presas e do baixo efetivo de pessoal para trabalhar.

A abordagem quanto ao título desse artigo tem como meta levantar a hipótese sobre o porquê da expressão “dona”, tão usado até hoje pelas internas o qual a análise dos documentos aponta que o fato diz respeito à faixa etária média das “Rondantes” ou “Guardas de Presídio” da época que eram pessoas com idade “avançada” para a época sugerindo assim a expressão “dona”. De acordo com o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a expectativa de vida dos brasileiros era a seguinte;

Ano	Expectativa de vida ao nascer			Diferencial entre os sexos (anos)
	Total	Homem	Mulher	
1940	45,5	42,9	48,3	5,4
1950	48,0	45,3	50,8	5,6
1960	52,5	49,7	55,5	5,9
1970	57,6	54,6	60,8	6,2
1980	62,5	59,6	65,7	6,1
1991	66,9	63,2	70,9	7,8
2000	69,8	66,0	73,9	7,9
2010	73,9	70,2	77,6	7,4
2015	75,5	71,9	79,1	7,2
D(1940/2015)	30,0	29,0	30,8	

Tabela 2 - Expectativa de vida ao nascer - Brasil - 1940/2015

Fontes: 1940 1950,1960 e 1970 - Tábuas construídas no âmbito da Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

1980 e 1991 - ALBUQUERQUE, Fernando Roberto P. de C. e SENNA, Janaína R. Xavier “Tábuas de Mortalidade por Sexo e Grupos de Idade - Grandes e Unidades da Federação – 1980, 1991 e 2000. Textos para discussão, Diretoria de Pesquisas, IBGE, Rio de Janeiro, 2005.161p. ISSN 1518-675X ; n. 20 2000 em diante - IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060.

Partindo dessa premissa, pode-se inferir que as mulheres que trabalhavam no corpo da Guarda da Penitenciária de Mulheres, eram de meia idade, conforme a expectativa de vida à época.

Os relatórios produzidos pelas “guardas de presídio e/ou “rondantes” relatavam os incidentes provocados pelas internas da época conforme trechos de comunicados internos. O conteúdo dos documentos identificados demonstravam que os conflitos envolvendo presos e guardas dentro do sistema prisional, não são recentes:

“Comunica vos que nosso plantão de ontem foi (sic) pecimo. As menores estavam muito revoltadas, (sic) avanssaram contra nós jogaram as (sic) roupas de uma das menores do lado de fora da grade palavrões e gritos são os (sic) peores do lado de dentro do portão ficaram uma (sic) purção de soldados assistindo os (sic) ascenados imores” ..., 1956.

“Levo a vosso conhecimento, que encontrei no alojamento das menores estes pedaços de paus, de ferro e uma colher, ferramentas estas que elas utilizam para abrir buraco na parede, na parte de cima dentro do banheiro e perto da grade do dormitório.” 14/11/1956.

Foi observado nas pastas funcionais que a trajetória delas era estável, ou seja, ficavam longos anos exercendo essa profissão até à aposentadoria. Essa dinâmica do trabalho das policiais penais merece ser melhor explorada para preencher várias lacunas. Mas as evidências documentais apontam que as primeiras mulheres a trabalharem na segurança pública em Minas Gerais foram de fatos as “rondantes” e/ ou guardas de presídio na penitenciária feminina a partir dos anos de 1952. Assim, o que foi coletado na pesquisa e a regulamentação da profissão e as tarefas executadas por elas na atualidade, demonstram que os problemas enfrentados por elas podem ser estudados e comparados com as atividades das agentes de segurança penitenciária na atualidade. No entanto, não foram encontrados trabalhos aprofundados para confirmar essas evidências.

As Policiais Penais Femininas na contemporaneidade

CALAZANS (2003) ressalta que são poucos os trabalhos sobre as mulheres exercendo funções nas instituições de Segurança Pública. A complexidade das tarefas dentro de uma penitenciária exige-se muito das policiais penais e que em seu turno reclamam da falta de apoio institucional advindos do trabalho estressante, ausência de treinamento adequado, sensação de impotência diante das variantes como o auto-extermínio de colegas e situações onde o trabalho e as obrigações da vida privada acabam afetando a saúde e qualidade de vida.

CALAZANS (2003) enumera alguns obstáculos para a ascensão e valorização das mulheres nas carreiras de segurança pública entre elas; limitação da oferta de vagas em concursos públicos; recusa de colegas masculinos em trabalhar em parceria com elas; assédio moral e sexual que ronda as carceragens, delegacias, presídios, quartéis e batalhões com regras rígidas. Acrescenta-se ainda a desconfiança em designá-las para

atividades policiais mais estratégicas devido à “fragilidade” e falta de perfil para algumas ações e missões. Foi necessário fazer uma aproximação com as demais carreiras da segurança pública e das policiais penais por ser profissões correlatas, mas com funções diferentes. As intercorrências da rotina prisional envolvendo as policiais penais femininas ocorrem nos intramuros da instituição, ou seja, ninguém do mundo externo vê ou ouve, fato que acentua a invisibilidade e reforça as relações internas das presas ao denomina-las “donas”. O trabalho das policiais penais não é visto, salvo em situações como escoltas de presos ou vigilância em pontos estratégicos e revistas corporais de visitantes, somando-se o fato das penitenciárias e presídios estarem localizados em regiões distantes da zona urbana. Diferentemente das outras corporações que integram a Segurança Pública, é comum as policiais penais retirarem as fardas aos finais dos plantões para não se exporem.

Com relação às gestões prisionais, as mulheres raramente ocupam esse posto de direção, pois as oportunidades em sua maioria, são destinadas aos homens. Santos, Tanure e Neto (2014) e Quirino (2015) dissertam que a segregação hierárquica vertical conhecida na literatura como “teto de vidro” caracteriza-se pela menor velocidade com que as mulheres ascendem na carreira e sua baixa representatividade nos cargos de comando. O Estudo Técnico Nacional da Senasp (2013) que versa sobre as mulheres nas instituições de segurança. Sinaliza que há uma resistência institucional em reconhecer o papel da mulher nesses espaços. Esse obstáculo tem correlação à limitação de oferta nos cursos de formação, ausência de instalações físicas adequadas tais como banheiros e alojamentos femininos, equipamentos/materiais inapropriados além de ações positivas das instituições de amparo e proteção ao trabalho da mulher.

Ainda de acordo com a Senasp (2013), o sistema de segurança pública é pensado para a atividade masculina e a mulher para acessar a esses cargos, necessita se adaptar ao universo masculino quer seja nos cursos de formação, uso de equipamentos incompatíveis com o corpo feminino e até mesmo a postura para se posicionar, não demonstrando fraqueza, agindo e pensando como um homem. A invisibilidade das mulheres na segurança pública é notória até no desenvolvimento de roupas, fardas, armas, coletes à prova de balas e equipamento de proteção individual que não contemplam as especificidades físicas femininas.

A falta de uma estruturação da carreira, demonstra as diversas formas de inserir essas mulheres até mesmo por meio da contratação conforme já citado. Somente a partir dos anos de 1990, foram instituídos os primeiros concursos para os cargos de Guarda de Presídio ou Polícia Penal que foram realizados nos anos de 1994, 2004, 2007, 2009, 2012 e 2013, mas ainda há servidores com contratos precários vigente devido à falta de novo certame.

A MULHER E OS INTRAMUROS DOS PRESÍDIOS

As policiais penais femininas que trabalham diretamente com os presos merecem uma nota à parte tendo em vista à singularidade e hostilidade do ambiente carcerário. Nos anos de 1950, com a inserção da mulher como guarda de presas, tinha como pano de fundo a proteção dessas contra abusos dos guardas do sexo masculino. Essa perspectiva reduzia qualquer hierarquia com as internas, tanto que na Penitenciária de Mulheres Estevão Pinto, foram identificados registros de relatórios onde os homens eram proibidos de circular no pavilhão ou ter acesso à presas. Hoje, a presença da policial penal feminina é necessária inclusive nas unidades totalmente masculinas, pois são elas que fazem todo o acompanhamento de revistas e contatos com os familiares dos presos. A ausência de visitas íntimas e sociais nas unidades pode acarretar grandes transtornos para a segurança nas prisões, entre elas o risco de motins e rebeliões, gerando um caos. A garantia da visita familiar garante um controle dos internos uma vez que esse é o único momento em estes tem informações do “mundo lá fora” além de minimizar a solidão. Nesse sentido, Rudinick, Schafer e Silva (2017) sustentam que a pesquisa com os trabalhadores(as) do sistema prisional são essenciais para a execução da pena e da segurança pública. Por outro lado, são esquecidos porque grande parte das pesquisas, pois a maioria delas são destinadas aos encarcerados.

A depreciação da atividade penitenciária fica perceptível na fala de um profissional penitenciário que relatou que um agente só conseguiu entrar para o Sistema após o falecimento da mãe porque ela não queria que o filho não “passasse a vida ao lado de bandido”. (VARELLA, 2012, p. 154). Já Moraes (2005) destaca que diferença para a sociedade um agente dos presos é o colete usado pelo agente público. A visão míope de boa parte da sociedade sobre o trabalho dos policiais penais é em razão de notícias veiculadas pela mídia, seriados ou filmes que reportam a violência e a corrupção atribuída aos profissionais, desconhecendo a realidade e sua importância na manutenção da ordem social.

MORAES (2005) ressalta que a policial penal feminina também é mal percebida socialmente, o que lhe atribue um estigma negativo, mais que agentes de outras corporações tais como Polícia Militar e Civil. A visão que se tem de um “carcereira” e/ou policial penal feminina no imaginário popular são de mulheres truculentas, masculinizadas, mal aparentadas e desacreditáveis perante à sociedade e até à família. As policiais penais femininas que não possuem os estereótipos produzidos pelo imaginário popular, ou seja, com características femininas, causam surpresas quando assumem sua identidade profissional .

A vida dentro de um presídio e/ou penitenciária é extenuante para os servidores que cuidam da custódia dos presos. Esses estabelecimentos funcionam os 7 dias da semana, por 24 horas e durante os 365 dias do ano. Trabalham em turnos desgastantes

como plantões que variam de 12 por 36, 24 por 72 horas ou como diaristas de 40 horas semanais. As que trabalham em sistema de plantão, não estabelecem uma rotina, o que promove uma desorganização no convívio familiar nos finais de semana e feriados. LOURENÇO (2010) destaca que sobre as privações que as policiais penais estão submetidas com a limitação de contato com a família durante o cumprimento da jornada de trabalho o que causa agonia nas servidoras, pois não é permitido portar aparelhos eletrônicos e celulares dentro da unidade para contactar com seus familiares. Em síntese, as policiais penais femininas ficam presos com os presos(as).

O agente ao ingressar dentro de um presídio, mesmo que por turnos determinados, fica isolado de seu convívio social. O contato com familiares é muito restrito durante os turnos de trabalho e mesmo os telefonemas só podem ser feitos em caráter emergencial e por pouco tempo. Uma outra faceta da privação da liberdade se refere ao horário de serviço. A hora para ingresso é, e deve ser, rigorosamente cumprida.

Contudo, quando acontece algum incidente e o agente tem que permanecer com a escolta de um preso nem sempre a hora de saída dos turnos é respeitado. LOURENÇO (2010 p. 104)

Alguns postos armados como guaritas e muralhas são desprovidos de banheiro o que para a mulher é um obstáculo podendo causar enfermidades. Para usar um sanitário, é necessária à espera de alguém que as substitua, pois a saída do posto sem revezamento constitui falta grave, podendo ser responsabilizadas administrativamente. Entre as principais funções das policiais penais estão: revistas em visitantes; próprias colegas no início dos plantões; operação em aparelhos de escaneamento corporal; revistas em materiais recebidos para os internos, procedimentos em celas em busca de ilícitos e de armas artesanais; retirada das presas para banho de sol; escoltas de presas em transferência de presídios; acompanhamento hospitalar e audiências judiciais; análise de cartas recebidas e emitidas pelos presos, além da própria guarda de portaria, guaritas, postos armados e trabalhos administrativos.

RUDINICK, SCHAFER e SILVA (2017) salientam que as mulheres têm atuado mais com atividades de “auxiliares” e que há uma suposta “preservação” da mulher pela fragilidade inerente a elas, evidenciadas pela exclusão no trabalho de segurança. Os colegas masculinos, ao ter esse “cuidado” em não as expô-las ao perigo, na verdade contribuem para que elas fiquem invisíveis para alcançar postos de comando ou ascensão dentro da instituição. Nesse sentido, mantém-se a posição hegemônica de prolongar as desigualdades de oportunidades e ascensão aos cargos de alta gestão. Dentro dessa concepção é mantida a submissão da mulher às atividades de segurança e relação ao homem conforme descrito por Bourdieu;

Cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar um boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. As mulheres pelo contrário, estando situadas do lado do

úmido, do baixo, do curso e do contínuo, veem ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais, bem como todos os trabalhos exteriores que lhe são destinados pela razão mítica, isto é, os que levam a lidar com água, a erva, o verde (como arrancar as ervas daninhas ou fazer a jardinagem) como o leite, com a madeira e, sobretudo, os mais sujos, os mais monótonos e mais humildes. (BOURDIEU, 2011, p.41)

Considerando a situação em Minas Gerais quanto ao acesso aos cargos, a extinta Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais em seus últimos dois concursos públicos realizados em 2012/2013 ofereceu 6.945 vagas sendo que somente 900 deles eram destinados às mulheres. De acordo com o Infopen Mulheres¹ dos anos 2006 até 2016, o número de mulheres presas no Brasil aumentou 656%, mas esse fato não ampliou o número de cotas para mulheres nos concursos públicos sendo a média de 12% das vagas ofertadas a elas. As vagas preenchidas que hoje somam aproximadamente 2.700 policiais penais femininas pelo estado, atendem aos internos de ambos os sexos. No caso das carreiras gerenciais nos estabelecimentos prisionais, diferentemente das polícias, as policiais penais femininas por vezes ocupam as diretorias de atendimento responsável pelas atividades de “cuidados” ao preso nas áreas de assistência social, educação, trabalho e saúde. Nas diretorias de Inteligência e Segurança há a predominância da gestão masculina. Tal fato corrobora com os autores citados nesse estudo técnico da Senasp (2013) em que aponta um obstáculo institucional para que mais mulheres possam ingressar na carreira. Mesmo com a pretensão de “humanizar” as polícias por analogia às policiais penais femininas percebe-se que as instituições ainda se balizam pelas questões de segurança, levando o aspecto da humanização/reintegração do preso em segundo ou terceiro plano, dependendo do clima político da época. As carências de infraestrutura afetam tanto os trabalhadores em segurança pública de forma indistinta, mas para a mulher, essas carências tem um caráter agravante, pois elas não podem se ater apenas ao trabalho institucional, pois as tarefas privadas ainda continuam sendo atribuídas a elas.

A subordinação da mulher além das tarefas e desvios de funções em razão de gênero, as silenciam quanto às pressões psicológicas a que estão sujeitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrada das mulheres no sistema penitenciário ocorreu a partir dos anos de 1950 e pelas pesquisas iniciais, as policiais penais foram as primeiras mulheres a atuar na segurança pública, notadamente em presídios. De acordo com a Senasp (2013), as Polícia Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros tiveram mulheres em seus quadro de pessoal a partir dos anos de 1970 e com maior ênfase na década 1980, década esta que simbolizou o fim do Regime Militar no Brasil. As contratações das guardas de presídio ocorriam de diversas formas, sempre na intenção de atender às emergências que os casos

1. Levantamento Nacional DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS INFOPEN Mulheres – 2ª edição - 2018

requeriam, mas não como uma política penitenciária. Essas admissões precediam por meio de portarias, concessões da Chefia de Polícia e nomeações pelo Governador não incidindo desenvolvimento na carreira por falta de plano. Mesmo com as precariedades no exercício da profissão, as guardas trabalhavam até a aposentadoria. O termo “dona” pode ser proveniente da idades das policiais penais bem como seus estados civis o que se perpetuou até os dias de hoje, embora o perfil das agentes naquela época, não são semelhantes as da atualidade. O aumento exponencial da população carcerária, refletiu num grande aumento do efetivo dos policiais penais o que atualmente se constitui como a segunda maior força de segurança mineira, ficando atrás apenas da Polícia Militar. Mesmo com esse novo panorama, essas profissionais ainda estão envoltas na invisibilidade da sua função e da falta de reconhecimento social conforme pontuado por Lourenço (2010).

Outros problemas indicados como a falta de materiais adequados, precariedade das instalações e dupla jornada de trabalho ainda persistem com a nova geração de policiais penais femininas. As trabalhadoras que atuam em regime de plantões possuem mais dificuldades, pois trabalham em turnos variados, sem rotina pré-estabelecida, com jornadas de trabalho no período noturno, fins de semana e feriados. Devido a falta de organização do tempo e condições de trabalho, a saúde física e mental das profissionais fica comprometida.

As pesquisadoras ressaltam que são poucos os estudos que se voltam para os policiais penais femininas carecendo assim de pesquisas mais aprofundadas. Ainda persistem as ações que limitam as mulheres à ascensão aos cargos mais altos esbarrando no “teto de vidro”, também descrito na literatura por Quirino (2015).

Apesar da limitada participação em áreas específicas, as mulheres aos poucos têm conseguido avançar em funções historicamente masculinizadas o que se manifestou com a abertura de concursos públicos e sem limitação de idade, o que já é um grande avanço em pouco mais de 70 anos dentro do sistema prisional mineiro.

REFERENCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand BRASIL, 2011

BRASIL, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional**/ Secretaria Nacional de Segurança Pública. – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) 2013.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2015** - Breve análise da Evolução da mortalidade no Brasil. (IBGE) – 2016.

CALAZANS, Márcia Esteves d. **A Constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do rio Grande do Sul.** Instituto de Psicologia. PPG Psicologia Social e Institucional. UFRGS. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2003. 128 páginas. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2940>. Acesso em 20/06/2018

LOURENÇO, Luiz Claudio. **Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte.** Dilemas: Revista de Conflitos e Controle Social, v. 3, n. 10, p. 11-31, out-dez. 2010. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/718> acesso em 01/07/2018

QUIRINO, Raquel. **Divisão sexual do trabalho, Gênero, relações de Gênero e Relações Sociais de Sexo: Aproximações Teórico-conceituais em uma perspectiva Marxista.** Trabalho e Educação, Belo Horizonte, v. 24, p. 229-246, maio-ago/2015

RUDNICKI, Dani, SCHAFER, Gilberto e SILVA, Joana Coelho da. **As máculas da prisão. Estigma e discriminação das agentes penitenciárias.** Revista Direito GV. São Paulo. V. 13. N. 2. 608-627. Maio-Ago 2017.

SANTOS, Carolina Maria Santos, TANURE, Betânia, NETO, Antônio Moreira de Carvalho. **Mulheres executivas brasileiras: O teto de vidro em questão.** Revista Administração em Diálogo. v.16, n.3, p.56-75 Set/Out/Nov/Dez 2014.

SETTE CÂMARA, J.R. **Sistema Penitenciário de Minas Gerais.** REVISTA DA Faculdade de Direito da UFMG. Vol 3. 1951. Acessado em 21 de agosto de 2019

SOARES, Barbara Musumeci e MUSUMECI Leonarda. **Mulheres Policiais. Presença Feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro.** CESEC/ Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2005. 307 páginas.

DESAFIOS DAS MULHERES QUE DECIDEM VOLTAR A ESTUDAR NA EJA

Data da submissão: 09/06/2023

Data de aceite: 01/08/2023

Letícia Moreira Ferreira

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos
Poços de Caldas – Minas Gerais

Luana Ferreira dos Santos

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos
Poços de Caldas – Minas Gerais

Marluce Silva Barbosa

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos
Poços de Caldas – Minas Gerais

Paloma de Cássia Daniel dos Santos

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos
Poços de Caldas – Minas Gerais

Rubiani Canelhas Fernandes Menezes

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos
Poços de Caldas – Minas Gerais

que as fizeram abandonar a escola no tempo regular e por isso é importante buscar compreender essas premissas baseando-se em uma pesquisa acadêmica. A metodologia adotada para a elaboração deste trabalho é a revisão bibliográfica e o estudo de caso, sendo uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, com o objetivo de apresentar, por meio constatações científicas publicadas em livros, sites e artigos, os resultados sobre o que as mulheres enfrentam para estar na EJA e quais foram os motivos para isso. Alguns autores abordam o tema e apresentam resultados que apontam as dificuldades das mulheres nos estudos, sua relação com as exigências culturais, sociais e econômicas, bem como a lida com a desvalorização feminina numa sociedade patriarcal.

PALAVRAS-CHAVE: EJA. Desafios da mulher. Abandono escolar.

RESUMO: O objetivo deste artigo é relacionar e apresentar os estudos sobre a educação de jovens e adultos, tendo como foco as mulheres. Entende-se que a mulher, no ambiente da EJA, seja representada por muitos entraves, desafios e experiências

CHALLENGES FOR WOMEN WHO DECIDE TO GO BACK TO STUDYING AT EJA

ABSTRACT: The purpose of this article is to relate and present studies on youth and adult education, focusing on women.

It is understood that women, in the EJA environment, are represented by many obstacles, challenges and experiences that made them drop out of school on a regular basis and that is why it is important to seek to understand these premises based on academic research. The methodology adopted for the elaboration of this work is the bibliographic review and the case study, being a qualitative and exploratory research, with the objective of presenting, through scientific findings published in books, websites and articles, the results about what women face to be in the EJA and what were the reasons for this. Some authors approach the subject and present results that point out the difficulties of women in studies, their relationship with cultural, social, and economic demands, as well as dealing with female devaluation in a patriarchal society.

KEYWORDS: EJA. Women's challenges. School Abandonment.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda os desafios e as transformações das mulheres que decidem voltar a estudar pela EJA, passando pela história socioeducacional e a luta pelo direito de concluir a sua formação básica.

Para a elaboração do mesmo, foi realizada uma pesquisa exploratória qualitativa e descritiva sobre o tema, com base na hipótese de que as mulheres retomam seus estudos porque sentem a necessidade de concluí-los para poder alavancar sua vida pessoal e profissional. Por meio de análise de obras de vários autores e entrevista com Marinalva Imaculada Cuzin, Gestora pública de EJA e servidora pública municipal aposentada, foi feito o embasamento teórico do assunto visando demonstrar os motivos que levam a mulher a retomar os estudos e investigando os obstáculos, preconceitos e avanços que as mulheres na EJA tiveram de superar para dar continuidade à escolarização.

A pesquisa também tem como objetivo, provocar a reflexão sobre o encorajamento e o empoderamento feminino relacionado ao processo educativo, pois, embora já tenha ocorrido avanços significativos, é fato que, em pleno século XXI ainda há mulheres que vivem em negação e opressão relacionados a sua integridade física e moral e a necessidade da luta para que seus direitos sejam respeitados, ainda é uma realidade.

2 | DESENVOLVIMENTO

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil teve início no período colonial, tendo como foco a catequização dos povos indígenas e a alfabetização dos nativos na língua portuguesa. Segundo Strelhow (2010), em 1759, com a saída dos jesuítas do Brasil, a educação de adultos passou a ser responsabilidade do Império, onde apenas as classes mais abastadas tinham acesso à educação (homens brancos, filhos de colonizadores portugueses). Nessa época, houve a necessidade de ocorrer reformas educacionais, uma vez que a educação não era vista como algo produtivo e com isso, criou-se a educação noturna para adultos não alfabetizados e durante muito tempo, essa

educação noturna era a única forma de educação no país, conforme Porcaro (2004).

Ainda segundo a autora Porcaro (2004) a partir do século XX, as altas taxas de analfabetismo começaram a ficar evidentes no país, levando o governo a criar estratégias para a alfabetização de adultos, e em 1947, o governo brasileiro lançou a primeira campanha de educação de adultos, propondo alfabetizar a população analfabeta em três meses, além de oferecer cursos básicos, capacitação profissional e desenvolvimento comunitário.

No final de 1950 e início da década de 1960, a sociedade civil em torno das reformas de base iniciou uma mobilização que incitou mudanças no programa público de educação de adultos. Com a consolidação da proposta de uma nova pedagogia, que remetia principalmente ao autor Paulo Freire, o patrono da EJA. Dessa forma, um novo paradigma de ensino apareceu pela nova compreensão da relação entre questões educacionais e questões sociais (PORCARO, 2004).

As ideias de Paulo Freire espalharam-se por todo o país, ganhando reconhecimento nacional pelo seu trabalho com a educação, especificamente em relação à educação de adultos. Devido à sua notoriedade, em 1963, Paulo Freire foi encarregado pelo governo brasileiro de desenvolver o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, porém, com o Golpe Militar, houve uma ruptura nesse projeto de alfabetização, uma vez que este passou a ser visto como uma ameaça à ordem instalada. Para Freire (1967) a educação precisava ser pautada na emancipação libertadora, o que possibilita ao sujeito conhecer seu lugar de direito e deveres como cidadãos.

Por procurar testar os “achados” e se dispor sempre a revisões. Por despir-se ao máximo de preconceitos na análise dos problemas e, na sua apreensão, esforçar-se por evitar deformações por negar a transferência da responsabilidade. Pela recusa a posições quietistas. Por segurança na argumentação. Pela prática do diálogo e não da polêmica. (FREIRE, 1967, p. 60).

Na década de 1970, para Marques (2018) o governo assume novamente o controle dos Programas de Alfabetização de Adultos, lançando o MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização. Esse que se expandiu por todo o território nacional, e que se derivou no PEI – Programa de Educação Integrada, que representou adiante uma forma mais integrada do antigo curso primário. Na década de noventa, vimos a LDB (9394/96) afirmar que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (LDB, 1996)

Marques (2018, p. 15) completa que: “Em 1997 realizou-se na Alemanha/Hamburgo, a V Conferência Internacional de Educação de Jovens, promovida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas).” Essa conferência, segundo a autora, representou um importante marco na EJA, pois se estabeleceu a “[...] vinculação da educação de adultos ao desenvolvimento sustentável e equitativo da humanidade.”

E no novo milênio, vimos que foi aprovado o Parecer nº 11/2000 – CEB/CNE, que vigora ainda atualmente e trouxe as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Para Brasil (2013), essa foi uma premissa que sustenta então a identificação da Educação de Jovens e Adultos como um direito público subjetivo.

Em toda essa trajetória da EJA, podemos ressaltar que os ideais dessa modalidade foram se transformando, e atualmente Paulo Freire foi e é um grande exemplo no Brasil com evidências positivas da utilização do saber cotidiano para a construção do conhecimento, porque o autor desenvolveu abordagens para esse público durante sua trajetória profissional e, afirmava que é necessário entender a educação não apenas como ensino, com competência teórica, mas no sentido de humanizar. (FREIRE, 1984)

A Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, determinava que essa modalidade de fato trouxesse as bases sociais, afirmando em seu Artigo 5º que:

Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio. (CNE/CEB Nº 1, 2000)

Além disso, essa prática deveria manter a proximidade com alunos e buscava conhecer suas realidades, porque desde o surgimento da EJA no país, o autor Freire (1984) já tratava dessa modalidade como uma área de suma importância.

Freire acreditava na dialogicidade como a principal ferramenta para gerar uma educação libertadora, onde o educador desde o início do seu trabalho, considerando o planejamento, execução e a avaliação do mesmo, deveria interagir com os educandos, com o cuidado de não impor sua visão de mundo, mas que alargassem as suas visões de mundo, por passarem a considerar e valorizar os conhecimentos prévios, lugares de falas, reflexões e percepções sociais ocasionadas por todos os envolvidos (ALMEIDA; FONTENELEII; FREITAS, 2021, p. 03).

Ao se pensar na EJA nos parâmetros do autor, é possível vislumbrar uma educação inclusiva e integradora. Afinal, a educação tem como proposta acolher e ser libertadora.

Paulo Freire (1996) cita que ensinar exige respeito aos saberes desses educandos, e afirma que a contextualização do saber é uma importante noção pedagógica que deve ocupar um lugar de destaque na ação pedagógica contemporânea. A partir do momento que o aluno compreende os conteúdos estudados, o valor educacional da disciplina se expande, notando o real interesse por esses protagonistas.

A educação de adultos torna-se mais que um direito é a chave para o século XXI; é tanta consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre sexo, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e a cultura de paz baseados na justiça. (CONFINTEA, 2009, p. 19).

De acordo com esse contexto, temos o mesmo conceito de Confinteia (2009), que afirma que o sujeito do EJA é considerado como criador de cultura e portador de conhecimento individual, aprendendo a partir da observação do mundo, este que é capaz de fazer mesmo sendo analfabeto.

As DCNs (BRASIL, 2013, p. 362) destacam que “[...] a garantia da oferta de EJA deve se configurar, sobretudo, como direito público subjetivo, o que pressupõe qualidade social, democratização do acesso, permanência, sucesso escolar e gestão democrática.” Essa concepção da modalidade ensino abarca todo esse discorrer de luta e conquistas de direitos.

Para o normativo, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), é um ambiente muito particular na educação, e tende a atender educandos-trabalhadores, e para além de conteúdos e métodos, nessa proposta é necessário envolver objetivos que estejam de acordo com a formação humana e com o acesso à cultura. Nessas premissas o ensino deve lhes ofertar uma consciência crítica, com posturas e atitudes éticas, valorizando cada ser ali inserido.

Essa premissa evidenciada também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 9394/96), em seu artigo 37, que reitera que “a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”, traz como característica uma ampla diversidade de perfil dos educandos, seja pela idade, gêneros, histórico de vida, características socioeconômicas e culturais, dentre outros aspectos.

Para tal, o professor precisa notar que os alunos têm vontade de aprender a buscar novos conhecimentos, que aprenderam principalmente se fazendo na prática, esse aluno consegue solucionar problemas a partir de uma experiência real. Sendo assim, é de suma importância que seja considerado a própria realidade do educando, porque de acordo com Rocha (2002) esse educador encontrará condições para motivar a aprendizagem, despertando dessa forma o interesse do aluno.

E, para manter o diálogo com os alunos toma-se como um meio importante o estreitar das relações com os educandos, sendo possível transmitir conhecimentos para construir, analisar e adquirir uma consciência crítica, dessa forma a atuação do professor terá no diálogo o suporte necessário para uma prática mais adequada às suas necessidades, centrada numa perspectiva progressista. Arroyo (2001) diz que a educação popular enfatiza

uma visão total do jovem e do adulto, como sendo um ser humano que tem direito a se formar, tendo pleno papel social, cultural, cognitivo, ético, estético.

Por isso, na educação de jovens e adultos o valor educacional é adquirido individualmente e depende exclusivamente do significado do que se ensina e do que se aprende. Sendo assim, cabe ao educador desenvolver conteúdo significativo para trabalhar dentro de sala de aula, levando a sistematização desses saberes, se aprofundando no universo do aluno, para que na sua prática pedagógica a contextualização ocorra.

Sabemos que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é atualmente uma modalidade de ensino evidenciada em lei e que apresenta um grande rigor social. Diante disso, a abordagem dessa temática do referido estudo surgiu pelos aspectos que envolvem o ensino na EJA e a sua relação com o feminino, tendo a preocupação de conhecer esse processo de ensino-aprendizagem visto como uma educação de qualidade e que vem proporcionando oportunidades para todos aqueles, que em um determinado momento, tiveram de abandonar os estudos.

Conforme apontam os normativos que orientam a prática na EJA, compreendemos que ela se constitui com um público muito diverso e plural, carregado de histórias, conhecimentos e experiências. No entanto, nesse estudo propomos um olhar direcionado às mulheres, mensurando quais as premissas que as fizeram deixar os estudos e quais as expectativas do retorno na referida modalidade.

Justifica-se a importância desta pesquisa pela necessidade de esclarecer ainda na graduação quais as particularidades da EJA para o público feminino, levando em consideração a história de vida de cada indivíduo, o modo de agir e pensar em diversas situações bem como suas dificuldades de se manter nesse espaço.

A EJA aqui pensada é uma modalidade vista como uma oportunidade de conhecimento de vida que esses sujeitos trazem em sua bagagem. Essas considerações são de grande valia, pois é uma forma dos estudos serem voltados para o interesse dos educandos, modificando a dinâmica da sala de aula, por exemplo, para um ambiente com características de investigação, mais humanístico em que se envolvam práticas de conhecimentos que poderão valorizar essas trajetórias, propondo um olhar atento e específico na área.

Considerando que muitas vezes o público feminino deixa de estudar por algum motivo específico, e quando retornam à escola trazem uma grande dificuldade para se manter nesse ambiente, esta pesquisa buscou responder: Quais as dificuldades das mulheres que deixaram e retornaram à EJA? Pois, dessa forma acreditamos que quando buscamos nos aproximar das problemáticas que ambas carregam, poderemos conhecer a fundo o que elas sentem ao estarem buscando conhecimento, educação e propor formas para que elas se sintam motivadas e dispostas a contribuir e interagir com suas experiências de vida.

2.1 Motivos do abandono Escolar

É na escola que se potencializa vínculos sociais, habilidades físicas e cognitivas que fazem com que o aluno se torne um agente social. Porém, existem percalços e reações negativas diárias que aumentam a probabilidade de os jovens não darem continuidade aos seus estudos, em especial nos relatos desta pesquisa destaca-se a mulher diante de diversas motivações para que o abandono escolar aconteça.

Por muitos anos no século XX esta prática era quase invisível em nosso país, a mulher simplesmente não podia ter acesso à Educação e a alfabetização. Sua educação era exclusivamente para fins domésticos, onde ela poderia cuidar somente dos afazeres de casa e da família. Logo no século XVII, com acesso limitado à catequese, as mulheres passam a ter vínculos com estudos religiosos, bordados e costuras, e práticas de boas maneiras.

Em 1827 a mulher conquistou o direito de aprofundar seus estudos além do ensino fundamental a partir da Lei geral. O direito de concluir uma faculdade chega em 1879 somente às solteiras com autorização de seus pais, e as casadas eram obrigadas a respeitar o consentimento de seus maridos. Com muita dedicação e luta, as mulheres conquistaram a permissão de lecionar para outras meninas, abrindo caminhos para a educação, destacando sua conquista e vocação.

Percebem-se os grandes desafios que a mulher tem na luta para adquirir mais conhecimento e educação. Muitas pesquisas provam as dificuldades enfrentadas atualmente que fracassam na caminhada da mulher. Registro feito em uma pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi a de que 62 milhões de meninas param de frequentar a escola por falta de apoio estrutural, emocional.

Ao retornarmos para a análise referente às mulheres na EJA vemos que a evasão e, conseqüentemente o abandono escolar não pode ser tratado da mesma forma entre homens e mulheres, pois conforme afirma Freire (2006), é possível verificar que ainda que o acesso à escola seja de fato hoje uma realidade conquistada, mas ainda contamos com uma estrutura da instituição escolar que não dá conta da permanência dessas jovens, que é notoriamente excludente, e engessada.

Esse contexto, também nos permite elencar que um dos motivos que podemos tratar sobre esse viés do abandono escolar está a disparidade social presentes nas escolas, um ambiente que também reproduz a desigualdade tornando o ensino seletivo, onde o aluno da camada social mais baixa não possui perspectiva de conhecimento oriundo dos estudos, porque provavelmente no ambiente familiar pouco se agrega quanto a capital cultural para o mesmo. (FREIRE, 2006)

Por conta do trabalho infantil, pobreza, fome, casamento precoce, a gravidez, falta de conexão dos conteúdos, necessidade e falta de renda imediata, falta de rede de apoio

escolar. Jovens meninas, muitas vezes sobrecarregadas com afazeres domésticos de cuidar de uma casa, pessoa idosa, dependente de ajuda, muitas vezes com deficiência ou mesmo doente que de certo modo recai sobre elas, impactando negativamente seu desempenho.

Segundo o exame nacional para certificação competência de jovens e adultos (ENCCEJA), dentre os principais fatores que levam o abandono escolar das mulheres, destacam-se: o casamento e os filhos. Outro fator relevante para a escolha de continuar ou não os estudos é a renda familiar e a falta de apoio dos familiares, uma vez que a mulher pode ser a provedora principal da casa e os estudos atrapalhariam isso.

Outra questão relevante apontada por Bourdieu (1998) é de que a escola para as estudantes das classes populares não atende suas necessidades, e muitas vezes ela acentua essa desigualdade, levando-as ao fracasso/abandono escolar.

Carvalho (2004, p. 267) alerta que:

A complexificação do debate, contudo, vem indicando que múltiplas dimensões interferem nesse processo e que é preciso levar em conta tanto as condições socioeconômicas e culturais de origem da criança, quanto às condições de funcionamento das escolas, o preparo dos professores, os critérios de avaliação etc.

Diante disso, compreendemos que são vários os fatores que contribuem para que as mulheres abandonem a escola, dentre esses a maternidade com seus desdobramentos pode ser vista com maior ênfase, sendo apontada como uma de suas principais causas dessas alunas deixarem as escolas, contudo, fatores externos como os culturais, sociais e econômicos passam a somar esse cenário excludente.

2.2 Por que as mulheres voltam a estudar na EJA

Na vida da mulher, estudar pode representar empoderamento. Sim, pois papel que a escola desempenha é fundamental, em vários aspectos: cultural, social e pessoal.

A mulher busca, através do estudo, a sua autonomia. Ser protagonista da própria história, buscar melhores oportunidades.

As mulheres sempre protagonizaram a luta por espaço social e emancipação contra a dominação masculina. As conquistas que perpassam tal protagonismo se iniciaram no século IX, legitimando-se apenas no século XX, quando elas ingressam no mundo da escolarização e do mercado de trabalho. Estas conquistas permitiram às mulheres alcançarem seus direitos e visibilidade social. (Chagas, Carvalho e Jovino. p.259).

As mulheres voltam a estudar e ingressam na EJA por vários motivos. Um deles, sem dúvidas, é o fortalecimento da autoestima. “[...] o processo de empoderamento da mulher também atravessa seu lugar na sociedade, constituído pelo reconhecimento de si mesma.” (Chagas, Carvalho e Jovino. p.260).

“A volta à rotina escolar por parte das mulheres apresenta objetivos individuais e distintos, desta forma, os êxitos também serão distintos e individuais.” (CITTADIN&BADALOTTI, p.6).

Cada mulher tem seus sonhos e ambições e isso é que a move. A busca por melhores empregos, por reconhecimento, melhores salários, qualidade de vida. Tudo isso, impulsiona o retorno aos estudos.

Os sujeitos da EJA trazem consigo toda uma bagagem de vida. Quando uma mulher volta a estudar, ela traz toda essa gama de experiências e conhecimentos adquiridos ao longo de sua jornada. É assim que a escola age como transformadora na vida delas, possibilitando uma oportunidade de ler o mundo de forma mais abrangente e promovendo o empoderamento das mulheres, pois, como dito por Alves, p.27:

O empoderamento está no conhecimento e na autonomia socioeconômica que as mulheres podem alcançar e desenvolver, pois, assim, conseguem o poder de escolha, decisão e influência, tendo o poder para escolher consciente e racionalmente seus companheiros ou companheiras, representantes políticos, opção de ter filhos ou não, profissões e carreiras.

Para ilustrar melhor, os motivos que levam às mulheres a voltar a estudar na EJA, tomamos como referência o trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Pedagogia, de Yasmin Cardoso Alves: Trajetórias de vida de mulheres da EJA: o papel da escola no empoderamento feminino, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

Nessa pesquisa, foram entrevistadas várias mulheres. Cada uma delas foi questionada sobre os motivos que a levaram a retomar seus estudos na EJA. Seguem abaixo alguns relatos extraídos deste trabalho:

“Estar na EJA é uma chance para mim” (Margarida)

Margarida não conseguia ir ao mercado e ler os preços dos produtos.

“Meu sonho era conhecer outro mundo, diferente do meu” (Violeta).

Violeta nunca tinha ido a uma escola, durante toda a sua vida. Eram muito pobres e o foco da família era trabalhar para sobreviver. Estudar era a realização de um sonho.

“Nunca pude estudar, sempre fui escravinha de branco, meu marido também nunca me incentivou” (Rosa).

Rosa sofreu muitos preconceitos. Trabalhava como empregada doméstica e nunca conseguiu concluir os estudos. Foi incentivada a voltar a estudar por um advogado que fazia o inventário de sua família.

“Acho que se eu aprender a ler vou ter outro mundo, esse mundo “tá” fechado, todo mundo sabe e eu não, parece que estou em uma escuridão” (Jasmim).

Jasmim é apaixonada por livros e matriculou-se na escola para realizar o seu sonho de ampliar seus conhecimentos.

“Colégio não era para negro, ainda mais naquela época a prioridade era o trabalho” (Dália).

A filha de Dália foi sua motivação para estudar, visto que ela nunca tinha frequentado uma escola. “Sentiu que precisava ir para a escola, em razão da necessidade de comprar algo, assinar algum documento, etc.”.

Pelos relatos acima, é possível perceber que voltar a estudar representa para as mulheres não somente ter em mãos um certificado de conclusão de curso. Há muito mais por trás disso: há luz no fim do túnel, há sonhos sendo realizados, há a conquista de autonomia, a recuperação da autoestima, há o empoderamento, a força necessária para ser uma pessoa melhor.

Outra referência, que fala do retorno das mulheres aos estudos, é o trabalho final de TCC de Andressa Oliveira de Souza: A mulher aluna da EJA: caminhos e perspectivas no retorno à escola, da Universidade Federal de Rondônia. Vejamos:

“Aí agora eu senti a necessidade de vim pra escola, porque eu quero fazê minha habilitação” (ANTÔNIA, 64 anos).

“Vontadi di aprende mais, di cresce né?! Comu mulhe, como pessoa” (EMÍLIA, 55 anos).

[...] eu acho bonito, aquelas pessoa di idadi, tudu estudá. Eu achei a coisa mais linda, eu tinha uma tia, fais 9 ano qui ela faleceu, ela veio aprende assina o nomi dela cum 96 anos. Ai a outra veio aprende também ia faze uns 70” (MADALENA, 51 anos).

[...] chama a genti di analfabeto, né?! Muita genti já falo isso. Tevi uma veis qui eu fui ajeita meus documento aqui em Vilhena, transferência do meu título di eleito, aí ela foi e falo pra mim assim: - Por que qui a sinhora vai ajeita transferi pra cá? A sinhora é analfabeta, sinhora num precisa” (ELIZA, 66 anos).

[...] nesse tempo que eu mi dediquei pra eli eu pudia te dedicado pra mim, né?! Qui a genti tem o marido, a genti que cuida i tudo e as veis a genti esqueci da genti, né?! I hoje eu pudia te uma formação, né?! Eu pudia vive melhor hoje né?! Ganha melhor né?! Eu perdi bastante” (EMÍLIA, 55 anos).

Mais uma vez podemos observar que os motivos que levam às mulheres a retomar seus estudos, são diversos e na maioria dos casos muito simples. Há na simplicidade destes desejos uma grandiosidade que não se mede, não há preço definido, não há como estabelecer um valor material. Trata-se de valores emocionais, estruturais da pessoa como ser humano, como cidadão, como ser integral na sociedade.

Em resumo, as mulheres voltam a estudar para reencontrar-se e reintegrar-se. Uma busca constante e sem fim, com destino à liberdade, autoconhecimento, autoestima e melhoria contínua.

Nos **Anexos 1 e 2, página 25**, está inclusa uma entrevista com Marinalva Imaculada Cuzin, residente em Poços de Caldas e links relacionados à sua trajetória. Marinalva era faxineira e decidiu retomar seus estudos, provocando uma transformação em sua vida e de sua família.

2.3 Os desafios de quando a mulher volta a estudar e o impacto na família

É notória a mudança demográfica nos alunos egressos do curso de Educação de Jovens e Adultos. Visualiza-se uma crescente presença feminina nesse meio, as quais buscam, através da qualificação, uma realização pessoal e crescimento profissional.

Quando decidem voltar a estudar, as mulheres enfrentam muitos desafios, pois carregam sobre si o peso cotidiano de dupla e muitas vezes até tripla jornada. As dificuldades de se voltar a estudar já começam com o fato de precisar deixar seus lares para irem à escola, a maioria, após uma jornada de trabalho cansativa, cuidando dos filhos, da casa e muitas vezes sendo a principal fonte de renda da família. Em alguns casos, por não terem o apoio de seus companheiros, precisam levar os filhos para a escola e ainda sofrem com essa falta de amparo, precisando dar conta de tudo, tanto física quanto emocionalmente.

São inúmeros os motivos que geraram o abandono escolar, contudo, a decisão de voltar é, em sua maioria, embasada em uma necessidade pessoal de crescimento e reconhecimento, seja ele profissional ou até mesmo de cidadania. A independência gerada pela escolaridade é algo muito buscado pelas mulheres que retomam os estudos, uma vez que, por muito tempo, foram dependentes de terceiros (pais, maridos, família).

Reconhecer quais os motivos determinam o retorno escolar é imprescindível para traçar estratégias visando alcançar o maior número de mulheres completamente inseridas no seletivo grupo de pessoas letradas.

Não se pode deixar de citar, o machismo presente ainda na sociedade, sequelas do patriarcado colonial performando a mulher como alguém inferior ao homem. Infelizmente, até este tempo, há de se falar em preconceito em relação às mulheres, como em determinados setores do mercado de trabalho, onde elas recebem salários inferiores em relação a homens no mesmo cargo, por exemplo.

Foi preciso compreender alguns desses pressupostos que as trazem de volta à escola, seja pela busca de formação, pela inserção no mercado de trabalho, nas premissas relacionadas à capacitação, dentre outros motivos interligados no sentimento de pertencimento e emancipação dessas pessoas.

Para tal, busca-se embasar teoricamente em estudos sobre o tema que seja capaz de afirmar a dimensão dessa modalidade educativa, especialmente para o público feminino, como uma porta de entrada para inúmeros caminhos e grandes novas oportunidades.

2.4 Que resultados a Mulher obtém depois da volta às aulas na EJA

Percebe-se deste modo, a EJA representa para essas mulheres um caminho para a minimização dos efeitos da exclusão na sociedade, proporcionando uma nova chance de poder melhorar suas condições de trabalho e renda, em sua autonomia e realização pessoal, podendo obter resultados significativos, qualitativos e quantitativos em sociedade que se ampliam e de modo geral refletem nelas, uma nova visão de mundo por meio da educação.

Entende-se que as mulheres da EJA retornam às instituições escolares não só em busca de um certificado ou na colocação no mercado de trabalho, elas esperam muito mais do que ler ou escrever, em sua maioria pretendem continuar os estudos para sua formação intelectual e obter uma formação crítica social, adquirindo em sociedade seus direitos e deveres almejando uma oportunidade para um futuro melhor, tanto para elas quanto para seus familiares.

O empoderamento das mulheres dentro da escola olhando e analisando nas lutas e nos espaços nos quais estas mulheres podem se tornar “empoderadas” é fundamental que elas vençam alguns desafios para que estas mudanças em suas vidas possam atingir e refletir de maneira significativa como cidadã em sociedade, criando para elas possibilidade de um novo olhar e prática social, vencendo suas barreiras, medo de se expor e expressar suas opiniões, além da sua construção interna e seu desenvolvimento como indivíduo, é válido acrescentar que esse conceito vai além de uma luta individual, ele faz com que as mulheres de modo geral se ajudem de maneira mútua para que possam se inserir de forma ativa na comunidade em que vivem e que esse processo de crescimento e empoderamento podem agregar a estas mulheres para obter liberdade e independência consolidando assim, uma sociedade justa e igualitária.

As mulheres cada vez mais têm compreendido a importância do seu papel em sociedade, e almejam diariamente crescer e se tornarem independentes, é fato que nunca é tarde para conquistar novos horizontes e alcançar objetivos, a mulher que historicamente passou por um processo de aceitação e busca pelo seu lugar atualmente com as mudanças sociais, assume grandes papéis como provedora familiar, trabalhadora e estudante e cada desafio, barreira e preconceitos vencidos o número de mulheres entrando no mercado de trabalho a cada ano tem crescido significativamente, visto que antes as mulheres estavam destinadas somente a cuidar do lar e dos filhos nos dias de hoje em alguns casos a maior parte da renda familiar vem delas, atualmente com a procura das mulheres por formação continuada o avanço feminino pelo conhecimento é evidente, se tem ainda uma longa jornada pela frente, mas os resultados são positivos por estas transformações e mudanças que refletem diretamente nas relações sociais política, social e econômica.

As mulheres têm dado sentido às suas histórias e têm um papel significativo em prol dos direitos das mulheres, têm feito delas, mesmo até sem terem plena consciência, são grandes partícipes das lutas histórico-sociais do gênero feminino do século XXI.

“... por tradição histórica, a mulher teve sua existência atrelada à família, o que lhe dava a obrigação de submeter-se ao domínio masculino, seja pai, esposo ou mesmo o irmão. Sua identidade, segundo esses estudos, foi sendo construída em torno do casamento, da maternidade, da vida privada-doméstica, fora dos muros dos espaços públicos. E por essa tradição, construída historicamente, a mulher se viu destituída de seus direitos civis. Não podia participar de uma educação que fosse capaz de prepará-la para

poder administrar sua própria vida e de ter acesso às profissões de maior prestígio. Assim, por um longo período histórico, a família, a igreja e a escola, elementos inerentes a esse processo, enquanto instituições vão sustentar esse projeto moralizador, tutelando a mulher ao poder econômico e político do homem brasileiro...” (FERREIRA, 2007, p. 15).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apresenta a segunda edição do estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, com informações fundamentais para análise das condições de vida das mulheres no País.

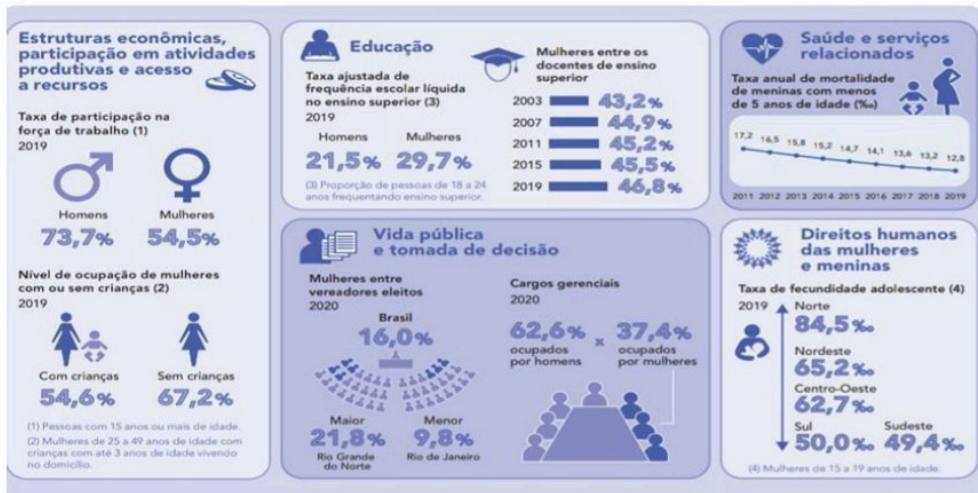
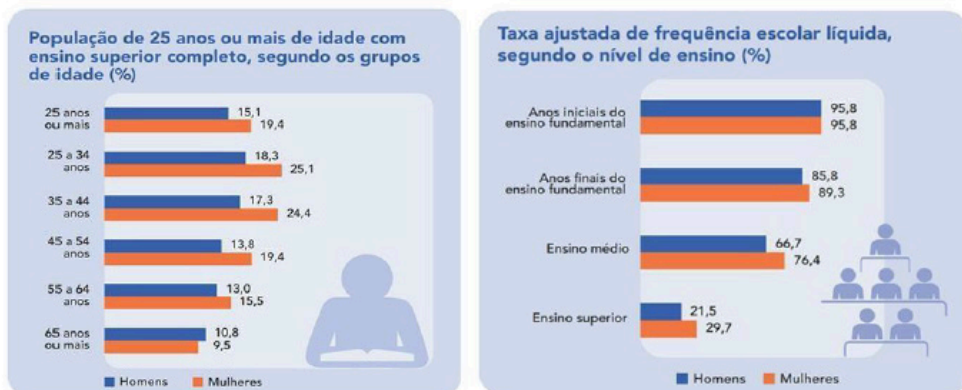


Figura 1 - Organograma com relação das condições de vida da mulher no Brasil.

Fonte: IBGE

A sistematização de indicadores sociais que retratam a sociedade brasileira e subsidiam a formulação de políticas públicas é agenda permanente de trabalho do IBGE desde a década de 1970, tendo como base a produção de relatórios sociais, cujo eixo estruturador são as persistentes desigualdades sociais evidenciadas nos mais distintos aspectos da vida da população. Essa trajetória se pauta pela análise e discussão da qualidade de vida das pessoas, da realização de direitos, da equalização de oportunidades e da universalização da cidadania 2.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. Nota: Dados do 2º trimestre.



Fonte: SINOPSE estatística da educação superior 2019. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: jan. 2021.

Figura 2 – Relação entre escolaridade e idade de acordo com o gênero.

Fonte: IBGE.

As mulheres são maioria nos cursos profissionais da Educação Básica. Dados do Censo Escolar 2018, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostram a predominância de alunas em todas as faixas etárias, com exceção dos alunos com mais de 60 anos. A maior diferença observada neste gráfico entre os sexos está na faixa de 40 a 49 anos, em que 60,7% das matrículas são de mulheres. Para o Censo Escolar, educação profissional engloba cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional articulado à EJA, ou ao ensino médio; ou cursos técnicos de nível médio nas formas articuladas (integrada ou concomitante) ou subsequentes ao ensino médio.

A EJA é mais procurada por mulheres, no que se refere à análise por sexo, do total daqueles que frequentavam ou frequentaram anteriormente a EJA, 53% eram mulheres e 47%, homens. Com relação ao rendimento, o maior percentual de pessoas que frequentavam EJA, na época da pesquisa, foi daquelas que estavam na faixa de até ¼ do salário-mínimo (3,0%) e as que não tinham rendimento (2,6%). A maioria dos que cursaram EJA era formada por pessoas que se declararam parda (47,2%), seguidas por

brancas (41,2%), pretas (10,5%) e de outra cor ou raça (1,1%). A participação das pessoas que frequentavam ou frequentaram anteriormente algum curso de Educação de Jovens e Adultos foi crescente nos grupos de 18 a 39 anos de idade, declinando nos seguintes.



Gráfico 1 – Relação entre número de matrícula na EJA e a idade.

Fonte: IBGE

Outro fator importante a ser considerado na questão da desigualdade de renda é o nível de instrução mediante aos avanços e conquista pela igualdade, ainda se percebe uma imensa desigualdade em relação às mulheres no gráfico abaixo, o rendimento médio do Brasil como o valor de referência (com base igual a 100) e os demais rendimentos são comparados a esse de acordo com o nível de instrução e o gênero. É possível notar que apenas as mulheres com nível superior completo foram capazes de ultrapassar o rendimento médio da população, chegando a receber 167,1% do rendimento médio total. Porém, nos demais níveis de instrução, o rendimento médio das mulheres foi sempre inferior ao do total, saindo de 30,1% do rendimento médio do Brasil (para as mulheres sem instrução) e chegando em 72,3% da média brasileira com nível de instrução superior incompleto. Já os homens, eles conseguiram ultrapassar o rendimento médio do Brasil já no ensino superior incompleto (114,1%). Contudo, a maior diferença aparece para o nível superior completo. Os homens receberam 279,7% da média da população, distanciando-se grandemente dos rendimentos femininos nessa categoria de instrução (167,1% da média brasileira).

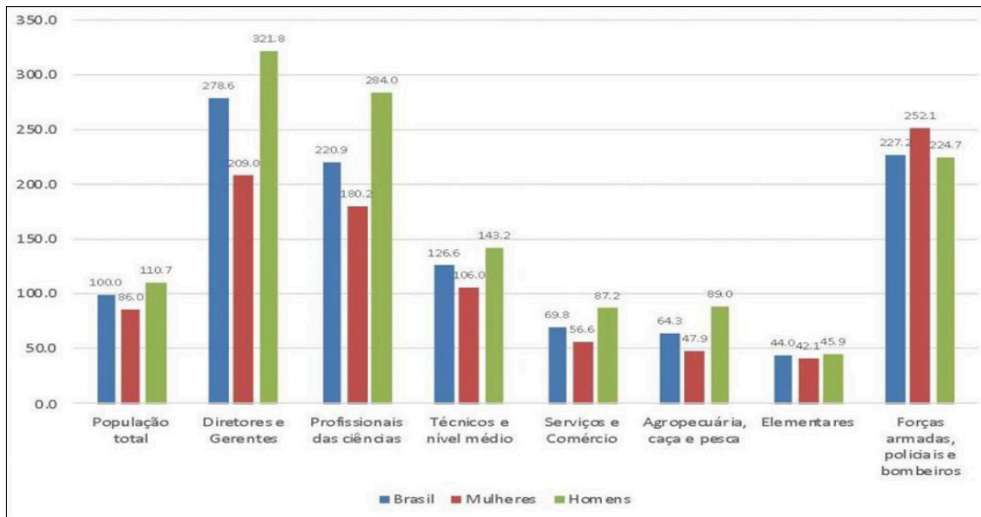


Gráfico 2 – Rendimento médio relativo por gênero e instrução, no 1º trimestre de 2020.

Fonte: Microdados PNAD contínua trimestral – IBGE. Elaboração NPEGen.

Esse gráfico também revela o crescimento da desigualdade de renda entre mulheres e homens de acordo com o aumento do nível de escolaridade. Afinal, as mulheres sem instrução auferiram cerca de 72,2% do rendimento dos homens na mesma categoria, enquanto as mulheres com nível superior completo receberam apenas 59,7% dos salários dos homens com a mesma instrução, neste gráfico comparam-se as diferenças de renda entre homens e mulheres de acordo com os cargos ocupados, foram selecionados apenas aqueles mais representativos para a análise da desigualdade salarial.

É possível em análise notar, examinando o gráfico, alguns cargos capazes de ultrapassar o rendimento médio do Brasil. São eles: Diretores e Gerentes, Profissionais da Ciência, os Técnicos e Profissionais de Nível Médio, assim como os membros das Forças Armadas. Porém, nem todos os cargos seguiram o mesmo padrão: os três primeiros apresentaram uma grande desigualdade de rendimentos entre as mulheres e os homens, enquanto o último apresentou desigualdade significativa, porém menor, com vantagem para as mulheres.

As mulheres ganharam seu espaço e são empoderadas, mas é evidente que existem ainda preconceitos em relação às cadeiras e posições que elas ocupam, as mulheres saíram de suas cavernas para dar voz ao mundo, para mostrar o seu valor e para garantir que seus direitos sejam respeitados em sociedade.

3 | CONCLUSÃO

A Educação de Jovens e Adultos é vista como um espaço diverso que acolhe os mais diferentes históricos pessoais que advêm com muita bagagem cultural e de fato estão em busca de uma nova oportunidade na escola, porque a EJA aqui tratada corresponde a um espaço plural e diverso com suas peculiaridades e contexto de obtenção e busca de autonomia intelectual, social e até econômica.

Esta aproximação com os estudos e as teorias nos permite relacionar o conhecimento teórico com a prática cotidiana de uma sala de aula da educação dos jovens e adultos com toda a sua heterogeneidade e pluralidade, como também o papel das práticas para o público feminino do envolvimento com os saberes sociais e culturais contidos no interior da escola.

Com base nas reflexões e estudos percebemos que esses sujeitos que buscam uma escolarização em tempo não habitual devem ser vistos como seres sócio-histórico-cultural, com muitos conhecimentos e diversas experiências acumuladas. Cada pessoa desse espaço precisa de um tempo próprio, e sua educação é um tanto particular, pois ambos buscam uma ressignificação de suas vidas e de si mesmo.

Tendo em vista toda essa diversidade/pluralidade desses educandos, e todas as ações socialmente diversificadas, percebemos que é preciso que a Educação de Jovens e Adultos proporcione múltiplas formas de socialização desses conhecimentos e das culturas ali existentes.

Por isso, foi possível destacar que esse ambiente deve incitar o respeito ao educando e a relação do seu conhecimento com sua evolução, e, no dia a dia escolar encontramos muitas possibilidades de avançar nessa área tão importante para a formação humana.

Mesmo que a tarefa de ensinar na atualidade abrange muitas particularidades e dificuldades, hoje precisamos invocar meios potenciais de desenvolvimento desses sujeitos, uma vez que é necessário explorar competências e habilidades para a vida em sociedade e motivá-los a ir sempre além, envolvendo ações pertinentes nesse processo singular da aprendizagem para esses jovens e adultos.

Observamos que o público feminino enxerga nesse espaço uma oportunidade de alcançar seus objetivos pessoais, profissionais, e que de fato merecem estar incluídas numa perspectiva educacional que alimente suas esperanças frente às adversidades vivenciadas por elas mundo afora.

A pesquisa mostra também que muitos fatores externos e internos à escola podem ser responsáveis pelo fracasso e/ou abandono escolar feminino, tais como: gravidez, desmotivação, desigualdade social, despreparo do sistema educativo, relações desiguais entre gênero, dentre outros aspectos que puderam ser vistos neste estudo.

Em relação aos aspectos observados sobre os motivos que as trazem de volta aos estudos, podemos destacar que na grande maioria os autores concordam que elas veem

nesse retorno uma oportunidade de melhoria de vida, de esperança frente aos desafios sociais, financeiros e pessoais.

Almejamos que a escola reconheça essa especificidade e atue com seus professores para tornar esse espaço mais significativo para o feminino, que possa ver cada estudante de forma holística reconhecendo seu potencial, e assim possa reverter o contexto do abandono.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de; FONTENELE, Inambê Sales; FREITAS, Ana Célia Sousa. Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6151>. Acesso: 26 jul. de 2022.

ALVES. C.Y. **Trajetórias de vida de mulheres da EJA: o papel da escola no empoderamento feminino**. Publicado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Educação Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/199212/001100905.pdf?seq_ence=1>Acesso em 04/08/2022.

ARROYO, Miguel et al. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. **Alfabetização e cidadania**. Brasília, 2001.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** - Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (9394/96). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 jul. 2022.

_____. **Parecer CNE/CEB 11/2000**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 29 de jun. 2022.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CARVALHO, Marília Pinto de. **O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça**. cadernos pagu, p. 247-290, 2004. CITTADIN, Diego; BADALOTTI, Greisse Moser. **EJA e mulheres: os motivos e objetivos do retorno das mulheres à escola na EJA Unidade de Ussussanga-SC**. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/368/EJA%20E%20ULHERES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 09/08/2022.

CONFINTEA. **V Conferência internacional sobre a educação de adultos**. Brasília: SESI, 2009. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000116114_por>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Educação para a paz segundo Paulo Freire. **Educação**, v. 29, n. 2, p. 387-393, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/848/84805907.pdf>. Acesso em 15 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Paulo. **Pedagogia do oprimido**, v. 43, 1996.

FREIRE, Paulo. **Primeiras palavras**. São Paulo, 1992.

IBGE. GOV. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf> Acesso em: 04/08/2022.

MARQUES, Jeanne Letícia da Silva. **Perspectiva discente na EJA/EAD do ensino médio: um estudo de caso em uma instituição particular**. 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/189930>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PORCARO, Rosa Cristina. **A história da educação de jovens e adultos no Brasil**. Universidade Federal de Viçosa, 2004. Disponível em: <<http://files.pedagogiaunifeso.webnode.com.br/200000464-0b8b90c86d/A%20HIST%C3%93RIA%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20JOVENS%20E%20ADULTOS%20NO%20BRASIL.pdf>>. Acesso em: 15 de ago. de 2022.

ROCHA, Halline Fialho da et al. As práticas educativas na educação de jovens e adultos. **Pedagogia em Foco**, 2002. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/node/594>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SOUZA, Andressa Oliveira de. **A mulher aluna da EJA: caminhos e perspectivas no retorno à escola**. Vilhena, RO, 2019.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Breve história sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010 - ISSN: 1676-2584

ANEXOS

ANEXO 1 – Entrevista

Nome: Marinalva Imaculada Cuzin

Idade: 57

Profissão: Gestora pública de EJA. Servidora Pública municipal aposentada.

1 - De modo geral, como foi sua experiência na EJA como aluna? E como profissional?

Como aluna foi onde vi a possibilidade de mudar a minha vida e não parei mais de estudar chegando ao Doutorado em Psicologia da Educação pela Unicamp. Como profissional, amava muito meu trabalho, com a expectativa de poder fazer a diferença na vida de outras pessoas.

2 - Quais os motivos que levam as mulheres a desistir de estudar?

Penso ser cultural associado às dificuldades familiares, em especial os cônjuges e o cuidado com os filhos e família em geral.

3 - Quais os motivos que levam as mulheres a voltar a estudar na EJA?

Penso ser uma resposta singular, no meu caso foi a expectativa de mudança de vida. Esperança de uma vida melhor e necessidade de melhor emprego e remuneração.

4 - Que desafios as mulheres enfrentam quando retomam seus estudos na EJA?

Todo tipo de dificuldade, desestímulo de todos os lados, precisa ter muita vontade para continuar. É uma luta solitária e diária.

5 - Quais são os resultados atingidos pelas mulheres que completam os seus estudos na EJA?

Transformação de vida, influência cultural sobre outras mulheres, e libertação dos estigmas sociais que aprisionam. Conquista de vida de fato.

ANEXO 2 - Links relacionados à história de Marinalva

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1008200121.htm>

<http://edubase.sbu.unicamp.br:8080/jspui/handle/EDBASE/489>

FATORES HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS QUE INFLUEM NA DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS LGBTQIA+ NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Data de aceite: 01/08/2023

Maria Clara Ramos Nery

Doutora em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia, Especialista em Estudos Culturais, Educação Popular e educação transformadora: teoria e prática. Prof.

Adjunta do Curso de Pedagogia-Licenciatura da Unidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul-UERGS, Unidade de Cruz Alta/RS.

RESUMO: Este estudo aborda os fatores sócio-históricos e socioculturais, que originam discriminação, estigmatização e violência contra pessoas LGBTQIA+ no âmbito da sociedade brasileira, tendo como objetivo gerar reflexões sobre elementos constitutivos de nossa formação cultural através da compreensão da matriz de subjetivação, para demonstrar a origem do conservadorismo presente em nosso contexto social, político, econômico e cultural e a relação com a discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+. A questão investigativa é: quais são os principais fatores sociais, culturais e históricos que contribuem para a persistência da discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil? Investigar e analisar os elementos

da matriz de subjetivação, fonte originária de discriminação, preconceito e violência no contexto da sociedade brasileira com relação aos “diferentes”, é fundamental bem como, gerar reflexões acerca deste enfoque no sentido de contribuir para investigações mais aprofundadas com relação a diversidade sexual e de gênero em nossa sociedade. Metodologicamente trabalhamos com pesquisa bibliográfica para embasar nosso estudo sobre discriminação, estigmatização, exclusão e violência enfrentada pelas pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Este estudo fornece percepções significativas sobre os aspectos sócio-históricos e culturais que levam a discriminação de pessoas LGBTQIA+.

PALAVRAS-CHAVE: LGBTQIA+, sócio-histórico, sociocultural, discriminação, subjetivação.

ABSTRACT: This study addresses the socio-historical and socio-cultural factors that originate discrimination, stigmatization and violence against LGBTQIA+ people within Brazilian society, aiming to generate reflections on constitutive elements of our cultural formation through the understanding of the subjectivation matrix,

to demonstrate the origin of conservatism present in our social, political, economic and cultural context and the relationship with discrimination and violence against LGBTQIA+ people. The investigative question is: what are the main social, cultural and historical factors that contribute to the persistence of discrimination and violence against LGBTQIA+ people in Brazil? Investigating and analyzing the elements of the subjectivation matrix, the original source of discrimination, prejudice and violence in the context of Brazilian society in relation to the “different”. relation to sexual and gender diversity in our society. Methodologically, we worked with bibliographical research to support our study on discrimination, stigmatization, exclusion and violence faced by LGBTQIA+ people in Brazil. This study provides significant insights into the socio-historical and cultural aspects that lead to discrimination against LGBTQIA+ people.

KEYWORDS: LGBTQIA+, socio-historical, sociocultural, discrimination, subjectivation.

No contexto da sociedade brasileira, a questão da diversidade sexual e relações de gênero é complexa e multifacetada, marcada por forte conservadorismo e rechaço a diferença em termos culturais. Refletir acerca dos fatores históricos que contribuem para a presença de forte discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil se torna essencial para podermos compreender os elementos fundantes da discriminação e violência presentes contra este segmento social e, cabe salientar, que em vários contextos vamos encontrar os elementos fundantes relativos a cada situação histórica, como, por exemplo: a influência do campo religioso, a influência do processo de colonização e a transplantação da moralidade europeia, determinando uma cultura eurocêntrica presente em nossa sociedade, a ditadura militar de 1964 – 1985 presente neste país onde a perseguição aos considerados “desviantes” da norma estabelecida era uma constante, o processo de estigmatização e patologização com relação à diversidade sexual e de gênero, sendo consideradas enquanto desvios, doença.

Estes são fatores situacionais, então contribuintes para em cada período histórico podermos verificar os elementos fundantes do processo de discriminação e violência contra as pessoas LGBTQIA+. É importante reconhecer que esses determinantes históricos são interligados e complexos, e a discriminação contra pessoas LGBTQIA+ resulta de uma combinação de fatores culturais, sociais, políticos e religiosos que moldaram as atitudes e as práticas ao longo do tempo. A conscientização sobre esses determinantes históricos auxilia na compreensão das raízes da discriminação e na promoção de mudanças positivas para garantir a igualdade e o respeito aos direitos das pessoas LGBTQIA+ no Brasil.

Diversidade sexual e de gênero, são temas complexos e se constituem como multifacetados no contexto de nossa historicidade, que tem originado pesquisas e discussões em diversas áreas do conhecimento e, nosso intuito é abordar elementos-chave constitutivos de nossa história para buscar compreender a significação destes momentos para a manutenção da discriminação e violência contra as pessoas LGBTQIA+, até os dias atuais.

Mesmo que tenhamos tido avanços através da legislação, tais como a criminalização da homofobia pelo Supremo Tribunal Federal, no ano de 2019, ainda diante de um judiciário onde a celeridade é inexistente, gerando impunidade, persistem, portanto, no âmbito legal retrocessos e resistência destas pessoas com relação ao seu reconhecimento e seus direitos de estarem em sociedade sem serem discriminados e de sofrerem violências, principalmente com relação às pessoas trans, que tem limitações com relação à igualdade e a proteção jurídica em nossa sociedade.

Muitos autores e pesquisadores, incluindo pessoas LGBTQIA+, consideram o texto legal um avanço. No entanto, ponderamos que, diante da falta de aplicabilidade em nossa realidade social e da lentidão do sistema judiciário deste país, esse avanço mencionado não se configura como um retrocesso, mas sim como uma ineficácia. Isso ocorre porque não consegue modificar os padrões culturais que discriminam e estigmatizam pessoas LGBTQIA+.

Sobre este ponto cremos que devemos pensar enquanto pesquisadores acerca da questão da diversidade sexual e de gênero neste país. Consideramos que se torna essencial a pesquisa e a reflexão em relação ao que está presente na sociedade brasileira, considerando seus elementos constitutivos em termos culturais, sociais, políticos e econômicos. Isso envolve analisar os nexos causais que geraram práticas discursivas, condutas e repertórios de ações individuais e coletivas, juntamente com seus conteúdos de sentido compartilhados socialmente. Esses elementos são responsáveis pela estigmatização, violência e discriminação em relação às pessoas LGBTQIA+.

Assim, nossa questão problematizadora é: quais são os principais fatores sociais, culturais e históricos que contribuem para a persistência da discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil? Portanto, metodologicamente trabalhamos com pesquisa bibliográfica para embasar nosso estudo sobre discriminação, estigmatização, exclusão e violência enfrentada pelas pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Por meio dessa abordagem, visamos investigar e analisar os diferentes aspectos sociais, culturais e históricos, que estão relacionados a esse cenário, utilizando fontes confiáveis e relevantes para embasar nossas conclusões.

A pesquisa bibliográfica nos permite explorar teorias, estatísticas, relatos de experiências e análises acadêmicas que contribuem para uma compreensão mais aprofundada dos fatores que influenciam na persistência dessas formas de opressão. Além disso, ao utilizar essa metodologia, visamos fornecer embasamento teórico consistente para a formulação de propostas e ações que promovam a igualdade, a inclusão e o respeito aos direitos das pessoas LGBTQIA+ em nossa sociedade.

Nosso enfoque teórico-metodológico ocorre no âmbito da Sociologia, considerando a relação de interdependência estabelecida entre o indivíduo e a sociedade, bem como nos Estudos Culturais, cujos enfoques envolvem a análise das relações de poder e das desigualdades presentes nas práticas culturais. Além disso, enfatiza a importância das

identidades culturais e das subculturas, e como essas são moldadas e negociadas por meio de processos culturais. Valoriza, esse campo do conhecimento, a diversidade cultural e a voz de grupos marginalizados, desafiando as narrativas hegemônicas e dominantes.

Inicialmente nossa abordagem recairá sobre o processo de colonização brasileira que instituiu nossos traços característicos típicos na esfera sociocultural, pois a esta priorizaremos; no segundo momento, nossa abordagem recai sobre normalidade e anormalidade advinda da histórica matriz de subjetivação presente na esfera sociocultural de nossa sociedade, ao ser esta que estabelece estes critérios que contribuem para a discriminação, estigmatização, violência e exclusão de pessoas LGBTQIA+. Por fim nossas considerações finais.

A INFLUÊNCIA DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE NOSSAS CARACTERÍSTICAS TÍPICAS NA ESFERA SOCIOCULTURAL

Quando voltamos nosso pensar para o processo de nossa colonização, o eurocentrismo assume significação, pois colocou a Europa e sua cultura como o centro de atenção e de valorização, considerando-a como superior a outras culturas. O termo “eurocentrismo” refere-se a uma visão de mundo onde a Europa é o modelo, o centro de desenvolvimento cultural, econômico e político, sendo então outras culturas diferentes consideradas como inferiores e subalternas. Assim podemos dizer que temos um processo de transplantação da cultura europeia para este país, com todas as suas tradições, valores, visão de mundo, tradições etc.

Durante o período colonial, os colonizadores portugueses trouxeram consigo uma mentalidade eurocêntrica, o que se refletiu nas práticas coloniais adotadas no Brasil. Os portugueses buscaram impor sua cultura e valores sobre os povos indígenas, africanos e afrodescendentes que habitavam o território brasileiro.

O eurocentrismo está vinculado com o colonialismo, o imperialismo e o racismo e se caracteriza por uma visão parcial da história, da cultura e da política mundial. Reflete a maneira em que se ensina e se estuda a história em muitas partes do mundo, onde se considera de grande importância as contribuições do continente europeu e se minimiza ou se ignora, a história e contribuições de outras culturas. Saliente-se como elemento significativo com relação ao eurocentrismo diz respeito a forma como se julgam e se avaliam as culturas e sociedades não europeias, através dos valores e das normas europeias, o que fatalmente leva a uma falta de compreensão e apreciação limitada da diversidade cultural e das diferenças.

Não se reconhece na concepção eurocentrista de mundo uma concepção pluralista e equilibrada da história e da cultura mundial que considere a diversidade e a complexidade das sociedades e das culturas. Assim a partir da concepção eurocêntrica de mundo transplantada para “as terras brasileiras”, podemos compreender como matriz

de subjetivação este elemento fundante de nossa sociedade, que interpelou e interpela o campo educacional.

No processo de colonização do Brasil, a transplantação da cultura de Portugal teve um papel fundamental na formação da sociedade e da identidade cultural brasileira. A colonização portuguesa trouxe consigo uma série de elementos culturais que foram gradualmente incorporados à realidade brasileira, mas também foi marcada por tensões e conflitos entre a cultura dos colonizadores e as culturas indígenas e africanas já presentes no território.

A língua portuguesa foi um dos principais elementos culturais transplantados para o Brasil. A imposição do idioma português foi um meio de estabelecer a dominação cultural e facilitar a comunicação entre os colonizadores e os povos nativos. A língua portuguesa se tornou a língua oficial do Brasil e continua sendo o idioma predominante até os dias de hoje. Além do idioma, a religião católica foi outro elemento cultural transplantado para o Brasil. Os colonizadores portugueses trouxeram consigo a fé católica e impuseram-na como a religião oficial do país.

A Igreja Católica exerceu uma influência significativa na vida cotidiana e nas práticas sociais dos colonizados, contribuindo para a formação de um imaginário religioso profundamente enraizado na cultura brasileira. A cultura material também foi afetada pela transplantação cultural. Os colonizadores introduziram tecnologias, arquitetura, formas de organização urbana, métodos agrícolas e práticas comerciais que refletiam a cultura portuguesa.

No entanto, é importante destacar que a cultura portuguesa não foi simplesmente imposta de forma homogênea. O encontro com as culturas indígenas e africanas gerou um processo de hibridização cultural, no qual elementos culturais foram mesclados, adaptados e reinterpretados. Essa hibridização resultou na formação de uma cultura brasileira única, que incorpora múltiplas influências e expressões (SODRÉ, 1979).

Enfim, o processo de transplantação da cultura de Portugal para o Brasil durante a colonização teve um impacto significativo na formação da sociedade e da identidade cultural brasileira. A língua, a religião, a cultura material e outros elementos culturais portugueses foram introduzidos, mas também foram reinterpretados e hibridizados com as culturas indígenas e africanas, resultando em uma cultura brasileira diversa e multifacetada (SODRÉ, 1979).

Se pode constatar então, que a cultura brasileira é resultado de um processo que se consolida na hibridização cultural, no qual elementos de diferentes origens foram mesclados e transformados. A cultura transplantada no Brasil, marcada pela influência europeia, coexiste com as culturas indígenas e africanas, resultando em uma rica diversidade cultural e uma identidade nacional única (SODRÉ, 1979), mas esta coexistência não está contida num contexto pacífico, há o processo de dominação, portanto, de

subjetivação¹ a moldar indivíduos e grupos não pertencentes aos segmentos dominantes da sociedade. Sodré (1979) destacou a influência europeia, principalmente portuguesa, no desenvolvimento da cultura brasileira, mas também enfatizou a contribuição das culturas indígenas e africanas. A cultura transplantada no Brasil foi marcada por um caráter contraditório. Por um lado, houve a imposição de valores e modelos culturais europeus, que muitas vezes foram utilizados como instrumentos de dominação e controle colonial. Por outro lado, houve uma reelaboração desses elementos culturais, incorporando-se a eles características próprias das culturas indígenas e africanas (SODRÉ, 1979).

Constatamos a presença de um elemento singular em nossa formação cultural e, por consequência na constituição de nossa identidade cultural. Embora tenhamos nos constituído culturalmente no âmbito do hibridismo cultural (SODRÉ, 1979), este fato histórico parece não ter aberto caminho para o não rechaço ao diferente, sendo este aspecto estrutural e estruturante de nossa realidade sociocultural.

Portanto, nossa constituição histórica envolve a presença de uma matriz de subjetivação, no campo das relações de poder alicerçada no eurocentrismo, numa cultura transplantada com seus valores, hábitos e crenças, pela imposição da assimilação aos valores europeus aos indígenas e afrodescendentes e imposição do Catolicismo como universo de representações simbólico religiosas primordial, fatores que consideramos produtores de nós povo brasileiro como sujeitos. Essa matriz de subjetivação, pode ser então considerada enquanto elemento fundante da esfera sociocultural brasileira e interpela e atravessa os mais vastos campos de nossa sociedade.

Podemos afirmar que a matriz de subjetivação constitutiva de nossa dimensão sociocultural, contribuiu para a para a formação de uma mentalidade de rejeição em relação ao diferente, estabelecendo hierarquias sociais e raciais que perpetuaram desigualdades e preconceitos ao longo da história brasileira.

Foi estabelecida uma estrutura social baseada na exploração e na opressão dos povos indígenas e dos africanos escravizados. Essa estrutura hierárquica criou divisões entre diferentes grupos étnicos, culturais e raciais, com os colonizadores portugueses ocupando o topo da hierarquia social. A ideia de superioridade dos colonizadores em relação aos povos colonizados foi internalizada e perpetuada ao longo dos séculos. Essa concepção de diferença contribuiu para a formação de estereótipos e preconceitos em relação aos indígenas, aos africanos e aos afrodescendentes, que eram vistos como inferiores e tratados de forma discriminatória.

1. Subjetivação aqui em sentido foucaultiano: Foucault argumenta que a subjetivação não é simplesmente um resultado da repressão ou da dominação, mas também envolve mecanismos de auto dominação e autorregulação. Ele destaca a importância das práticas de confissão e da produção de discursos sobre a sexualidade como formas de subjetivação, em que os indivíduos são levados a se examinar, se conhecer e se disciplinar de acordo com as normas estabelecidas. Ao longo de sua obra, Foucault desenvolveu uma análise crítica das formas de subjetivação, questionando as relações de poder envolvidas nesse processo e os efeitos de normalização e exclusão que ele produz. Ele busca desestabilizar as noções tradicionais de sujeito como uma entidade fixa e coerente, argumentando que a subjetividade é fluida, histórica e sempre em processo de transformação.

O racismo, o preconceito, estão enraizados na sociedade brasileira e têm impactos significativos até os dias atuais, também em se considerando as pessoas LGBTQIA+. A discriminação racial, por exemplo, se reflete em desigualdades socioeconômicas, oportunidades limitadas e exclusão social enfrentada pela população negra. Além do aspecto racial, a concepção da diferença também pode ser observada em outras formas de discriminação exclusão presentes na cultura brasileira, como a discriminação de gênero, de orientação sexual, de religião e de classe social. O Brasil é uma sociedade marcada por desigualdades e pelo rechaço ao que é considerado diferente em relação aos padrões estabelecidos.

No entanto, é importante destacar que existem movimentos e lutas sociais que buscam combater essas formas de discriminação advinda da matriz de subjetivação e promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária. O reconhecimento da diversidade e o respeito às diferenças são princípios fundamentais para superar as concepções discriminatórias, preconceituosas, estigmatizantes e construir uma cultura nacional mais justa e igualitária.

É necessário um trabalho contínuo de conscientização, educação e mudança estrutural, o que significa a desconstrução da matriz de subjetivação ao qual fomos submetidos historicamente, para enfrentar os preconceitos arraigados na sociedade brasileira e promover uma cultura que valorize e respeite a diversidade e a diferença em todas as suas manifestações

Importante, recobrar Foucault (2022) quando este argumenta que a subjetivação não é simplesmente um resultado da repressão ou da dominação, mas também envolve mecanismos de auto dominação e autorregulação. Ele destaca a importância das práticas de confissão e da produção de discursos sobre a sexualidade como formas de subjetivação, em que os indivíduos são levados a se examinar, se conhecer e se disciplinar de acordo com as normas estabelecidas.

Destaque-se que ao longo de sua obra, Foucault desenvolveu uma análise crítica das formas de subjetivação, questionando as relações de poder envolvidas nesse processo e os efeitos de normalização e exclusão que ele produz. Ele busca desestabilizar as noções tradicionais de sujeito como uma entidade fixa e coerente, argumentando que a subjetividade é fluida, histórica e sempre em processo de transformação. Para o autor, a subjetivação não é um processo natural ou inato, mas sim um processo social e histórico que envolve a internalização de normas, valores e práticas culturais que moldam e governam o comportamento humano. Em outras palavras, a subjetivação é um processo de produção de subjetividades que são conformes às normas e valores vigentes em uma determinada sociedade e época histórica.

O NORMAL E O ANORMAL NO CENÁRIO SOCIOCULTURAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA

No contexto da sociedade brasileira na esfera sociocultural, a concepção do normal e do anormal é plena de complexidade e está sujeita a diversas influências, tanto históricas quanto sociais, dentre as quais a matriz de subjetivação que objetivamos apontar anteriormente. A definição do que é considerado normal ou anormal pode variar de acordo com as normas culturais, valores sociais, tradições e crenças dominantes em determinado momento e local.

No cenário nacional atual, ainda enfrenamos desafios relacionados com a compreensão e aceitação principalmente no âmbito da diferença, mais do que da diversidade. As normas sociais e os padrões culturais considerados aceites socialmente, podem gerar estigmas, preconceitos e discriminação em relação a indivíduos e grupos que se “desviam” das normas, principalmente quando a questão é diversidade sexual e de gênero e pessoas LGBTQIA+. Portanto, a concepção do normal e do anormal é um processo que requer uma abordagem crítica, reflexiva e sensível, considerando a diversidade cultural e as experiências individuais consideradas diferentes.

Na atualidade o normal e o anormal se encontram potencialmente relacionados às questões de gênero e sexualidade. Destaque-se que através da matriz de subjetivação traço característico típico de nossa constituição cultural e seus alicerces envolve concepções conservadoras, pois no âmbito da esfera sociocultural estrutural de nossa sociedade temos como característica o paternalismo das elites e a conseqüente acomodação conservadora, que interpelam e atravessam a concepção do normal e do anormal, no império da heteronormatividade.

Aponta Louro o seguinte: A produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade, uma rejeição que se manifesta pela homofobia (LOURO, 2022, p.33). A assertiva da autora estabelece a dialética existente entre a heterossexualidade e a homossexualidade e, que, portanto, demonstra a relação de interdependência existente entre estas orientações sexuais, as quais descrevem a atração emocional, romântica e/ou sexual que uma pessoa sente em relação a outra. Porém, essa relação no contexto de nossa sociedade não se faz presente, e sim a homofobia.

Em nossa compreensão, a homofobia é um processo de polarização socialmente constituído que impede o reconhecimento das diferenças complementares entre os seres humanos e os corpos humanos. Isso ocorre porque estamos lidando com a diversidade sexual e de gênero, que diz respeito ao âmbito humano. A polarização no campo das representações na cultura estabelece práticas discursivas distintivas e, no campo das relações de poder o dispositivo discursivo assume especial significação porque moldam as concepções e nas sociabilidades. Destaque-se que Foucault, define dispositivo da seguinte forma:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicos, o dito e o não dito, são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1993, p.244).

Foucault, em sua assertiva, deixa claro os aspectos característicos dos dispositivos que são no campo da sexualidade, facilitadores de normalização. Isso ocorre por meio da moldagem de indivíduos e grupos mediante práticas discursivas, as quais são internalizadas, produzindo efeitos de sentido no todo social por meio das interrelações. Tais aspectos constituem-se na cultura e na história as identidades sociais, que interpelam e atravessam os sujeitos a partir de diferentes realidades situacionais, instituições ou agrupamentos (LOURO, 2022).

Foucault, examina em sua obra “Os Anormais” (2001) a maneira como a sociedade lida com a normalidade e a anormalidade, especialmente no contexto das práticas de poder e controle. Para Foucault a noção de normalidade e anormalidade é um construto social, os quais são utilizadas como uma ferramenta de exclusão, dominação e controle.

Questiona as normas estabelecidas pela sociedade e argumenta que elas são arbitrárias e baseadas em relações de poder. Ele sugere que a normalidade não é um estado objetivo e estático, mas sim um conjunto de padrões e comportamentos, os quais são impostos às pessoas para manter a ordem social e reforçar o poder dos segmentos dominantes (FOUCAULT, 2001).

Com relação à anormalidade, para Foucault (2001) esta não é apenas uma categoria de pessoas consideradas “diferentes” ou “desviantes” em relação à norma, mas também é uma construção social, repetimos. Ele analisa como as instituições, como o sistema penal e o sistema de saúde mental, categorizam e controlam aqueles que são considerados anormais.

Foucault argumenta que essas instituições conseguem rotular e disciplinar indivíduos com base em critérios subjetivos e ideológicos, reforçando assim o poder e o controle do Estado. Ao desafiar o conceito de normalidade, Foucault (2001) visa desestabilizar as estruturas de poder que subjazem a sua criação e manutenção. Ele critica a tendência da sociedade em excluir e marginalizar aqueles que não se enquadram nas normas estabelecidas, questionando a natureza opressiva dessas práticas. Há que se considerar que no contexto do conservadorismo brasileiro, estruturado pela matriz de subjetivação, é comum considerar o diferente como anormal. Esse aspecto se manifesta de forma explícita nas ideias e discursos conservadores, que tendem a rejeitar e marginalizar aqueles que não se enquadram nas normas estabelecidas, consideradas legítimas pelos segmentos dominantes da sociedade.

No âmbito do conservadorismo nacional na característica típica da esfera sociocultural — paternalismo das elites e acomodação conservadora, há uma tendência

a valorizar e preservar as tradições, valores e comportamentos considerados “normais” de acordo com determinados padrões estabelecidos. Qualquer desvio desses padrões é muitas vezes rotulado como anormal ou desviante. Isso pode ser observado em questões relacionadas à sexualidade, gênero, religião, cultura e até mesmo na política. Nessa perspectiva conservadora, a diferença é frequentemente vista como uma ameaça à ordem estabelecida e ao status quo. As pessoas que não se encaixam nas normas conservadoras são muitas vezes estigmatizadas, excluídas e alvo de discriminação. Isso ocorre porque o conservadorismo tende a perpetuar uma visão de mundo fixa e estática, onde a diversidade, a diferença e a pluralidade são consideradas problemáticas. É importante ressaltar que essa visão conservadora de normalidade e anormalidade reflete valores e ideologias específicas.

Heterossexualidade e homossexualidade e mais especificamente pessoas LGBTQIA+, descrevem diferentes formas de orientação sexual que existem na diversidade humana, ou seja, são humanas demasiado humanas, em se considerando Nietzsche. A orientação sexual não pode ser concebida como uma escolha, mas uma característica natural e intrínseca de cada pessoa. São igualmente válidas e legítimas, e todas as orientações sexuais devem ser respeitadas e valorizadas. A afirmação de que a heterossexualidade é considerada “normal” e a homossexualidade é vista como “anormal” no contexto do conservadorismo brasileiro, embasado em sua matriz de subjetivação. Essa perspectiva tem suas raízes em influências culturais, religiosas e sociais que moldam as normas e valores tradicionais em nossa sociedade, bem como moldam por consequência, repertórios de ações individuais e coletivas, no campo das sociabilidades.

Em nossa sociedade é marcada a visão heteronormativa, na qual a heterossexualidade é considerada a única forma “aceitável” ou “normal” de orientação sexual. Esse posicionamento tem por base concepções tradicionais ancoradas em fundamentações religiosas que enfatizam a reprodução e a família tradicional como a base da sociedade, prática discursiva que continua presente nestes tempos de modernidade líquida (BAUMAN, 2001), em várias instâncias de nossa sociedade. Assim no cenário de nossa estrutura sociocultural, alicerçada na matriz de subjetivação, podemos verificar que esta influencia na formação da identidade e na percepção da sociedade em relação às pessoas LGBTQIA+, com critérios estigmatizantes, vistas como desvio ou anormalidade em relação às normas estabelecidas, levando a que estas pessoas enfrentem hostilidades, violência, marginalização e mesmo negação de seus direitos básicos. São significativas as palavras de Guacira Lopes Louro, quando aponta que:

O reconhecimento do “outro” daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos. De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às margens. Em nossa sociedade, a norma

que se estabelece, historicamente remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os outros sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como o “segundo sexo”, e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO, 2022 p.17-18).

A sociedade, ao categorizar os indivíduos, cria divisões e aplica rótulos que buscam definir e manter as identidades de forma estática. No entanto, é importante ressaltar que essa visão está sendo cada vez mais questionada e contestada por movimentos sociais, ativistas e pela comunidade LGBTQIA+. Há uma crescente conscientização sobre a importância de respeitar e valorizar a diversidade sexual e de gênero, reconhecendo que a orientação sexual não é uma questão de escolha, mas parte integrante da identidade de cada pessoa. A luta por direitos igualitários, pela ampliação da visibilidade LGBTQIA+ e pelo combate à discriminação tem ganhado força no Brasil, mesmo diante de fortes resistências conservadoras.

Movimentos sociais e ações afirmativas têm buscado desconstruir estereótipos, promover a inclusão e garantir a dignidade e os direitos de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual. Portanto, embora o conservadorismo brasileiro tenha historicamente estabelecido a heterossexualidade como “normal” e a homossexualidade como “anormal” em sua matriz de subjetivação, há uma necessidade urgente de questionar e superar esses preconceitos. A luta pela igualdade e pelo respeito à diversidade continua sendo um desafio que exige a desconstrução da matriz de subjetivação constitutiva de nossa realidade sociocultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos fatores históricos e socioculturais, alicerçados na matriz de subjetivação, que influenciam a discriminação, estigmatização e violência contra pessoas LGBTQIA+ na sociedade brasileira, é possível observar a complexidade e a persistência desses problemas, enquanto historicamente se constituiu uma estrutura mental da população que rechaça a diferença.

Os aspectos históricos revelam uma construção social que marginaliza e exclui pessoas com base em sua orientação sexual e identidade de gênero. Durante anos, normas heteronormativas e valores conservadores foram enraizados na cultura brasileira, resultando em uma cultura de intolerância e preconceito. Além disso, fatores socioculturais desempenham um papel significativo na perpetuação dessa discriminação. Crenças religiosas, normas de gênero, papéis sociais e estereótipos contribuem para a marginalização das pessoas LGBTQIA+ e para a justificação da violência contra elas.

Esses fatores históricos e socioculturais têm impacto direto na vida cotidiana das pessoas LGBTQIA+, resultando em exclusão social, dificuldades no acesso a direitos básicos, como saúde e educação, e o aumento da vulnerabilidade a situações de violência e agressão. O combate a essa realidade discriminatória por seu conservadorismo endêmico envolve a promoção da conscientização da necessidade de desconstruir a matriz de subjetivação historicamente constituída e nesta batalha geracional modificar os elementos culturais que rechaçam a diferença.

É necessário que reflitamos sobre a questão significativa formulada por Weeks: quais são as forças culturais que modelam nossos significados sexuais? (WEEKS, 2022, p.58). Esta se constitui numa questão substancial para buscarmos analisar os processos discriminatórios e de violência contra pessoas LGBTQIA+ e outros seres denominados diferentes, estranhos, desviantes, por não estarem nos padrões considerados legítimos pelos segmentos dominantes da sociedade que são hegemônicos em seu poder.

É preciso que tenhamos o aprendizado para chegarmos a compreender o que nos diz Parmênides: nada do que é humano nos pode ser estranho, caso contrário a estrutura estabelecida pela matriz de subjetivação, manterá o rechaço a diferença impossibilitando o desenvolvimento das melhores dimensões humanas, por ser a diferença a fonte de todo o aprendizado e não no disciplinamento dos corpos e mentes, homogeneizando-os, contribuindo para que em nossa sociedade se mantenha o escuro véu da ignorância.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão**. Petrópolis. Vozes. 2022.

FOUCAULT, M. **A ordem do Discurso**. São Paulo. Editora Loyola. 1996

FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 2001

FOUCAULT, M. **Subjetividade e verdade**. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2016

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2010.

LOURO, Guacira L. (Org) (2022). **Pedagogias da Sexualidade**. In: O corpo educado. Belo Horizonte. Autêntica Editora.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

WEEKS, J. (2022). **O corpo e a sexualidade**. In. O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade (pp.45-104). Belo Horizonte. Autêntica Editora.

INSTITUIÇÃO FAMILIAR E PAPÉIS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA AUSÊNCIA PATERNA NO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DE MULHERES

Data de submissão: 25/05/2023

Data de aceite: 01/08/2023

Sâmi Zaira Corrêa Rocha da Silva

Centro Universitário Dom Bosco - UNDB
São Luís – MA
<http://lattes.cnpq.br/3542678588011293>

Silvia Regina Moreira Vale

Centro Universitário Dom Bosco - UNDB
São Luís – MA
<http://lattes.cnpq.br/1135911679524648>

RESUMO: A ausência paterna é uma problemática social enfrentada por diversas pessoas no mundo inteiro, a qual consiste na perda real ou simbólica da figura do pai, constituindo-se como fenômeno social. Nessa perspectiva, o exercício da parentalidade no Brasil é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, porém, o descumprimento desse dever ainda é amplamente observado. O presente estudo configura-se como um ensaio bibliográfico, descritivo-explicativo, quando há proposição de discussão acerca da casuística do fenômeno social em análise com foco na crítica de base psicossocial, discute a instituição familiar e os papéis de gênero, quando da ausência paterna como produto de uma organização societal patriarcal. Vê-se, historicamente,

que ao pai é atribuído o estatuto social de provedor e autoridade e que, embora frente aos vários movimentos sociais de lutas femininas pelo fim da violência de gênero e transformação dos papéis sociais, mesmo nas configurações familiares, ainda é possível identificar influências do patriarcado nas concepções e comportamentos dos indivíduos nos dias atuais, a exemplo disso o fenômeno da ausência paterna, ainda presente, apenas adaptado às novas conjunturas sociais, configurando uma diferença entre gêneros na vivência dessa ausência paterna. Os efeitos desse fenômeno implicam em consequências nas esferas afetiva, emocional e social, apontando-se padrões de comportamentos comuns quando se trata de indivíduos que cresceram frente a ausência da figura do pai, sendo possível uma análise relacional de equivalência funcional com os eventos vivenciados nesse contexto durante o seu processo de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Ausência paterna. Papéis de gênero. Família. Mulheres. Patriarcado.

FAMILY INSTITUTION AND GENDER ROLES: A CRITICAL ANALYSIS OF PATERNAL ABSENCE IN THE PSYCHOSOCIAL DEVELOPMENT OF WOMEN

ABSTRACT: Father absence is a social problem faced by many people around the world, which consists of the real or symbolic loss of the father figure, constituting itself as a social phenomenon and, in this perspective, the exercise of parenthood in Brazil is a right guaranteed by the Federal Constitution of 1988, however, the breach of this duty is still widely observed. The present study is configured as a bibliographic, descriptive-explanatory essay, when there is a proposal for discussion about the casuistry of the social phenomenon under analysis with a focus on psychosocial criticism, it discusses the family institution and gender roles, when the father is absent as a product of a patriarchal societal organization. It is seen, historically, that the father is attributed the social status of provider and authority and that, despite the various social movements of women's struggles for the end of gender violence and transformation of social roles, even in family configurations, it is still possible to identify influences of patriarchy in the conceptions and behaviors of individuals nowadays, such as the phenomenon of father absence, still present, only adapted to new social situations, configuring a difference between genders in the experience of this father absence. The effects of this phenomenon imply consequences in the affective, emotional and social spheres, pointing out common behavior patterns when it comes to individuals who grew up in the face of the absence of a father figure, making possible a relational analysis of functional equivalence with the events experienced in this context during its development process.

KEYWORDS: Paternal abandonment. Gender roles. Family. Women. Patriarchy.

1 | INTRODUÇÃO

Sabe-se que, no decorrer da história, a instituição familiar vem passando por mudanças nos modelos sociais de atuação dos indivíduos. A construção social e de gênero são fatores que influenciam hábitos coletivos e desencadeiam fenômenos sociais, tais como o abandono paterno, que se configura como problema social enfrentado na contemporaneidade.

Segundo Abílio e Filho (2018, p. 3), [...] o maior contingente de abandono afetivo é oriundo da ausência do pai, de modo que atualmente vê-se um crescente número de “mães soltas”¹ [...], sendo em sua maioria, mulheres negras de classe baixa, o que demonstra uma realidade que, ainda, apresenta resquícios do modelo de família tradicional, marcado pelo patriarcado, em que a figura de maior autoridade e respeito era dada ao homem. A partir da emancipação das mulheres, dos movimentos feministas e do surgimento da configuração da família contemporânea (ou pós-moderna), houve um aumento de mulheres como chefes de famílias ou mães solo, o que pode ser evidenciado na configuração das políticas públicas de transferência de renda, as quais percebem a mulher hoje como uma figura de responsabilidade e segurança.

1. Mulheres que assumem as responsabilidades parentais, financeiras e afetivas dos filhos sem a participação do genitor.

Ainda que os movimentos em favor dos direitos das mulheres tenham caracterizado grande impacto no fenômeno das mães solo, o patriarcado ainda se fez presente neste momento e, funcionou [e funciona], como agente desencadeador do que se trata aqui, nesse estudo, como abandono paterno, pois o cuidado com filhos constituía-se e, ainda, constituiu-se de alguma forma, parte do estatuto social que descreve o papel materno e aos homens se atribui estatutos que remetem a força, no que refere, também, a guarnição de recursos materiais, conforme discute Soares (2021). Diante disso, problematiza-se a questão de modo a saber quais as implicações da ausência da representação paterna, no que implica o fenômeno social abandono paterno, na vida adulta de mulheres, compreendendo a influência dos papéis de gênero sobre as estruturas familiares?

Dessa feita, a partir da perspectiva de gênero, há que se considerar o fenômeno do abandono paterno e as experiências decorrentes como demarcadoras de questões singulares para cada indivíduo, pois envolvem uma gama de vivências particulares do que esse “crescer sem o pai” implica no desenvolvimento do sujeito, desde o âmbito convivência familiar à formação da identidade pessoal e social, perpassando pelas relações sociais e papéis desempenhados. Portanto, cabe análise de como a ausência da representação paterna configura-se como abandono, bem como das implicações de outros componentes familiares no cotidiano de construção desse sujeito, o que remete a outras facetas desse fenômeno quando se discute, por exemplo, a ocupação desse papel paterno por outra representação.

A construção de papéis sociais ligados às figuras do homem e da mulher impactam diretamente a subjetividade de um indivíduo que não teve a presença da figura paterna no decorrer da vida. Sobre papéis sociais, Martins (2010, p. 4) afirma:

[...] o papel social define a estrutura social, basicamente como um conjunto de normas, direitos, deveres e expectativas que condicionam o comportamento humano dos indivíduos junto ao grupo ou dentro de uma organização. Os papéis sociais atribuídos ou conquistados têm em vista a interação social e resultam do processo de socialização. Parece haver uma relação ao seu oposto, pois qualquer organização surge em oposição a uma possível desorganização.

Assim, construiu-se historicamente a ideia que o pai é aquele indivíduo que possibilita proteção, segurança, justiça, sabedoria e de provedor da família. Tais aspectos sociais impactam na concepção da família, da imagem do pai e, principalmente, nos sentimentos dos filhos durante seu desenvolvimento, sobretudo o de abandono.

Na escola, quando do início do processo de aprendizagem, pode-se verificar de forma significativa que os papéis sociais de pai e da mãe estão atrelados a configuração de família, de modo que, muito frequentemente, nas festividades e apresentações escolares, espera-se que a família esteja presente para prestigiar a criança. O Dia dos Pais é um forte exemplo descritor das representações da figura paterna para a sociedade, quando há acentuada a concepção desse pai como um “herói” para seus filhos, quem oferece

segurança, provê e ensina valores morais, o que pode repercutir em frustração para quem não tem presente esse herói nesse contexto. Vale ressaltar que, a religião Cristã, colocada aqui como prática cultural, também é um agente de descrição do papel social do pai, quando compara este à imagem e semelhança de Deus. Sendo esse Deus um homem onipotente, fraterno, justo e respeitado (SOARES, 2021, p. 9).

Com a falta do contato com esse “herói” na infância, a (o) menina (o) cresce carente nesse espaço de referência paterna/masculina e entende-se aqui que, há uma busca constante dessa representação em relacionamentos afetivos, e da aprovação masculina, na tentativa de ser aceita (o) e ter por perto a figura ausente. Na perspectiva de Abílio e Filho (2018, p. 8), o processo contrário também pode ocorrer, com o medo frequente do abandono, elas podem não se apegar com facilidade, mesmo nutrindo inicialmente uma paixão. Além disso, o medo do abandono se torna frequente em suas relações, tendo maior tendência a tolerar comportamentos insatisfatórios para não passar por outro abandono novamente (SOARES, 2021, p. 13), com frequente sentimento de insegurança e instabilidade em relação ao outro.

Ressaltando-se aqui o entendimento das representações sociais como as compreensões próprias dos indivíduos de determinado grupo social acerca de um fenômeno ou objeto social, impactando a interpretação coletiva e tornando-se agente simbólico eliciador de determinadas condutas, ganhando relevância específica para os sujeitos pertencentes, que, de acordo com Doise (1985), são “princípios geradores de tomadas de posição ligadas a inserções específicas dentro de um conjunto de relações sociais, e que organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações” (p. 246).

Nesse sentido, o abandono paterno ainda é um fenômeno vivenciado no cotidiano de milhares de pessoas no século XXI, que não afeta apenas os filhos, mas também as mulheres, que ao desempenhar o papel de mãe, acabam por assumir sozinhas as funções da criação e suprimento de outros papéis familiares. O presente estudo configura-se como uma crítica analítica desse fenômeno tomando por base as implicações da ausência da representação do pai na vida adulta de mulheres, em vista do estudo da relação entre papéis de gênero e estruturas familiares, em meio a compreensão da constituição dos papéis de gênero da instituição familiar e as decorrentes influências, evidenciando-se os modelos familiares legitimadores frente à organização social patriarcal.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo configura-se como um ensaio bibliográfico, com desenho descritivo-explicativo, quando há configuradas características do objeto de estudo, relações entre fenômenos, entre variáveis, mas também há proposição de discussão acerca da casuística do fenômeno social em análise, conforme nos aponta Biagi (2012), configurado-se, também, como um estudo não-experimental, de base psicossocial crítica.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Constituição da Instituição Família - Historicidade e Papéis de Gênero dos Modelos de Família Tradicionais e Patriarcalistas

O conceito de Família foi sendo transformado ao longo dos tempos consoante a evolução da humanidade. O desenvolvimento da racionalidade humana decorrente das alterações societais implicam e implicaram numa relação de interdependência entre esses dois fatores, tais sejam: indivíduo e ambiente. Nesse sentido, ressalta-se, conforme Leandro (2006, p. 52) que, o conceito de família toma uma dimensão, historicamente construída, de instituição ancestral, universal e de constituição multideterminada.

A Constituição Federal de 1988 traz uma ampliação de questões que estavam em desenvolvimento à época, mas que já eram realidade para muitas pessoas, ressaltando aqui o olhar para o Direito da Família. É, nesse ponto, que então a convivência familiar e em comunidade compreende-se como um direito a ser assegurado a todo e qualquer ser humano, bem como há uma reformulação no conceito de Família e o reconhecimento de novas configurações nas organizações familiares, não mais sendo apenas o modelo de Família Tradicional.

Assim, o presente capítulo discute a família, entendendo-a enquanto uma instituição social, perpassando sua evolução histórica e percebendo-a como elo com os acontecimentos contextuais que influenciam as relações dos indivíduos e demais agentes que são importantes nas configurações da família, tais como a religião que, por sua vez, será apresentado o sistema patriarcal, decorrente dos valores morais, salientando os modelos de estruturas familiares.

Além disso, aborda-se o conceito de organizações societais, estatutos sociais, de modo que se possa compreender os fatos sócio-históricos mencionados, bem como sobre a perpetuação de padrões de comportamentos sociais ligados aos papéis de gênero até a contemporaneidade e, como influem nos processos identitários dos indivíduos. Por fim, compreender a 2ª Onda do Movimento Feminista e as suas críticas aos papéis sociais ligados às ideologias de gênero, ao sistema patriarcal e ao sistema econômico capitalista e como são indispensáveis para entender a dominação masculina.

3.1.1 A família como instituição sócio-histórica e o sistema patriarcal relacionados ao gênero

A constituição da Família, na Antiguidade, iniciada com o ato do casamento, sofreu forte influência do Cristianismo. Na Antiguidade, o casamento era um ato político e de cidadania, que gerou influências nos padrões de comportamento dos indivíduos e que são perpetuados até hoje, como, por exemplo, a partir de símbolos adotados para representar a pertença à instituição, tal seja o anel de noivado como um símbolo de compromisso matrimonial, véu da noiva, carregar a noiva após a cerimônia do casamento, etc.

Como forma de exemplificar a temática, pontua-se aqui a família romana tradicional, clã alargado de hierarquia piramidal, o qual o casamento era apenas um entre outros *actos* sociais, necessário, mas não exclusivo, para a preservação da descendência legítima, de acordo com Dias (2004, p. 109), haja vista que o casamento romano era então uma união política entre um casal heterossexual, a qual o homem tem o total direito e autoridade sobre a mulher e os filhos, especialmente as filhas, e aos filhos, era exigido perfeccionismo nas obrigações com a família. Ainda nessa perspectiva, Dias (2004) comenta que [...] já na Idade Média, a sociedade feudal era rigorosamente influenciada pelos valores morais do Cristianismo, os quais eram alinhados de acordo com os interesses econômicos e sociais juntos ao poder do Rei. A sociedade era dividida entre clero, nobreza, burgueses e camponeses e havia baixa ascensão social. O casamento na Idade Média era sagrado, um ato religioso e criteriosamente valorizado e realizado conforme interesses sociais e da mesma classe.

A configuração da Família, agora medieval, também era pautada no paternalismo, que seguia com o apoio da Igreja Católica e, por isso, os filhos eram tementes ao pai, bem como os ideais católicos pregavam a devoção a Deus. As filhas passavam de propriedades do pai para posse do marido após o casamento. Assim como na Idade Clássica, a mulher também era submissa ao marido, podendo ser condenada ao Tribunal da Santa Inquisição por qualquer desvio de seus deveres ao parceiro. Demenech (2006, p. 2), ainda ressalta que nesse período, “mesmo o casamento sendo um contrato estabelecido entre o homem e a mulher que envolvia religião e política, não existia laço afetivo entre os membros da família, diferente do que é visto na contemporaneidade”.

Diante disso, pode-se compreender que há demarcação de três concepções gerais sobre as estruturas familiares segundo Roudinesco (2003, p. 6), o primeiro modelo sendo o de família tradicional, o qual os papéis eram imutáveis na ordem social, poder total do homem sobre a mulher e os filhos (autoridade patriarcal), submissão feminina e o pai sendo comparado à figura divina do “Deus Pai, todo-poderoso”, tendo como maior referência o Cristianismo e os valores éticos e morais empregados pela Igreja Católica.

No segundo modelo, o autor comenta que houve valorização da união matrimonial pelo casamento, a fim da construção de sucessão por linhagens consanguíneas, a autoridade ainda era centralizada no homem, porém, a esposa começa a ser representação de honra na manutenção dos costumes e valores da família, sendo um símbolo de afeto e cuidado com seu lar. Aqui, vale ressaltar que, a mulher já apontava sua inserção no mundo do trabalho, sofrendo forte influência dos princípios do Capitalismo, logo após a I Revolução Industrial e a Reforma Protestante, com sua inserção no mercado de trabalho.

Já no terceiro modelo, conhecido como modelo contemporâneo ou pós-moderno de família, Roudinesco (2003) fala sobre o declínio no poder unilateral do pai e modificação das figuras parentais fora dos laços sanguíneos. Tem-se, portanto, a valorização da individualidade, a presença de rupturas matrimoniais e reorganizações conjugais,

fortemente influenciado pelos movimentos sociais, sobretudo o movimento feminista e pela globalização.

Ademais, com o passar do tempo na linha cronológica da história da humanidade, pode-se perceber alguns outros marcadores importantes que influenciam organizações sociais durante um período específico, como o Cristianismo, sendo reconhecido por Leandro (2006, p. 60) como um forte influente nas transformações oficiais da família na história que, durante todo o desenvolvimento sociopolítico da sociedade, influenciou nas relações de poder e dominação do homem sobre as vontades e o corpo da mulher, tendo em vista que o modelo patriarcal está presente desde os primórdios e até hoje tem-se resquícios desse sistema social na cultura contemporânea, o qual influi em problemáticas sociais, tais como a concepção de que o cuidado com a casa e com os filhos é obrigação exclusiva da mulher.

A partir desse primeiro exposto, faz-se mister mencionar que, o patriarcado é uma configuração social baseada na supremacia masculina, branca, cisgênero² e heterossexual, a qual pode ser entendida como um sistema de dominação congênere ao sistema escravista (Pateman, 1988 apud Aguiar, 2000, p. 305), pois em ambos o objetivo é a sobreposição de um determinado grupo a outro a fim de uma dominação. Deste modo, pode-se observar como as organizações sociais atuam no controle do comportamento e manutenção de costumes dos indivíduos, e como tais condutas podem estruturar papéis sociais que se perpetuam por longos anos.



Figura 1 - "La selfie familiar".

Imagem/fotografia demonstrativa de uma configuração familiar pautada nos princípios patriarcalistas.

Fonte: CARPINTERO, Enrique, 2014.

2. "Cisgênero" é um termo utilizado para referir-se às pessoas cujo gênero é compatível com a posição atribuída ao órgão reprodutor de nascença, isto é, o seu sexo. (BAGAGLI, 2018, p. 13)

Nesse sentido, como demonstrado na figura 1, acima, entende-se que o patriarcalismo é destacado como uma organização societal centralizada na figura do patriarca, que é quem comanda e determina os caminhos dos demais componentes do grupo familiar, conforme Gomes, Freitas e Brito (2021), os quais também ressaltam que durante muito tempo esse modelo era posto como um fenômeno natural e integrante da sociedade e a afirmam como resultante da influência de uma organização social desigual.

Essa abordagem tem forte sustentação e justificativa no estudo dessas desigualdades através do conceito de patriarcalismo enquanto doutrina, apresentado consagradamente por Max Weber (1947). Diante disso, em todos os modelos de configuração familiar, é percebido uma organização de funções bem desenhadas conforme os gêneros, que, nesse estudo apresenta-se os gêneros masculino e feminino na perspectiva de discutir a estrutura patriarcal secular como estabelecadora de padrões de comportamento desiguais, os quais são sustentados a partir de construções sociais que se perpetuam não apenas no âmbito familiar, como no trabalho e nas relações em geral.

[...] Partindo dessa ideia, a diversidade humana é balizada pelo poder dos patriarcas – homens, detentores do conhecimento e das escolhas gerais. Essa “ordem geral”, por conseguinte, se configura como a dominação tradicional mais pura, pois é suportada por fidelidade da sociedade àquele que ocupa o mais alto grau de controle social, o transformando quase que em uma divindade. O crivo dessa fidelidade social ao patriarca fortalece a noção de legitimação da dominação dos homens sobre as mulheres, pois todos os demais homens que não são os patriarcas gerais da sociedade, são patriarcas em suas casas, e suas esposas e filhos o devem submissão e fidelidade. (GOMES, FREITAS e BRITO, 2021, p. 174)

Diante do exposto, cabe aqui destacar que a noção de organizações sociais para Nogueira, Mendes e Aguiar (2010) é inclinada para a ideia de que, em sociedade, há estruturas comportamentais coletivas que são previamente esperadas a partir da constituição de valores e padrões de comportamentos controlados por regras instituídas nas relações entre os indivíduos pertencentes a uma determinada comunidade. Desse modo, o patriarcado se sustenta no “enraizamento” de princípios morais condicionados na sociedade ocidental de favorecimento aos homens, haja vista que as formas como as sociedades se configuram desencadeiam modelos de comportamentos próprios do referido contexto, colaborando para a manutenção dos ordenamentos que governam as práticas sociais.

Para tanto, dentre alguns modelos de organizações sociais, podem ser vistas as organizações familiares, educacionais, religiosas, políticas, etc. Cada uma dessas estruturas possui regras sociais definidas que regem as funções dos membros de cada uma das comunidades citadas, esses regulamentos dizem respeito à estatutos³. Tais funções

3. Estatuto Social é um conjunto de normas estabelecidas por determinado grupo social que regulamenta as funções dos membros pertencentes à sociedade em questão.

instituídas aos integrantes do grupo são denominadas papéis sociais, que, segundo Costa (1987, p.54, Apud. MARTINS, 2010, p. 5), fomenta uma consciência coletiva da organização, a qual produz a construção de uma identidade individual.

Tendo em vista que a experiência subjetiva dentro de organizações societais impacta o processo de construção de identidade, uma vez que esses modelos evocam padrões específicos de comportamentos dos indivíduos que, por sua vez, tornam-se parte de sua personalidade⁴. Segundo Skinner (Apud. Dentello, 2009), a construção da identidade, especificada na forma de *eu* pelo autor, se dá através de experiências vividas, isto é, cada indivíduo possui uma bagagem histórica que foi fundamental para manutenção ou extinção de respostas em seu repertório comportamental.

Ademais, o autor desconsidera que a personalidade é pré determinada desde o nascimento e/ou estática, salientando que as variáveis ambientais produzem alterações nas respostas do indivíduo, portanto este é passível de mudanças. Considerando que o comportamento humano é uma variável dependente dos fatores ambientais, a construção da identidade é precedida das especificidades da organização social em que o sujeito está inserido e, conseqüentemente, dos estatutos atribuídos a ele, através de papéis sociais. Nessa configuração, William James (1980), apud Dentello (2009), comenta que:

Pai e mãe, cônjuge e filhos, todos são parte do *eu*; suas alegrias e dores afetam o *eu*, e a morte de qualquer deles significa uma parte do *eu* que se perde. A casa não é um espaço físico apenas; as cenas domésticas fazem parte da vida, inumeráveis sentimentos são despertados pelos ambientes da casa, assim como memórias que dão identidade ao indivíduo. (JAMES, 1980, Apud. DENTELLO, 2009, p. 18)

Nessa perspectiva, a concepção de representações sociais parte da ideia de um sujeito integrante de uma determinada sociedade dar significado a um objeto social, constituído através de uma forma simbólica, em busca de interpretação e de conhecimento prático acerca do objeto. Tal interpretação passa a ser reproduzida por outros componentes do grupo, operando no senso comum, se tornando, depois, uma regra daquela sociedade, sendo, portanto, as representações sociais de papéis, instituídos nos estatutos dentro das organizações sociais, estruturantes de uma compreensão e consciência coletiva.

Desse modo, fazendo um paralelo com o patriarcado e a família enquanto organização social, o contexto familiar é por anos entendido como um lugar de cuidado, amor e respeito, ao qual é dever de seus componentes zelar uns pelos outros e manter os estatutos a eles empregados. Congregado a esse entendimento, pode-se perceber que o patriarcalismo, também em sua qualidade de ordenamento social, compreende papéis sociais específicos aos constituintes da instituição familiar consoante ao gênero e posição hierárquica, como: a mãe têm função de cuidar dos filhos, do marido e do lar, sendo submissa ao cônjuge; o pai tem que garantir o sustento da casa, ensinar os

4. Segundo Skinner (1953), à luz da sua leitura analítico-comportamental, personalidade diz respeito ao conjunto de comportamentos selecionados devido a contingências ambientais ao longo da vida do sujeito.

valores aos filhos e proteger a prole, sendo a autoridade máxima dessa conjuntura; os filhos devem honrar e respeitar os pais e zelar pela manutenção dos princípios morais da sua família.

Ainda que tais representações sociais sejam reforçadas ao longo de uma história, nem sempre são condizentes com as diversas realidades sociais, devido às novas configurações familiares, às quais muitas vezes nem possuem a quantidade esperada de personagens, e/ou não exercem as funções esperadas conforme os estatutos atribuídos aos componentes do grupo familiar, a exemplo disso são famílias monoparentais⁵, chefiadas frequentemente por mulheres, dentre outras.

As novas formas de estruturas familiares acompanharam as transformações no decurso histórico para que nos dias atuais pudesse ser observado tais arranjos diferentes do que era imposto, portanto, Roudinesco (2003) percebe esses sistemas de família da seguinte forma:

[...] de agora em diante esta não será mais vista apenas como uma estrutura de parentesco que restaura a autoridade derrotada do pai, ou sintetizando a passagem da natureza à cultura através dos interditos e das funções simbólicas, mas como um lugar de poder descentralizado e de múltiplas aparências. Em lugar de uma definição de uma essência espiritual, biológica ou antropológica de família, fundada no gênero e no sexo ou nas leis de parentesco, e em lugar daquela existencial, induzida pelo mito edipiano, foi instituída outra, horizontal e múltipla, inventada pelo individualismo moderno (...) esta família se assemelha a uma tribo insólita, a uma rede assexuada, fraterna, sem hierarquia nem autoridade, e na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado. (ROUDINESCO, 2003, p. 155).

Contudo, é importante atentar-se para como os comportamentos coletivos em relação às dinâmicas familiares tradicionais evoluíram em consequência às modificações das funções de papéis sociais, impostos a partir do gênero, entre os sujeitos inseridos nesse local, colocados aqui em questão, os pais.

Botton Et al. (2015, p. 45) destaca que gênero pode ser compreendido para além de causas biológicas, embora por muito tempo assemelhados. Os autores salientam que as características naturais dos seres humanos estão atreladas ao sexo, especialmente aos órgãos reprodutores, já o gênero relaciona-se com a constituição de identidade diante às esferas sociais que foram atribuídas através do sexo. Assim, condutas foram estabelecidas para ambos os gêneros conforme as suas particularidades naturais, a exemplo possuir pênis ou vulva, e sendo selecionados comportamentos específicos que geram padrões reforçados na sociedade até os dias atuais. Desse modo, Silveira e Costa (s/d) reforçam a associação das relações sociais com as relações de poder do homem com a mulher:

As relações entre os sexos, em nossa compreensão, tanto no espaço privado do lar, quanto no espaço público das relações civis, são caracterizadas por uma relação hierárquica de poder. Nessa hierarquia a desigualdade

5. Família monoparental é uma organização familiar a qual apenas uma pessoa (genitor ou não) assume a parentalidade pelo (os) filho (os).

e a exclusão das mulheres manifestam-se e são explicadas com base nas diferenças físicas, sexuais e biológicas. A construção sociocultural da identidade feminina e a definição de seus papéis como figura passiva e submissa cria o espaço propício para o exercício da opressão masculina. (SILVEIRA; COSTA, s/d, p. 2)

Compreendendo-se aqui a seleção de comportamento como um processo que se dá através da relação de um comportamento, emitido quando em um determinado contexto, e a(s) sua(s) consequência(s) decorrente(s), podendo ser reforçadora(s) (quando há probabilidade de nova ocorrência do comportamento ser emitido) ou punitiva(s) (quando há probabilidade de enfraquecimento de nova ocorrência da resposta). A exemplo, em atenção à concepção de representações sociais, é o anseio, após o descobrimento de uma gravidez, sobre o sexo do bebê e a partir disso a verificação de expectativas acerca daquele indivíduo, para caso seja mulher ou homem, há de brincar de boneca ou seguir jogador de futebol. (BOTTON Et al. 2015)

Nesse sentido, pode-se perceber que tais expectativas sociais sobre os componentes da família, sobretudo pai e mãe, tendo eles funções distintas, sofreram alterações em épocas diferentes, como já mencionado anteriormente. Sendo importante destacar que, ao longo da história da constituição familiar, o papel feminino foi posto a partir da inclusão, dentre tantos fatores constitutivos, de um estatuto social, da premissa do cuidado e educação e, o masculino relacionado ao provimento e proteção, bem como é refletido na atualidade com as concepções de finalidades semelhantes, tal qual estereótipos sexistas referidos à mãe como obrigação e pai como escolha. Por isso, as funções sociais ligadas à mãe e pai não são mais equiparadas às suas condições biológicas de mulher e homem. É nesse contexto que Osório (2002) ressalta que a forma com que os pais e filhos se relacionam hoje não são iguais aos modelos de família tradicional, dada às novas circunstâncias da contemporaneidade, sobretudo das formas de se pensar e constituir-se como indivíduo operante de seu meio social, isto é, à medida em se entende as diferenças e conceitos de gênero, a sociedade passa a se desprender das representações sociais tradicionais e movimenta-se para caminhos novos. Ainda, o autor acrescenta que as relações familiares, sobretudo entre pais e filhos, tendem a ser transformadas em uma relação mais horizontalizada e afetuosa, através da construção de um ambiente confortável para os filhos e não mais pela autoridade excessiva e imposição de respeito.

3.1.2 O feminismo de 2ª onda e as críticas aos papéis de gênero - resquícios do patriarcado no século XXI e sua relação com o capitalismo

A validação contemporânea da importância dos movimentos sociais advém das concepções revolucionárias da Revolução Francesa, considerada um marco histórico importante no âmbito das lutas por melhoria nas condições de convivência e existência

social (AVILA e BORGES, 2016, p. 83). Nessa perspectiva, as autoras reforçam a relevância da retomada a esse movimento para se compreender como as lutas pelas conquistas de direito se configuraram ao longo dos tempos, embora ainda se tenha muito a conquistar. Ademais, é nesse período, da Revolução Francesa, que fica demarcado o início da movimentação feminina em busca de um interesse que lhes tocava, ainda que tenha sido ao lado dos homens em prol de benefícios em comum.

Deste modo, como marcos na história dos movimentos de gênero, têm-se as ondas do Feminismo, as quais fomentaram pensamentos e comportamentos específicos da sociedade concernentes àqueles criticados pelas mulheres. A segunda onda, especificamente, iniciada em meados da década de 1980, teve grande importância nas discussões pertinentes às questões de gênero, assim, trazendo muito à tona os estudos de Michel Foucault sobre o caráter construtivista dos papéis sociais de gênero, que fica evidenciado quando da afirmação de BUTLER (2003):

Explicar as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como efeitos de uma formação específica de poder supõe uma forma de investigação crítica, a qual Foucault, reformulando Nietzsche, chamou de “genealogia”. A crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como origem e causa categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. (BUTLER, 2003, p. 9)

Nesse período percebe-se as diferenças entre sexo e gênero, que até então era explicado a partir dos padrões de comportamentos socialmente esperados, tais quais como a passividade feminina, bem como das características biológicas do homem e da mulher. Além disso, fora problematizada a visão inatista da maternagem, da fragilidade feminina e submissão, aos homens, de seus corpos. Pensando numa perspectiva construcionista, à luz de uma construção social dos papéis empregados para homens e mulheres, diante desse contexto emerge uma das vertentes do Movimento Feminista, o Feminismo Radical, que advinha semanticamente da palavra “raiz”, na busca pelo entendimento da raiz do problema (a supremacia masculina) e, mais tarde, foi percebido que a matriz da estrutura machista estava na construção social de gênero, reforçada desde a Antiguidade e que constantemente sofre modificações conforme as alterações da sociedade.

Dessa forma, a 2ª onda feminista desenrolou-se um grande movimento que reuniu muitas mulheres nas ruas lutando por libertação de seus corpos à dominação masculina e discutindo as questões de gênero e sexo da época. Faz-se mister suas contribuições, especialmente no que tange às críticas acerca da estrutura da Família, que até então pautava-se no único modelo aceito, baseado na família patriarcalista, a partir da lógica masculina que legitimava unicamente a figura do pai como representação de autoridade e respeito, a este designado o papel de provedor da prole e da sua esposa que, por sua

vez, seria a responsável pelos cuidados e educação dos filhos e manutenção doméstica. Os filhos, não considerados sujeitos de direitos, eram ensinados de formas distintas a se tornarem adultos, os meninos eram estimulados a estudar, aprender e se desenvolver profissionalmente para, a posterior, garantir sustento para sua família, já para as meninas eram destinados os aprendizados domésticos, de modo a garantir que se tornassem boas esposas e mães, seu único objetivo de vida deveria ser o casamento e para isso eram ensinadas à obediência e subserviência.

As críticas não eram apenas às regras de funções baseadas nos gêneros, mas também quanto a concepção sobre uma estrutura familiar a ser validada, a matrimonial ou tradicional, em uma época em que se percebeu o grande número de famílias monoparentais às quais, em sua maioria, eram compostas pelas mães e filhos, o que faz-nos pensar que, se o modelo ideal é o tradicional, por que há tantas mulheres chefes de família? O fato é que desde a inserção da mulher no mercado de trabalho as concepções patriarcalistas foram se modificando, porém, sem perder a sua essência dominadora.



Figura 2 - “A história não-contada da Segunda Onda Feminista”.

Imagem (fotografia) demonstrativa de ação/manifestação pública acerca da liberação das mulheres.

Fonte: ROSSI, A. (2019)

Os homens, agora já não mais assumindo de forma prevalente o papel de provedores, uma vez que a mulher assume o gerenciamento, em todas as instâncias, de suas casas, garantindo, para além das atribuições domésticas, o sustento. À vista disso, Silveira e Costa (2012, p. 2) criticam:

A despeito dos avanços femininos na conquista dos espaços públicos e de uma divisão de papéis mais igualitária no espaço doméstico, a mulher ainda é a principal responsável pelos cuidados com o lar e com a criação dos filhos. A ideologia patriarcal continua bastante enraizada no imaginário coletivo. Por

isso, muitos homens têm dificuldade de assimilar funções no âmbito familiar que culturalmente são destinadas às mulheres. Ao mesmo tempo, as mesmas encontram empecilhos na conquista de espaço no âmbito público. São discriminadas, menosprezadas e julgadas. (SILVEIRA e COSTA, 2012, p.2)

Nesse contexto de segunda onda feminista, o patriarcado é um importante sistema na manutenção da opressão feminina, partindo do princípio de uma resposta de dominação pelas particularidades biológicas sobrepostas do homem em relação à mulher. Contudo, o movimento também salientou a influência do Capitalismo no controle do corpo da mulher e a relação íntima com o sistema Patriarcal, mas, posto isto, o que ambos têm a ver?

O modelo econômico capitalista é baseado na exploração de minorias sociais através de sua força de trabalho em prol de um interesse individual, que é deter o acúmulo de capital, e o sistema patriarcal na sobreposição masculina e autoridade sobre mulheres. Tendo em vista a capacidade reprodutiva da mulher e sua baixa valorização social, o modelo capitalista se utilizou das ideias patriarcais para a exploração das mulheres, uma vez que estas foram cruciais para o mundo do trabalho, tanto nos serviços domésticos quanto com a mão-de-obra “barata” nas fábricas (DURHAN, 2004).

O modo como a história das mulheres se entrecruza com a história do desenvolvimento capitalista não pode ser compreendida se nos preocuparmos apenas com os terrenos clássicos da luta de classes –serviços laborais, índices salariais, rendas e dízimos- e ignorarmos as novas visões da vida social e da transformação das relações de gênero que tais conflitos produziram. (FEDERICI, 2017, p.44)

Nessa perspectiva, é visto que, embora frente aos vários movimentos sociais de lutas feministas pelo fim da violência de gênero e mudanças na sociedade, é possível identificar, ainda, influências do patriarcado nas concepções e comportamentos dos indivíduos nos dias atuais, a exemplo disso o fenômeno da ausência paterna, isto porque não deixou de existir pelas resistências femininas, apenas adaptou-se às novas conjunturas sociais.

3.2 Impactos psicossociais para a mulher decorrentes da ausência paterna

A ausência paterna é uma problemática social enfrentada por diversas pessoas no mundo inteiro. Consiste na perda real ou simbólica da figura do pai, isto é, a falta da participação paterna mesmo com o genitor vivo. Nessa perspectiva, o exercício da parentalidade no Brasil é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, porém, o descumprimento desse dever é um fenômeno comum ainda observado em abundância no país. Diante disso, sobre os aspectos da parentalidade, a Constituição Federal de 1988 aponta como Lei:

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à

saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

É importante que tenhamos uma lei para reconhecer a parentalidade como direito de toda e qualquer criança, dessa feita, a convivência familiar não tem que ser entendida como mera oferta de subsídios financeiros para que aquele indivíduo possa ter condições de sobreviver, mas é compreendido aqui que, o desenvolvimento humano engloba as diversas facetas biopsicossociais, ressaltando-se a grande valia para um desenvolvimento pleno, da afetividade presente em seu crescer.

Dessa forma, a representação social do pai é construída desde o início da história humana como um ícone de força, honra e sabedoria, tal qual a imagem de Deus, instituidor dos valores e limites, perpetuada até os dias atuais. Ao associar a figura paterna à segurança e garantia de bens primários de sobrevivência, negligencia-se as demais esferas de constituição do sujeito, na perspectiva em que ficam alheias a essa premissa as esferas cognitiva, emocional e afetiva, provocando impactos no desenvolvimento pessoal e social nesse indivíduo a quem foi negada a figura paterna, sobretudo para as mulheres, a quem é entendido que possuem uma diferença na forma que é vivida a experiência da ausência paterna devido às questões de gênero já discutidas no capítulo anterior.

No tocante à Saúde, como esfera de constituição do sujeito, entendendo-se aqui como um conjunto de fatores para além da ausência de alterações fisiológicas negativas, mas sim dentro de uma perspectiva biopsicossocial da qualidade de vida do sujeito⁶, Ribeiro, Gomes e Moreira (2015) atentam para políticas públicas brasileiras voltadas para a assunção e exercício da parentalidade, para o homem e para a mulher, considerando a essencialidade do exercício para o adequado desenvolvimento do sujeito também nas demais esferas (físicas, sociais e psicológicas do indivíduo).

Ainda que sejam reconhecidas essas políticas ligadas à parentalidade, entendidas de forma macro como diretrizes e programas que buscam promover a maior autonomia da família e o adequado desenvolvimento de seus componentes – ideia aqui ressaltada, a exemplo, pela Rede Cegonha⁷ – que se configura a partir das diretrizes do SUS, voltada para a saúde das mulheres, desde o planejamento familiar até os 2 anos da criança, com vistas a valorizar a paternidade e a maternidade, com atenção também aos

6. Vale ressaltar que outrora a concepção da saúde como ausência de doença era uma perspectiva legitimada, mas que nos anos 90 a Organização Mundial de Saúde válida uma nova proposição a se configurar como premissa para o pensamento e ações em termos de saúde, o que nos remete a perspectiva da integralidade do sujeito considerando-o como constituído pela completude dos eixos biológico, psicológico e social, de modo a defender a ideia de um completo estado de bem estar biopsicossocial.

7. Vide que a Rede Cegonha é um plano pensado pelo Ministério da Saúde que visa garantir uma rede de assistência para mulheres com atenção humanizada ao planejamento familiar, gestação, nascimento e cuidados no desenvolvimento da criança. Mais informações sobre esse programa na cartilha encontrada no site do Ministério da Saúde no link: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/folder/rede_cegonha.pdf

direitos sexuais e reprodutivos de ambos e para seus filhos, o papel do pai dentro dessas diretrizes ainda é considerado coadjuvante quando comparado ao da mãe. (RIBEIRO, GOMES e MOREIRA, 2015, p. 3590). Nesse sentido, os autores também criticam a forma como as questões de gênero ligados ao homem e a mulher no exercício da parentalidade são aspectos que influenciam não apenas esferas sociais, como as institucionais, vista a carência de estímulo da paternidade como responsabilidade equivalente aos cuidados maternos para seus filhos dentro dos programas de suporte ao homem no campo da Saúde.

No que se refere à saúde reprodutiva, estudos internacionais chamam atenção para a necessidade de estratégias que, como campanhas de planejamento familiar, direcionem-se também aos homens. Ainda que esse planejamento seja considerado um espaço de atuação feminina, não se observa que as mulheres tenham um verdadeiro domínio sobre as decisões relacionadas à contracepção, pois os homens têm forte influência sobre essas questões. (RIBEIRO, GOMES e MOREIRA, 2015 p. 3594)

Dessa feita, é importante atentar para a realidade descrita neste estudo, de modo a chamar atenção para o dimensionamento percentual de pais ausentes por nascimento na região nordeste do país, nos últimos 6 anos (de 2016 até 2022), tendo em vista as discussões já feitas acerca do fenômeno da ausência paterna.

Estados	Nascimento	Pais ausentes	Pais ausentes/ nascimento (%)
Alagoas	345.313	19.358	6%
Bahia	1.243.764	68.737	6%
Ceará	781.665	47.504	6%
Maranhão	594.515	55.677	9%
Paraíba	379.147	17.774	5%
Pernambuco	887.179	46.882	5%
Piauí	237.249	15.025	6%
Rio Grande do Norte	272.262	12.851	5%
Sergipe	219.503	11.983	5%

Tabela 1 - Dimensionamento quantitativo de nascimentos na região Nordeste e pais ausentes - Período 01/01/2016 a 27/11/2022.

Fonte: Central de Informações do Registro Civil - CRC Nacional (2022) - Portal da Transparência (2022).

Os dados da Central de Informações e Registros Civil (2022) demonstram a realidade acerca da experiência da ausência paterna comparada ao número de nascimentos na região nordeste, dessa forma, é possível perceber que a ausência paterna é uma questão presente no cotidiano, que acarreta consequências sociais em longo prazo.

Por conseguinte, é indispensável pensar e questionar-se sobre os fenômenos sociais que ocorrem com grande frequência, fazendo-se necessário problematizar a compreensão de que, embora, aparentemente, as porcentagens de pais ausentes por nascimento nos Estados do Nordeste seja pequena, quando pensado o período de tempo dos dados levantados, há que se considerar o reconhecimento da importância da presença dessa figura paterna nas mais diversas instâncias do desenvolvimento humano, já mencionadas no presente capítulo.

Ainda, os dados demonstram, a exemplo, que, no Estado do Maranhão tem-se o maior percentual de pais ausentes por nascimento durante os anos de 2016 a 2022 dentre os estados da região Nordeste, carregando uma diferença de 3% dos Estados com percentual mais abaixo do seu. Assim, é necessário avaliar os diversos contextos regionais para um entendimento mais aprofundado das variáveis que implicam no fenômeno da ausência paterna ser presente com maior frequência em alguns locais que em outros.

É evidente a relação entre as conjunturas organizativas societais e as concepções sócio-históricas que, por sua vez, reflete nos modos atuais, bem como é visto a influência das concepções patriarcalistas no fenômeno do abandono paterno, que decorre na ausência dessa figura, uma vez que são considerados padrões de comportamentos pautados no machismo, os quais são motivantes, por exemplo, da convicção de que homens podem escolher não cumprir com as implicações afetivo-referenciais de ser pai e às mulheres a obrigatoriedade do exercício da maternidade, em detrimento de seus desejos ou vontades, para suprir as expectativas sociais sobre o seu papel (FERNANDES Et al. 2011, p. 4039), sob pena de rechaço e/ou violências.

Sendo assim, Fernandes Et al. (2011. p. 4039) apontam, em entrevistas com mães puérperas, para as questões do peso da exclusividade materna no cuidado com o filho, nas quais fica evidenciada a contradição entre os discursos verbais, com a presença nítida de regras sociais e os seus comportamentos com seus bebês, quando as puérperas entrevistadas afirmam que nunca abandonariam seus filhos, visto que a obrigação do cuidar era da mãe, reforçando estatutos sexistas patriarcais. Porém, foi visto que a realidade era um tanto dispare com o discurso, pois dentro da maternidade essas mães se ausentaram de alguns cuidados com o filho, tendo o auxílio dos profissionais da equipe que as atendiam, evidenciando, talvez, uma sobrecarga social daquilo que é instituído apenas à mãe. Além disso, coloca-se em pauta a solidão da mulher nesse percurso de assumir a dinâmica da parentalidade sozinha e o sentimento de culpa e excesso de responsabilidade que lhe é empregado por fazer parte do gênero feminino. (FERNANDES, et al. 2011, p. 4039).

Popularmente, a imagem atual da mãe solo é descrita socialmente como uma espécie de “Mulher Maravilha”, capaz de cuidar das tarefas domésticas, dos filhos e do sustento da casa, atribuindo-lhe um estatuto social de força. Porém, essa representação, na verdade, mascara uma mulher sobrecarregada física e emocionalmente, quando lhe é retirada a opção de escolha, que diverge dos casos frequentes de homens que escolhem

não estar presentes no desenvolvimento do seu filho, de modo a ser esse um fato social legitimado, sendo, no Brasil, comum a expressão “*pãe*” referindo-se a uma mãe “solo” que desempenha conjuntamente os papéis esperados para pai e mãe. Contudo, na concepção de Abílio e Filho (2018, p. 6), mesmo havendo a maior tentativa de suprir a ausência paterna, esse será um objetivo inalcançável à esta mulher, isto porque a empregabilidade de papéis sociais à figura da mãe é divergente ao que a sociedade estabelece ao pai. Além da ineficiência da tentativa de suprir o lugar do pai na vida do seu filho, essa conduta resulta, ainda, na sobrecarga materna, que é outro impacto dessa ausência do pai.

Para que se configure concretude dos fatos mencionados, cabe mencionar a política de transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social, o atual Auxílio Brasil ou Bolsa Família, como é melhor conhecida, que, em predomínio, estabelece as mulheres como beneficiárias, fomentando a autonomia feminina, dados discutidos na Cartilha do Bolsa Família (2015), definindo os homens como beneficiários do programa apenas em casos excepcionais, dado que há um entendimento que estes têm maior probabilidade de desviar a finalidade do benefício.

Ao dar preferência às mulheres como titulares dos cartões de saque, o Bolsa Família colabora para dar autonomia a essas beneficiárias. É o início de um caminho que contribui para superar a cultura de resignação, quebrar a dominação de gênero e reforçar a cidadania. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015, p. 18)

Deste modo, percebe-se como as políticas públicas estão voltadas às problemáticas sociais de gênero, garantindo um olhar integral aos aspectos sócio-históricos entre homens e mulheres que influem nas diversas nuances dos eixos da garantia básica de direitos. Assim, é visto que os impactos do abandono paterno são abrangentes e configuram-se temática de atenção não somente para os filhos, sendo as mulheres, mães, sujeitos ativos no sofrimento da ausência da figura paterna de seus filhos, não só no tocante à tentativa de atender a todas as necessidades, “dar o melhor de si”, mas principalmente no que diz respeito à sobrecarga de funções e de trabalho, visto que muitas delas, assumindo todas as frentes de demandas, desde a garantia do sustento às demandas domésticas cotidianas, acabam por enfrentar dificuldades que atingem também suas próprias qualidades de vida.

Para os filhos, os impactos dessa ausência podem ser discutidos em várias esferas, considerando-se os diversos contextos de análise, desde a construção dessa história de vida e sua percepção individual acerca do fato. Em face às teorias do desenvolvimento humano, na perspectiva do sociólogo e teórico do desenvolvimento humano Henri Wallon, segundo Galvão (1995), o percurso de desenvolvimento se dá através da interação da criança com seu meio social, pelo qual acreditava que a criança, ao vir ao mundo, não interagira com o seu redor de forma consciente dada a falta de condições cognitivas, sendo ela um ser naturalmente emocional, mas, à medida que era estimulado pelo seu meio sociocultural, ele se desenvolvia enquanto um ser sociocognitivo.



Figura 4 - Família de mãe-solo com benefício do Bolsa Família

Fonte: GESTEIRA, Felipe, 2021.

Culturalmente é bem frequente perceber a supervalorização dos laços consanguíneos da família nas falas que remetem aos sentimentos fraternais com ligação direta às questões parentais dos componentes familiares, conforme problematiza Schettini (2007), e em concordância com Weber e Maders (2018), esses laços não estão relacionados a tais sentimentos meramente pelo contexto genético, mas sim pelo elo afetivo, pela relação proximal entre esses indivíduos, incluindo aqui as famílias por adoção, que se constituem, principalmente, pelo vínculo entre pais e filhos, enfatizando a relevância da figura paterna como sobreposta a do genitor. Desse modo demarca-se aqui, a importância da afetividade para o adequado desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo, a partir da vinculação com figuras socialmente importantes no amparo emocional deste, como frisa Benczik (2011 p. 68):

É reconhecido como importante o papel do pai no desenvolvimento da criança e a interação entre pai e filho é um dos fatores decisivos para o desenvolvimento cognitivo e social, facilitando a capacidade de aprendizagem e a integração da criança na comunidade. A experiência clínica tem mostrado que, na vida adulta, as representações dessa vivência insurgem nas várias possibilidades de construção psicoafetiva, com repercussão nas relações sociais. (BENCZIK, 2011, p. 68)

Nessa perspectiva, aponta-se para padrões de comportamentos comuns quando se trata de indivíduos que cresceram frente a ausência da figura do pai, sendo possível uma análise relacional de equivalência funcional com os eventos vivenciados nesse contexto durante o seu processo de maturação na infância.

Numa interpretação psicanalítica de um caso clínico proposto no estudo de Lima (2012), é apresentado o Caso de Patrícia (Caso 1) que, descrito pela autora, é uma mulher que teve a experiência do abandono do pai, mesmo ante a algumas tentativas da filha de ir visitá-lo, ele sempre estava ausente. Lima (2012) identifica algumas demonstrações de sentimentos de baixa autoestima e autodepreciação, além da carência afetiva ser queixa frequente. No âmbito das relações amorosas, a autora destaca a busca por um homem ideal, configurada em homens mais velhos, másculos e protetores, contudo, as relações descritas evidenciam atração por homens narcisistas e individualistas, que resultava em frustração ou abandono com frequência, além de Patrícia emitir comportamentos agressivos, ciumentos, de carência excessiva, o que tornava incômodo a quem ela se relacionava. Dessa forma, “suas relações não eram duradouras, o que fazia com que Patrícia alimentasse a crença de que ela não tem valor, assim como a que homens não prestam pois só a querem para satisfazer seus próprios desejos e vão sempre abandoná-la, significando a figura masculina como ruim”. Assim, Lima (2012) conclui que o ideal de homem para Patrícia era equivalente ao seu próprio ideal de pai, ocasionando uma constante contradição ao esclarecer o motivo dessas ausências, que ora era pela convicção de que nenhum homem era bom o suficiente, ora por uma baixa-valor de si mesma.

Diante disso, Abílio e Filho (2018) ainda relacionam a figura social do pai como um ser que é responsável pelo sentimento de segurança, dada a percepção social atribuída à figura do homem, e certamente na ausência dessa representação identificar-se-á insegurança, em algum nível, como consequência, apontando também, para o não desenvolvimento de habilidades sociais como reflexo da não orientação correta das normas sociais, bem como a noção de incapacidade de seguir leis ou respeitar autoridades, pela falta de aprendizado e se expor diante de uma figura de autoridade, o que há de se problematizar em termos de estudos de casos mais específicos, dado o conteúdo machista e patriarcal impregnado.

A ausência do pai na vida do sujeito também pode trazer efeitos negativos no que tange a autoestima e autoimagem, traçando-se aqui um paralelo à concepção de incompletude, mas que nesse âmbito dá-se como prejudicial. Há na literatura afirmações acerca do sentimento de inferioridade causado pela ausência da figura paterna, uma vez que sentimentos de culpa pelo desamparo paterno podem surgir desde o momento do abandono, geralmente acontecidos durante a infância, tendo este indivíduo maior probabilidade de desenvolver, o que Abílio e Filho (2018, p. 8) chamam na defesa de suas teses de complexo de inferioridade.

Com a falta do contato com esse “herói” na infância, a menina cresce com uma carência nesse espaço de referência paterna/masculina e tenta constantemente buscar essa representação em relacionamentos afetivos e sente a necessidade da aprovação masculina, na tentativa de ser aceita e ter por perto a figura que não teve. Segundo Abílio

e Filho (2018, p. 8), o processo contrário também pode ocorrer, com o medo frequente do abandono, elas podem não se apegar com facilidade, mesmo nutrindo inicialmente uma paixão. Além disso, o medo do abandono se torna frequente em suas relações, tendo maior tendência a tolerar comportamentos insatisfatórios para não passar por outro abandono novamente (SOARES, 2021, p. 13), com frequente sentimento de insegurança e instabilidade em relação ao outro. Nesta perspectiva, Soares (2021) acrescenta:

A importância da figura paterna na vida da mulher tem uma relação muito específica nos relacionamentos amorosos, como quando há casos de mulheres que são agredidas ou maltratadas e aceitam esses comportamentos dos parceiros, pode estar associado à relação com o pai que pode ter sido ausente, distante ou agressivo desenvolvendo um vazio de afeto masculino que gera dependência emocional nas relações com os homens. (SOARES, 2021. p. 13)

Além disso, o sentimento de que não são amadas se faz presente e o medo do abandono, principalmente mulheres em relacionamentos amorosos, assim, a referência a qual foi desenvolvida pela mulher sobre a imagem do masculino pode ser distorcida do que realmente se apresenta na realidade, não se despreendendo às concepções que foram reforçadas por suas vivências, ou a falta delas, com o pai durante a sua vida. Nesse contexto Abílio e Filho (2018) constatam que:

Em alguns casos, a criança pode se sentir mal amada devido à ausência do pai. Isso prejudica principalmente as mulheres, já que, geralmente, a forma como a menina se relaciona com o pai é o que vai determinar como ela idealizará os seus relacionamentos amorosos. Tais mulheres podem até se apaixonar, mas não chegam a ter um relacionamento sério, muitas vezes se apaixonam com rapidez e logo perdem o interesse. (ABÍLIO e FILHO, 2018, p. 8).

Cabe frisar que tais impactos apontados por Abílio e Filho (2018) são consequências esperadas a partir da ciência da influência dos estatutos sociais na perpetuação comportamental da sociedade e não uma regra, esse entendimento pode ser explicado como uma relação entre os vestígios patriarcais de seguridade, disciplina e autoridade, ainda presentes na sociedade contemporânea, e sentimentos de insegurança, indisciplina e desrespeito às autoridades.

Contudo, ainda que seja expressado aqui o modo como os papéis de gênero operam, a partir do fortalecimento dos estatutos sociais que definem as relações entre indivíduos, dado o estudo da relação desses fatores no fenômeno da ausência paterna e as implicações deste, é importante ressaltar que tais efeitos dos resquícios patriarcais nos padrões de comportamentos ocidentais não são absolutos, retomando a ideia de que a experiência de crescer sem a figura paterna é singular de cada indivíduo, considerando-se também as dinâmicas sociais (ABÍLIO e FILHO, 2018, p. 7).

Retoma-se aqui a premissa que, hoje no Brasil, a função de chefia familiar é exercida predominantemente por mulheres, sendo estas responsáveis pelo sustento e

educação dos filhos, estando sobrecarregadas e, portanto, sofrendo os impactos dessa ausência paterna. E, embora as mulheres desempenhem novos papéis ou, ainda que se configurem como mesmos papéis mas de estatutos distintos dos anteriores, e seja possível destacar o enfraquecimento de impactos psicossociais prejudiciais na vida de seus filhos, ainda há que se lidar com as lacunas afetivas sóciohistoricamente construídas, visto a presença de reforçadores intensos nas relações sociais da importância da figura masculina na parentalidade.

4 | CONCLUSÃO

Com ênfase na curiosidade particular no estudo da ausência paterna, nas dificuldades enfrentadas pelos indivíduos afetados por tal problemática e em seus efeitos na sociedade, o presente trabalho é resultado de estudos profundos diante de uma afinidade e familiaridade pessoal com o tema. Ainda, busca-se a ampliação do conhecimento científico acerca da temática escolhida na perspectiva da condição de alta demanda do público afetado pela implicação da ausência paterna. No campo social, pretende-se contribuir para o entendimento das relações em comunidade, a partir da proposição de reflexões críticas sobre as problemáticas de gênero que envolvem a instituição familiar e os papéis sociais decorrentes desta.

Dessa forma, acredita-se que a discussão apresentada favorece o campo de pesquisa da Psicologia, sobretudo a Psicologia Social enquanto área de conhecimento, e espera-se que impacte sobretudo homens adultos sobre a responsabilidade de ser pai e como a ausência desse compromisso pode refletir na vida de, especificamente, suas filhas.

Nessa perspectiva, têm-se um olhar mais ampliado para os processos que constituem a Família, os quais operam sobre os padrões de comportamento dos integrantes desta instituição social. Sendo identificados neste estudo, os papéis de gênero como fortes fatores presentes na família, os quais nomeiam as funções relacionadas aos gêneros feminino e masculino. E, ainda que o cenário parental tenha se modificado a partir de movimentos sociais de gênero, especificamente o Movimento Feminista, e da elaboração de ordens políticas que entenda a Família não mais como um grupo de indivíduos ligados por laços consanguíneos, mas tendo um conceito mais amplo e configurado à afetividade, como descrito na Constituição Federal de 1988, e a maior participação masculina nos cuidados com os filhos, decorrente da inserção da mulher no mercado de trabalho e ascensão dos direitos sexuais, é percebido que há ainda uma considerável quantidade de mães-solo tendo que cuidar e prover a prole sozinha.

Dessa feita, pode-se analisar que mesmo com o avanço dos direitos das mulheres, tem-se consequências do sistema patriarcal enraizado na sociedade, que perpetua estatutos sociais vigente às responsabilidades parentais distintas. É bem frequente deparar-se com comentários estereotipados e sexistas acerca das escolhas de uma mãe, bem como a

desconsideração da sua sobrecarga de responsabilidades, porém, ao contrário da mulher, ao pai não são atribuídos estatutos negativos na mesma intensidade, mesmo quando este se ausenta de sua função paterna.

Assim sendo, nota-se que as políticas públicas de diversos eixos, como no âmbito da Saúde e da Assistência Social, atentam-se para essa problemática de gênero, bem como projetos que, indiretamente, reproduzem os estatutos sociais reforçadores do exercício da parentalidade como participação protagonizada da mulher, a exemplo, o Rede Cegonha.

Para os filhos, destaca-se que a afetividade é um importante componente para o adequado desenvolvimento biopsicossocial do sujeito, como explicado à luz da teoria de Henri Wallon. Ainda assim, é importante dar ênfase à compreensão de que os efeitos da ausência da figura do pai durante o desenvolvimento é algo singular da história de vida de cada indivíduo, ainda que haja padrões de comportamentos esperados acerca de uma análise psicossocial dos fatores constituintes e impulsionante de comportamentos. Assim, compreende-se como os impactos da ausência paterna geram consequências distintas, inclusive entre gêneros, enfatizando-se aqui a vivência do crescer sem a figura paterna para a mulher, retomando às perspectivas dos estatutos sociais empregados ao pai como segurança, respeito e modelo masculino de se relacionar afetivamente com outros homens. Diante disso, é possível fazer uma relação com o simbolismo paterno para a mulher e as implicações em seu desenvolvimento psicossocial, dentre os quais demarca-se sentimentos de insegurança, baixa-estima, carência afetiva, busca de um ideal masculino, tendo em sua configuração os estatutos empregados ao pai, especialmente o de proteção, pela rechaça ao medo de um novo abandono.

REFERÊNCIAS

B. P. BENCIK, Edyleine. **A Importância da Figura Paterna para o Desenvolvimento Infantil.**

Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v28n85/07.pdf>> Acesso em: 28 de setembro de 2022.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **“Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”.** Campinas: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2018. Disponível em: <https://www.iel.unicamp.br/arquivos/publicacao/Cisgeneronos_discursos_feministas_uma_palavra_tao_defendida_tao_atacada_tao_pouco_entendida.pdf> Acesso em: 28 de maio de 2022.

BARATA DIAS, Paula. **A influência do Cristianismo no conceito de casamento e de vida privada na Antiguidade Tardia.** Disponível em <<https://eg.uc.pt/bitstream/10316/13456/1/A%20influ%3%aaancia%20do%20Cristianismo%20no%20conceito%20de%20casamento.pdf>> Acesso em:

28 de maio de 2022.

BIAGI, Marta C. **Pesquisa Científica.** 1ª ed. (ano 2009). Curitiba: Juruá, 2012.

BOTTON, Andressa; CÚNICO, Daiana; BARCINSKI, Mariana; NEVES STREY, Marlene. **Os Papéis Parentais nas Famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero.** Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a05.pdf>> Acesso em: 28 de maio de 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: 19 de outubro de 2022.

BRASIL. Pais ausentes. **Portal da Transparência**, 2022. Disponível em: <<https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/pais-ausentes>> Acesso em: 18 de novembro de 2022.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARPINTERO, Enrique. La selfie familiar. **Diário Democracia**, 2014. Disponível em: <<https://www.diariodemocracia.com/opinion/91178-selfie-familiar/>> Acesso em: 18 de novembro de 2022.

DE LIMA GOMES, Ana Lúcia; BARRETO DE MOURA COSTA FREITAS, Analice; NARAM OLIVEIRA BRITO, Breno. **A Centralidade do Debate Sobre o Patriarcado para Luta Feminista**. Disponível em <<file:///Users/teste/Downloads/Dialnet-ACentralidadeDoDebateSobreOPatriarcadoParaLutaFemi-8102877.pdf>> Acesso em: 28 de maio de 2022.

DEMENECH, Flaviana. **Famílias: Diferentes Concepções Históricas**. Disponível em <https://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1366661515_ARQUIVO_DEMENECH,2013UNICAMP.pdf> Acesso em: 28 de maio de 2022.

DENTELOO, Frederico. **Análise do Conceito de Eu em James e Skinner**. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-30112009-155650/publico/DentelloAnaliseconceito.pdf>> Acesso em: 28 de setembro de 2022. Disponível em <> Acesso em: 28 de maio de 2022.

DOISE, W. (1985). **Les représentations sociales: définition d'un concept**. *Connexions*, 45, 243-253.

FEDERICI, SILVIA. (2017) **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax, São Paulo, Elefante.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. (Educação e conhecimento)

GESTEIRA, Felipe. Famílias atendidas pelo Bolsa Família serão migradas para o Auxílio Brasil, garante governo. **Termômetro da Política**, 2021. Disponível em: <<https://www.termometrodapolitica.com.br/2021/11/09/familias-atendidas-pelo-bolsa-familia-serao-migradas-para-o-auxilio-brasil-garante-governo/>> Acesso em: 18 de novembro de 2022.

GOMES SILVA ABÍLIO, Ysolda Kamylle; ALBUQUERQUE TOSCANO FILHO, Antonio. **Abandono Afetivo Parterno e as Consequências Geradas no Processo de Formação da Criança**. Disponível em: <<file:///Users/teste/Downloads/correto-ABANDONO-AFETIVO-YSOLDA-.pdf>> Acesso em: 09 de abril de 2022.

HOLANDA SILVEIRA, Clara Maria; GOMES DA COSTA, Renata. **Patriarcado e Capitalismo: binômio dominação-exploração nas relações de gênero**. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/245/o/PATRIARCADO_E_CAPITALISMO_BIN%C3%94MIO_DOMINA%C3%87%C3%83O-EXPLORA%C3%87%C3%83O.pdf> Acesso em: 30 de agosto de 2022.

LEANDRO, Maria Engrácia. **Transformações da família na história do Ocidente**. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/70682503.pdf>> Acesso em: 28 de maio de 2022.

M. SCHETTINI, Suzana Sofia. **Filhos Por Adoção**: um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos. Disponível em: <<file:///Users/teste/Downloads/Suzana%20Schettini.pdf>> Acesso em: 13 de novembro de 2022.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Bolsa Família**: transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, educação e à assistência social. 2015. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf> Acesso em: 18 de novembro de 2022.

NOGUEIRA, Antonio Carlos; COELHO M., Francisco; VAN TOL DE AGUIAR, Raquel Mayra. **Sociedade e Organização**. Disponível em: <<https://canal.cecierj.edu.br/012016/77613186b35d896b418fa0b11c4e5284.pdf>> Acesso em: 28 de setembro de 2022.

RIBEIRO, Cláudia Regina; GOMES, Romeu; N. MOREIRA, Martha Cristina. **A paternidade e a parentalidade como questões de saúde frente aos rearranjos de gênero**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/qxzvVJzfT4j4hPn9Lfx7yGc/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 13 novembro de 2022.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A Família em Desordem**. Disponível em: <file:///Users/teste/Downloads/Elizabeth_Roudinesco_A_Familia_em_Desord.pdf> Acesso em: 28 de setembro de 2022.

SIMÕES MARTINS, Eduardo. **Os Papéis Sociais na Formação do Cenário Social e da Identidade**. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/Ospapeissociaisnaformacao.pdf>> Acesso em: 28 de setembro de 2022.

ROSSI, Aline. A história não-contada da Segunda Onda Feminista. **QG Feminista**, 2019. Disponível em: <<https://qgfeminista.org/a-historia-nao-contada-da-segunda-onda-feminista/>> Acesso em: 18 de novembro de 2022.

SKINNER, B. F. (1953/1967). **Science and Human Behavior**. Nova York: The Free Press.

SOARES, Nathalia Cardinali. **O Impacto Psicológico do Abandono Paterno na Infância**. Disponível em: <<file:///Users/teste/Downloads/Artigo%20-%20Impacto%20do%20abandono%20paterno.pdf>> Acesso em: 28 de setembro de 2022.

TORQUATO FERNANDES, Rosângela; CARVALHO LAMY, Zeni; MORSCH, Denise; LAMY FILHO, Fernando; FERNANDES COELHO, Laura. **Tecendo as Teias do Abandono**: além das percepções das mães de bebês prematuros. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/csc/a/rJsvrR8TnT9n9dDYkNB7gWN/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 28 de maio de 2022.

WEBER, Ana Laura; MADERS, Angelita Maria. **As Implicações dos Laços Familiares na Formação das Identidades**: um estudo acerca de sua (in)observância na jurisprudência no Brasil. Disponível em: <<file:///Users/teste/Downloads/lepidus,+19100528-revista-94-117.pdf>> Acesso em: 13 de novembro de 2022

SUFRÁGIO FEMININO: UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS

Data de submissão: 27/05/2023

Data de aceite: 01/08/2023

Carmen Lúcia de Cássia Pongelupe Assis

Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET-MG. Belo Horizonte
<http://lattes.cnpq.br/4818903698240651>

Raquel Quirino

Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET -MG. Belo Horizonte
<http://lattes.cnpq.br/3286747885641896>

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar como aconteceu a emancipação feminina no cenário mundial e brasileiro. Ressaltando as lutas, os desafios e as conquistas que as mulheres ao longo do tempo enfrentaram para que seus direitos fossem garantidos e exercidos. Direitos esse, como a educação, o trabalho e o sufrágio. Vários são os autores que relatam como as mulheres eram e ainda são, em algumas culturas, proibidas de exercer esses direitos. A luta das mulheres para as conquistas de seus direitos se inicia na França após a Revolução Francesa. Nos Estados Unidos, as mulheres da classe média insatisfeitas com suas vidas domésticas se aliam aos líderes de movimentos abolicionistas

para assim questionarem seus direitos. A partir de Sojourner Truth, em 1851, inicia-se um movimento para a garantia dos direitos das mulheres negras. No Brasil, as mulheres conseguiram, após, muita persistência a garantia ao sufrágio. Tendo como percussoras Nísia Floresta Brasileira Augusta e Bertha Lutz. Na atualidade, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, 52% do eleitorado é feminino, mas apenas 11% dessas mulheres exercem um cargo de poder na política brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Sufrágio. Mulheres. Política. Direitos.

WOMAN SUFFRAGE: A HISTORY OF ACHIEVEMENTS

ABSTRACT: The objective of this work is to present how female emancipation happened in the world and in Brazil. Highlighting the struggles, challenges and achievements that women have faced over time so that their rights are guaranteed and exercised. Rights such as education, work and suffrage. There are several authors who report how women were and still are, in some cultures, prohibited from exercising these rights. The struggle of women for the conquest of their rights begins in France

after the French Revolution. In the United States, middle-class women dissatisfied with their domestic lives allied with the leaders of abolitionist movements to question their rights. From Sojourner Truth, in 1851, a movement began to guarantee the rights of black women. In Brazil, women managed, after much persistence, to guarantee suffrage. Having as precursors Nísia Floresta Brasileira Augusta and Bertha Lutz. Currently, according to data from the Superior Electoral Court, 52% of the electorate is female, but only 11% of these women hold a position of power in Brazilian politics.

KEYWORDS: Suffrage. Women. Policy. Rights.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo visa o resgate da história da luta da mulher na busca por seus direitos, principalmente ao sufrágio. O objetivo geral deste levantamento é conhecer os fatos históricos que marcaram a luta e as conquistas das mulheres pelo direito ao voto e ao exercício de cargos políticos, no mundo e no Brasil. Busca-se por meio da pesquisa bibliográfica e documental, publicações em fontes como Portal da Capes de Periódicos Científicos, livros, sites do TSE, Portal de Teses e Dissertações da Capes. Pesquisando os seguintes termos: mulheres na política e sufrágio feminino.

Nos tópicos a seguir são apresentados os fatos históricos relevantes que marcaram as conquistas das mulheres. O texto está dividido em três partes, a primeira busca um resgate histórico na Europa, a segunda registra os acontecimentos envolvidos sobre a luta das mulheres nos Estados Unidos e por fim, o registro histórico das conquistas das mulheres em relação ao sufrágio e ao exercício de cargos políticos. Como resultado, demonstra o desenvolvimento do alcance das mulheres em exercer os seus direitos.

2 | MARCOS NA EUROPA DA LUTA DAS MULHERES POR SEUS DIREITOS

Na França, a partir da Revolução Francesa que os homens foram impulsionados a questionar seus direitos e foi nesse momento que surgiram os movimentos das mulheres para serem inseridas na vida pública, como também a reivindicação de um conjunto de direitos.

A história da luta das mulheres inicia-se para que seus direitos em gerenciar suas próprias vidas, tais como, votar, estudar e trabalhar fossem reconhecidos, o que hoje, no século XXI é uma coisa corriqueira para a grande maioria da população feminina. Direitos que não foram fáceis de ser conquistados pelas mulheres ao longo da história da humanidade. Desde as sociedades antigas, tanto no Brasil, como na Europa e nos Estados Unidos as mulheres nunca estiveram em um lugar de seres pensantes, cuja missão principal seria de procriar os filhos, cuidar da casa e estar sempre à mercê de seus pais e depois de casadas de seus maridos.

Conforme Marques (2019), a insatisfação de algumas mulheres aparece na literatura por volta do ano 1755 com o primeiro relato de uma mulher que foi batizada com

o nome de Marie Gouze, mas que adotou o pseudônimo de Olympe de Gouges, nascida ao sul da França. Quando ficou viúva mudou-se para Paris e lá passou a frequentar lugares em que a cultura se manifestava a partir da leitura de livros, nos quais também escreviam-se romances e apresentavam-se peças de teatros. Olympe neste período escreveu uma peça de teatro intitulada “*A escravidão dos negros*”, esta peça causou uma forte reação por parte das autoridades da época, a alegação que tal peça era um ato muito grave para o momento. E, ainda mais, por ter sido escrito por uma mulher que abordava um assunto controvertido. Ela também escreveu o documento “*Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*”, publicado em 1791. Olympe de Gouges foi morta na guilhotina em 1793. Apesar de ter sido morta, deixou uma rica literatura e se tornou inspiração para outras mulheres que passaram a falar, a escrever e a lutar por seus ideais. Em 1791, Gouges escreveu “*O Objetivo de Toda Associação Política*” é o de conservar os direitos naturais e imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são à liberdade, à propriedade, à segurança e, sobretudo, ao de resistir à opressão. Essa mulher foi além da sua época, ela já questionava a igualdade em direitos para mulheres e homens, pedia que fossem ouvidas, respeitadas e acima de tudo pudessem gerenciar suas vidas e suas histórias.

Outra mulher que também estava à frente de seu tempo era Mary Wollstonecraft, nasceu em 1759, em Londres onde também faleceu em 1797. De acordo com Marques (2019), Mary era instrutora infantil e governanta, Mas deixou o trabalho quando passou a trabalhar como colaboradora de um editor. Escreveu várias obras e seu livro mais conhecido é “*A reivindicação do direitos da mulher*”, publicado em 1792. Mary se mudou para Paris, com a finalidade de acompanhar os fatos políticos que estavam acontecendo naquele momento na Europa. Voltando para Londres e se aliando aos grupos políticos e literários de sua época.

Às mulheres, de fato, negam-se todos os privilégios políticos e, se forem casadas, nem usufruem de direitos civis. A sua atenção naturalmente se desvia dos interesses da comunidade onde vivem para coisas pequenas. Creio que todos os membros da sociedade devem estar preocupados com o bem-estar geral. (WOLLSTONECRAFT, 2006, p. 115, apud MARQUES, 2019, p. 19)

Mary Wollstonecraft é muito pouco conhecida no Brasil porque suas obras não foram traduzidas para a língua portuguesa e nem tão pouco para o francês uma língua bastante usada pelos brasileiros instruídos do século XIX.

3 | A HISTÓRIA DO SUFRÁGIO NOS ESTADOS UNIDOS CONTADA POR MULHERES

A escravidão nos Estados Unidos sempre foi uma forma legal de escravização, sendo os africanos e os afro-americanos suas maiores vítimas. Desde o período colonial

de 1526 até 1865 quando foi adotada pela 13ª Emenda da Constituição quando se termina este ato covarde de tornar um ser humano um objeto de troca, exploração e tortura. O Presidente Lincoln assinou em 1863 a Proclamação de Emancipação, que efetivamente libertava todos os escravos do sul. E com a assinatura da 13ª Emenda de 1865 em todos os territórios do país, os escravos se tornaram livres.

Em Davis (2016), nota-se que o sistema escravista classificava a população negra como propriedade. As mulheres negras eram vistas como os homens negros, independentemente do gênero, vistos como uma peça de trabalho lucrativa, para os seus proprietários. Em outras palavras, a mulher escrava era uma trabalhadora em tempo integral, trabalhava nas lavouras do amanhecer ao pôr do sol.

Davis (2016), relata o surgimento em 1833 da primeira sociedade feminina anti-escravatura, mulheres que trabalhavam nas fábricas se uniram às mulheres brancas donas de casa e da classe média, para organizarem o movimento antiescravagista. estas mulheres empenhadas em mudarem o rumo de suas vidas viram na abolição da escravatura uma oportunidade para protestarem sobre o seu papel no seio doméstico

como “donas de casa” na nova era do capitalismo industrial, elas perderam sua importância econômica no lar, e sua condição social enquanto mulheres sofreu uma deterioração semelhante. Nesse processo, entretanto, elas passaram a ter tempo livre, o que permitiu que se tornasse reformistas sociais-organizadoras ativas da campanha abolicionista. O abolicionismo, por sua vez, conferia a elas a oportunidade de iniciar um protesto implícito contra o caráter opressivo de seu papel no lar. (DAVIS, 2016, p. 49)

Em 1840, Davis (2016) retrata que, em Londres acontecia a abertura da Word AntiSlavery Convention, na qual, ocorreu uma conversa entre Lucretia Mott e Elizabeth Cady Stanton sobre a realização da convenção pelos direitos da mulher nos Estados Unidos, acredita-se que foi através deste acontecimento, que a verdadeira história por detrás do nascimento da organização do movimento de mulheres nos EUA se iniciou.

As mulheres americanas que participariam desta conferência de Londres foram impedidas de participar e foram excluídas pelo voto da maioria dos homens presentes no evento. Com a insatisfação com o rumo que sua vida tomava, Elizabeth Cady criou um convite para a criação de uma convenção de mulheres. Através do descontentamento de Elizabeth surgiram medidas ativas para corrigir as desigualdades de gênero na sociedade. Enquanto surgia a convenção de Seneca Fall, Stanton propôs uma revolução radical até mesmo para Lucretia Mott, assistiram à convenção cerca de trezentas mulheres e homens, mas o único ponto do debate foi a resolução do Sufrágio, que não foi aprovado unanimemente. Conforme Davis (2016), Frederick Douglas foi o único homem de destaque que concordou com a reivindicação das mulheres ao direito ao voto. Sendo este quem “agitou o debate público em torno da igualdade política das mulheres”. (DAVIS, 2016, p. 62, grifos nossos).

A declaração apresentava uma lista de injustiças às evocações da dependência mental e psicológica sofridas pelas mulheres que as deixaram com pouca confiança e auto respeito. As mulheres que trabalhavam para sua sobrevivência, como por exemplo, as operárias das fábricas têxteis no nordestes americano. Em 1831, ainda na Revolução Industrial, as mulheres eram a maioria dos trabalhadores nas indústrias. Conforme Davis (2016), na Nova Inglaterra haviam cerca de 38.927 mulheres trabalhadoras para cerca de 18.539 homens trabalhadores. Estas mulheres recebiam o nome de “Mil Grills” e provinham de famílias rurais locais. O trabalho era exaustivo cerca de 10 a 16 horas por dia trabalhado. Em condições precárias para a saúde dessas mulheres que contraíam doenças como diarreia, pneumonia e tuberculose.

Em 1848, ano que a Convenção de Seneca Falls foi realizada, as condições nas fábricas tinham deteriorado as filhas dos agricultores, com isso tornaram-se a minoria nas fábricas para exercer o trabalho. Neste contexto surgiu a mulher imigrante que juntamente com sua família passou a compor o proletariado da nação. Em 1848, as mulheres lutavam e lideraram a militância pelo trabalho nos EUA. (DAVIS, 2016).

Com a campanha pelas dez horas de trabalho por dia (Lowell Associação Feminina de Reforma do Trabalho) apresentou petições a legislação de Massachusetts de 1843 a 1844, as mulheres venceram a primeira investigação de condições de trabalho por uma entidade governamental na história dos EUA. Esse acontecimento foi a explosão dos direitos das mulheres e em toda a década de 1850 ocorreram as convenções locais e nacionais atraindo um crescente número de mulheres para a campanha pela igualdade.

A julgar pelas lutas das operárias brancas - a defesa incansável de sua dignidade enquanto trabalhadoras e enquanto mulheres, a contestação consciente ou subjacente da ideologia sexista da feminilidade -, elas mais do que mereciam o direito de serem enaltecidas como precursoras do movimento de mulheres. Mas seu pioneirismo foi totalmente ignorado pelas líderes do novo movimento, que não compreendiam que as trabalhadoras vivenciavam e desafiavam a supremacia masculina de um modo particular. Como que enfatizando esse fato, a história reservou uma última ironia para o movimento iniciado em 1848: de todas as mulheres presentes na Convenção de Seneca Falls, a única que viveu o suficiente para de fato exercer seu direito ao voto, mais de setenta anos depois, foi uma trabalhadora chamada Charlotte Woodward. (DAVIS, 2019, p. 66)

Na Convenção de Seneca Falls ocorreu uma falha marcante que foi a falta da presença de mulheres negras participantes da convenção. Em nenhum momento durante o movimento foi citado os direitos dessas mulheres. Mas em Akron, Ohio, em 1851 Sojourner Truth, mulher negra, analfabeta e ex-escrava na Convenção de mulheres em Akron, sozinha discursou sobre o empoderamento dela como mulher que fez todo o trabalho duro feito por escravos homens e de toda a sua história como ex-escrava fugitiva, os abusos e os sofrimentos vividos por ela e por todas as mulheres negras do seu tempo. Sojourner Truh representava as suas irmãs negras, escravas e livres. Ela trouxe

um espírito lutador à campanha dos direitos das mulheres, ela combateu a pressão de que a fraqueza da mulher era incompatível com o sufrágio. Segundo Davis (2016, p.70) um líder contrário ao movimento “afirmou que era ridículo que as mulheres desejassem votar, já que não podiam sequer pular uma poça ou embarcar em uma carruagem sem a ajuda de um homem”, no entanto, devido sua forte presença e seus discursos, Sojourner Truh, fortaleceu e solidarizou os direitos das mulheres negras com a nova causa.

Sojourner Truh apontou que ela mesma nunca havia sido ajudada a pular poças de lama ou subir em carruagens. “Não sou eu uma mulher?” Com uma voz que soava como “o eco de um trovão”, ela disse: “Olhe para mim! Olhe para o meu braço”, e levantou a manga para revelar a “extraordinária força muscular” de seu braço. (DAVIS, 2016, p. 71)

4 | E NO BRASIL, COMO SE DESENVOLVEU A CONQUISTA DAS MULHERES PELO SUFRÁGIO E PELO ESPAÇO POLÍTICO?

Já no Brasil, em 1810, em Papari (RN) nasceu Nísia Floresta pseudônimo de Dionisia Gonçalves Pinto, filha de um português com uma brasileira. Nísia Floresta Brasileira Augusta teve em sua vida vários fatos marcantes, se casou aos treze anos, mas meses depois voltou para a casa dos pais, posteriormente, se casou novamente, tendo uma única filha. Já viúva mudou-se para o Rio Grande do Sul, dirigiu um colégio para meninas. Com a guerra dos Farrapos, Nísia e sua filha vão para o Rio de Janeiro onde criam-se os colégios Brasil e Augusto, admirados pelo alto nível de ensino. (MARQUES, 2019).

Em 1842, segundo Marques (2019), Nísia preocupada com educação da mulher no Brasil escreveu as obras “*Conselhos a minha filha*” (1842), “*A Mulher*” (1859) e o “*Opúsculo Humanitário*” (1853). Nísia Floresta em 1832 publicou a obra que foi o primeiro livro a se tratar dos direitos das mulheres intitulado “*Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*”, este livro em seu conteúdo é uma inspiração do livro de Mary Wollstonecraft como também contém influência de outras autoras europeias que discutiam os direitos das mulheres como por exemplo Poulain de La Barre de Sophie e nos famosos artigos de Olympe de Gouges. Nísia Floresta foi a primeira mulher escritora brasileira a levantar os direitos das mulheres em suas obras como também foi a percussora do feminismo no Brasil.

Com o caminhar do tempo outros nomes foram surgindo na militância, em defesa destes direitos de igualdade, educação, trabalho, ao voto e acima de tudo respeito para com todas e quaisquer mulher.

Bertha Lutz nascida em 1894 em São Paulo formada em Biologia travou uma batalha grandiosa na década de 20 para que o voto feminino se tornasse lei. Como também pela igualdade de direitos das mulheres no Brasil. Como Bertha foi estudar na Universidade de Sorbonne, na França seu contato com o movimento europeu feminino fez com que ela ao voltar para o Brasil fundasse o movimento a favor do sufrágio feminino. Criou a Liga para a Emancipação intelectual da mulher e a Federação Brasileira pelo

Progresso Feminino (1922). (MARQUES, 2019).

Mietta Santiago pseudônimo de Maria Ernestina Carneiro Santiago Manso Pereira. Mietta em 1928 exerceu seu direito de votar e de ser votada, isso se deu pelo fato que na Constituinte que era utilizada no ano de 1928, um artigo 70 que trazia a concepção de todos, homens e mulheres, com isso não se percebia mais a discriminação de gênero “São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei”. Mietta por ter estudado advocacia na Europa, teve contato com o movimento sufragista e com base em seus conhecimentos jurídicos, entrou com um mandato de segurança baseado no artigo 70 da Constituinte de 1928 e de forma surpreendente conseguiu o direito de votar e de ser votada em um cargo de deputada federal. Ela não foi eleita, mas a partir daí, proporcionou uma abertura para que Alzira Soriano se tornasse a primeira mulher prefeita do Brasil pelo partido Republicano, no município de Lages, no Rio Grande do Norte. Como escritora ela escreveu as seguintes obras “*Namorada de Deus*” (1936), “*Maria Ausência*” (Novela, 1940), “*Uma Consciência Unitária para a humanidade*” (1981) e “*As 7 poesias*” (1981). (PORTAL EBC, 2016).

Conforme apresentando no Portal EBC (2016), Celina Guimarães Viana foi primeira mulher de fato a votar no Brasil mesmo antes de Mietta Santiago impetrar o mandato de segurança sobre a lei 70 da Constituição de 1928 na não discriminação de gênero dos eleitores. José Augusto Bezerra de Medeiros, no ano de 1937, sancionou uma lei que estabelecia não haver mais distinção de gênero para que todos pudessem exercer o direito eleitoral no estado.

Fazendo uma breve cronologia do papel da mulher na política brasileira no séc. XIX no Brasil marcou o desejo da mulher em se tornar livre, e tornar as rédeas de sua vida em suas próprias mãos, serem donas de suas decisões, poderem trabalhar e estudar, fazer valer seus direitos, em contraste, à discriminação, a opressão e ao descaso que estas mulheres sofriam e ainda hoje, sofrem no mundo globalizado. Muitas bandeiras foram levantadas, mas as décadas de 1830, 1870, 1920 e 1970, que houveram maior visibilidade da luta da mulher.

Em 1929, aconteceu a eleição da primeira mulher eleita no Brasil, para prefeita na cidade de Lajes no interior do Nordeste, Alzira Soriano foi eleita a primeira prefeita da América Latina, derrotando um conhecido Coronel da região com cerca de 60% dos votos. Sua eleição foi divulgada no exterior, noticiada em países como Argentina, Estados Unidos e Uruguai. Quem incentivou a candidatura de Alzira junto ao partido Republicano foi Bertha Lutz.

Em 1932, Getúlio Vargas incorporou ao novo Código Eleitoral o direito de voto da mulher, mas devido a suspensão das eleições, as mulheres só vão exercer o conquistado direito na disputa eleitoral em 1945. No decorrer de todo este tempo a mulher vem conquistando no campo político posições significativas, tais como cargos de vereadoras, prefeitas, deputadas e Presidente da República. Entretanto, mesmo nos dias atuais as

cadeiras ocupadas por mulheres em cargos políticos, são infinitamente, inferiores ao quantitativo ocupado por homens.

Na Constituição Federal de 1946, novos direitos foram adquiridos pelas mulheres, que passaram receber assistência à maternidade, à infância e à adolescência em todo o território nacional, como também a igualdade salarial para homens e mulheres que exerçam o mesmo trabalho, a idade, a nacionalidade e o estado civil. Já a Constituição de 1967, os avanços de medidas à favor das mulheres pararam por ser este um período de regime militar. A Constituição de 1988 é a que está em vigor nos dias atuais, tem como um dos seus principais focos, que todos os cidadãos tivessem seus direitos respeitados. Torna o voto obrigatório aos homens e mulheres entre dezoito e setenta anos. E voto facultativo para jovens entre dezesseis e dezoito anos, e, para maiores de setenta anos e analfabetos. O racismo tornou-se crime inafiançável.

A luta pelo o combate à desigualdade de gênero no processo eleitoral ganha novos contornos, por meio da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que é a lei que estabelece normas gerais para as eleições. No art. 10 da lei, no inciso 3º, que há a reserva de 30%, no mínimo, das candidaturas a serem lançadas por cada partido ou coligação devem ser reversadas para um dos sexos, enquanto os candidatos do outro sexo não podem ultrapassar 70%. Conforme Machado (2019), o Tribunal Superior Eleitoral por meio da Lei nº 13.165, de 2015, libera cerca de 30% do fundo especial de financiamento de campanha (FEFC) para incentivar um aumento na participação das mulheres na política como também do tempo de propaganda gratuita destinadas as candidatas femininas. Assim, a partir das eleições de 2018, as mulheres contam com a reserva de recursos para sua campanha advindo tanto do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

Nas eleições de 2018, as mulheres já puderam contar com os recursos para as suas campanhas providas dos Fundos Especiais de Financiamento de Campanha, este fato foi uma conquista das mulheres em relação a sua permanência na política. Muito tem se falado sobre a atuação das mulheres através das cotas de gênero e das mulheres “trans”, a discriminação ao se referir as essas mulheres na política é algo extremamente sério, mas que hoje tem atingido pontos positivos através destes usos das cotas. Percebe-se que as fraudes relativas às cotas por parte dos partidos políticos em relações às mulheres é algo que muitas vezes impede que realmente as mulheres vivenciem esta experiência em suas histórias.

Na eleição do ano de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizou das mídias digitais e de comunicação para incentivar os jovens a votar. Quando neste ano de 2023 completa-se no Brasil 90 anos da conquista do sufrágio feminino, pensamos o que de fato mudou no cenário político brasileiro para que mulheres tivessem uma maior representatividade. Atualmente, a representatividade feminina em cargos políticos é muito baixa cerca de 11% em média são eleitas e compõe o senado, as prefeituras, as câmaras

municipais e estaduais. O público feminino é cerca de 52% do eleitorado brasileiro, segundo dados atuais do TSE. Na lista que mostra a posição dos países em relação a participação feminina dentro da política de cada país, o Brasil ocupa o 142º lugar entre os 192 países que medem a participação feminina na política estando assim muito abaixo da média global.

Em dados coletados podemos perceber que no ranking que sinaliza a participação de mulheres na política, o Haiti é o país que está inferior ao Brasil, em todos os outros países, as vagas ocupadas por essas mulheres é superior ao do Brasil. Dados do ranking mostram que de todos os países, a Argentina está na 20ª posição e é o país da América Latina mais bem colocado. Em estudos feitos recentemente a lista desenvolvida pela organização internacional, a Ruanda (África Ocidental) vem em primeiro lugar com 80 vagas e 49 mulheres eleitas. Depois em segundo lugar Cuba com 53%, Nicarágua com 50,6% e o México com 50%. Países como Japão, Índia e Qatar aparecem com uma menor participação feminina do que a do Brasil.

Analisando o comportamento feminino na política e percebendo por meio do avanço das leis que vários direitos foram conquistados, então surgiram alguns questionamentos, por que a ocupação de cargos políticos por mulheres é tão baixa? O que faz com que esta mulher que hoje possui maior acesso aos direitos à educação, ao trabalho e ao voto, não se sinta acolhida e sim excluída destes espaços? Afinal, existe interesse das mulheres em participar da política? Conforme Carmo (2008, p.345, grifos nossos), algumas respostas que justificam a baixa adesão das mulheres para exercerem cargos políticos, se dá pelo fato de “seus projetos parlamentares possuírem pouca visibilidade dentro das próprias bancadas. E há casos de assédio moral e sexual, o que fazem com que algumas mulheres entrem em depressão e abrem mão de seus mandatos”.

Deste modo, de acordo com Machado (2019), em pesquisa realizada pelo Senado Federal, entre 2014 e 2016, citam algumas possíveis causas para que as mulheres não apresentassem candidaturas a cargos políticos, as quais seria a ausência de espaço dentro dos partidos político, mas também a ausência de conhecimento das normas e a falta de efetividade de um fomento legal,

a ausência de apoio dos partidos políticos é a principal causa elencada por 41% das mulheres para não se candidatarem. A falta de interesse pela política aparece em segundo lugar, com 23%, e a dificuldade de concorrer com os homens em terceiro, com 19%. (MACHADO, 2019, p. 9)

Assim sendo, este estudo não busca finalizar o assunto, pois a luta pelas mulheres para terem seus direitos garantidos, como vimos no resgate histórico apresentado neste e até os dias atuais, ainda permanece o anseio por reconhecimento e conquistas de espaços públicos e o direito ao trabalho, à educação e ao campo político. Várias são as barreiras enfrentadas pelas mulheres, nestes espaços, acredita-se que futuras pesquisas podem surgir a fim de compreender as indagações mencionadas anteriormente.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos últimos séculos, ao analisar a história das mulheres em busca de seus direitos pôde-se perceber que a luta pelo sufrágio e trabalho foi algo que surgiu com a Revolução Francesa, pelo o anseio à igualdade, palavra que surgiu pela necessidade de definir que todos os homens eram iguais perante às leis, que também foi incorporada para a igualdade política.

Nos Estados Unidos com o movimento abolicionista, as mulheres brancas de classe média, começaram a se reunir para criar uma sociedade anti-escravatura, mas também que resolvessem suas necessidades pessoais para que assumissem o controle de suas vidas. As mulheres negras, a partir de Sojourner Truh, aparecem como uma presença forte na Convenção de Seneca Falls.

No Brasil, também acontecia movimento de mulheres em busca de seus direitos. Várias foram as mulheres que lutaram para que o sufrágio no país acontecesse. Pode-se considerar que nos últimos cem anos, o empoderamento feminino foi algo muito positivo, pois a mulher está representada em vários setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF, [1997]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Mulheres no Brasil: voto feminino**. Brasília. Imprensa oficial, 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/index.html>. Acesso em: 05 abr. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.

DUARTE, C. L.; CARMO, D; LUZ, J. (Autoras). **Mulheres de Minas: lutas e conquistas**. Belo Horizonte: Conselho Educacional da Mulher de Minas Gerais, Imprensa Oficial, 2008.

MACHADO, Raquel et. A. **A participação da mulher brasileira na política**. [E-book]. Fortaleza (CE): on-line, 2019.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

PORTAL EBC. **Conheça 8 mulheres que influenciaram a luta pelos direitos femininos no Brasil**. 2016. On-line. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2016/03/feminismo-conheca-mulheres-precursoras-da-luta-pelos-direitos-da-mulher-no-brasil>. Acesso em: 12 abr. 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **85 Anos do voto feminino no Brasil**. Brasília. Imprensa oficial, 2017. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/museu-do-voto/exposicoes/85-anos-do-voto-feminino-no-brasil>. Acesso em: 10 abr. 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Mulheres no Brasil**: memórias de cidadania. Brasília. Imprensa oficial, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/733>. Acesso em 10 abr. 2023.

ROSE ROSA MARTINS - Graduado em Licenciatura em Informática (2007) e Bacharel em Administração (2015) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Licenciado em Pedagogia (2014) pela Universidade Paulista (UNIP), com especialização na área da educação, administração e tecnologias educacionais. É mestre em Ensino na Educação Básica (2021) pela Universidade Federal de Goiás (UFG), com pesquisas desenvolvidas na área da educação sexual, diversidade, gênero e formação de professores/as. Ingressou em 2023 como discente no Doutorado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, na Universidade Federal de Goiás, e tem estudos em desenvolvimento na área da Educação em Direitos Humanos, como foco na formação continuada de professores/as da Educação Básica Brasileira. É professor na Faculdade de Itapuranga (FAI) e no Colégio Tecnológico do Estado de Goiás (COTEC), atuando nas áreas de empreendedorismo, criação de novos negócios, gestão com pessoas e marketing. Atua também como Técnico Administrativo em Educação na Universidade Federal de Goiás (UFG), desde 2017. Atuou de 2011 a 2019 como professor na Universidade Estadual de Goiás (UEG), ministrando disciplinas nos cursos de Licenciatura em Informática, Administração e Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Atualmente o autor tem se dedicado a pesquisas na área da sexualidade, gênero e direitos humanos.

A

Abandono Escolar 16, 22, 23, 26, 32

Ausência Paterna 48, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70

C

Conservadorismo 36, 37, 44, 45, 46, 47

D

Desafios 16, 17, 22, 26, 27, 33, 35, 43, 73

Desigualdade 2, 22, 23, 30, 31, 32, 57, 80

Dificuldades 14, 16, 21, 22, 26, 32, 34, 47, 65, 69

Direitos 17, 20, 23, 27, 28, 31, 37, 38, 45, 46, 47, 50, 60, 63, 65, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84

Discriminação 2, 15, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 45, 46, 62, 79, 80

Diversidade Sexual e de Gênero 36, 37, 38, 43, 46

E

Educação 1, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 42, 47, 58, 60, 62, 65, 69, 71, 72, 73, 78, 81, 84

Educação de Jovens e Adultos (EJA) 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35

Emancipação Feminina 73

Estabelecimentos Penais 1, 4

Estigmatização 36, 37, 38, 39, 46

Estudos de Gênero 2

F

Família 2, 6, 11, 12, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 34, 45, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 69, 71, 72, 77

Fatores Sócio-Históricos 36

Fenômeno Social 48, 50, 51

H

Histórico 1, 2, 4, 6, 20, 27, 28, 32, 36, 37, 41, 42, 57, 58, 74, 81

I

Ingresso 1, 2, 4, 8, 12

Instituição Familiar 48, 49, 51, 56, 69

Invisibilidade 1, 2, 10, 14

L

LGBTQIA+ 36, 37, 38, 39, 42, 43, 45, 46, 47

M

Matriz de Subjetivação 36, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 48, 49, 50, 51, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83

Mulheres Negras 49, 73, 76, 77, 78, 82

O

Opressão 2, 3, 17, 38, 41, 58, 61, 62, 75, 79

P

Papéis de Gênero 48, 50, 51, 52, 58, 68, 69

Parentalidade 48, 57, 61, 62, 63, 64, 69, 70, 72

Participação Social 2

Patriarcado 26, 48, 49, 50, 54, 55, 56, 58, 61, 71

Polícia 4, 6, 8, 11, 13, 14, 15

Política 14, 27, 39, 45, 53, 65, 71, 73, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 82

População Carcerária 3, 14

Presos 1, 5, 9, 10, 11, 12

Problemática Social 48, 61

Profissão 1, 4, 6, 8, 9, 14, 34

S

Sistema Prisional 1, 5, 9, 11, 14

Sociedade Brasileira 28, 36, 37, 38, 42, 43, 46

Sociedade Patriarcal 16

Socioculturais 36, 46, 47

Submissão 1, 2, 12, 16, 48, 53, 55, 59, 73

Sufrágio 73, 74, 75, 76, 78, 80, 82

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 34, 42, 53, 55, 60, 61, 65, 69, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82

V

Violência 5, 11, 20, 36, 37, 38, 39, 45, 46, 47, 48, 61, 62

DEBATES SOBRE
DIFERENÇAS
E IGUALDADES
NAS RELAÇÕES DE GÊNERO
2

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

DEBATES SOBRE
DIFERENÇAS
E IGUALDADES
NAS RELAÇÕES DE GÊNERO
2

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br